FERNANDA DOS ANJOS CASAGRANDE

**Acervos do Movimento Negro na cidade de São Paulo: um olhar para os registros
da luta negra.**

São Paulo

2019

FERNANDA DOS ANJOS CASAGRANDE

**Acervos do Movimento Negro na cidade de São Paulo: um olhar para os registros
da luta negra.**

(versão corrigida)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação. Área de concentração: Cultura e Informação. Linha de pesquisa: Apropriação Social da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Cláudio Pereira Siqueira.

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Casagrande, Fernanda dos Anjos

Acervos do Movimento Negro na cidade de São Paulo: um olhar para os registros da luta negra / Fernanda dos Anjos Casagrande ; orientador, Ivan Cláudio Pereira Siqueira. -- São Paulo, 2019.

144 p.: il.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia

Versão corrigida

1. Acervos 2. Movimento Negro 3. Imprensa Negra 4. Fundo Clóvis Moura 5. Memória I. Siqueira, Ivan Cláudio Pereira II. Título.

CDD 21.ed. - 020

Elaborado por Sarah Lorenzon Ferreira - CRB-8/6888

CASAGRANDE, Fernanda dos Anjos. **Acervos do Movimento Negro na cidade de São Paulo: um olhar para os registros da luta negra.** Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Aprovado em: 23 de abril de 2019

Banca examinadora

Prof. Dr. José Fernando Modesto da Silva

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: Aprovada

Assinatura:

Prof. Dr. Dennis de Oliveira

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: Aprovada

Assinatura:

Profa. Dra. Simone Silva Fernandes

Instituição: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

Julgamento: Aprovada

Assinatura:

AGRADECIMENTOS

Ao término deste percurso, registro meus agradecimentos:

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, especialmente ao orientador deste trabalho, Ivan Cláudio Pereira Siqueira, pela orientação precisa, paciência e confiança disponibilizada ao longo deste período – e apesar dos percalços.

Aos professores que participaram da banca de qualificação, José Fernando Modesto da Silva e Ricardo Alexino Ferreira, pelas considerações e críticas enriquecedoras.

Aos funcionários das instituições visitadas durante a pesquisa, em especial à Elisabete M. Ribas, do Instituto de Estudos Brasileiros, pela atenção e disponibilidade; e à Renata Cotrim do Centro de Documentação e Memória da Unesp, pelo cuidado e pelas trocas e reflexões durante o período de pesquisa no acervo.

Aos professores da especialização em Gestão Arquivística da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, em especial à Simone Silva Fernandes, pela orientação nas primeiras ideias deste trabalho.

Ao amigo querido Fernando Cruz Lopes, pela ajuda desde o ingresso na pós-graduação, pelo incentivo em tantos momentos e, também, pela presença especial na minha vida.

À Fabiana Vieira da Silva, por tantas conversas, tantas histórias e interesses em comum – inclusive o tema da luta negra –, e pela amizade mantida ao longo dos anos.

À Vanessa do Amaral, por tudo que aprendi com a sua presença no ano em que trabalhamos juntas e por ter se tornado uma amiga querida nesta fase das nossas vidas.

À Priscila e ao Jorge, pela amizade, pelo apoio e pela tradição dos *réveillons*.

Às amigas de todos os momentos Adriana e Sara, pela história de vida compartilhada ao longo dos anos, pelo carinho e companheirismo em qualquer situação.

Aos meus irmãos Fabiana e Jairo, pelo carinho e apoio, e aos meus pais Cida e José, por terem possibilitado o caminho até aqui, com a superação das dificuldades vividas, por toda a ajuda proporcionada até hoje e por acreditarem que era possível.

Ao Mauricio Trindade, pela leitura crítica deste trabalho, pelas contribuições acertadas, por ter me inspirado na realização deste projeto e pelo apoio, carinho e compreensão em todos os momentos da vida.

E, principalmente, ao meu filho Leandro, que chegou no meio deste processo, por, mesmo sem saber, ser o meu maior incentivo e força todos os dias.

RESUMO

CASAGRANDE, Fernanda dos Anjos. **Acervos do Movimento Negro na cidade de São Paulo: um olhar para os registros da luta negra**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Este trabalho dedica-se ao estudo de acervos relativos ao movimento negro na cidade de São Paulo, com a intenção de discutir a guarda e preservação de documentos referentes à luta negra a partir das especificidades da tipologia documental preservada em instituições de custódia, a saber: a coleção Jornais Negros Brasileiros – 1904-1969, pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo – IEB/ USP; a coleção Imprensa Negra, presente no Arquivo Público do Estado de São Paulo; e o Fundo Clóvis Moura sob a guarda do Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista – Cedem/ Unesp. Trata-se de uma abordagem descritiva e crítica, que pretende delinear o panorama das condições de acesso a documentos do movimento negro e perfazer a mediação aos acervos, analisando, de um lado, a constituição de fundos e coleções e, de outro, as políticas vigentes de guarda, preservação e acesso.

Palavras-chave: Acervos. Movimento Negro. Imprensa Negra. Fundo Clóvis Moura. Memória.

ABSTRACT

CASAGRANDE, Fernanda dos Anjos. **Collections of the Black Movement in the city of São Paulo: a look at the records of the black struggle.** Dissertation (Master in Information Science) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Studying the collections of the black movement in the city of São Paulo, this work aims to discuss the guard and preservation of documents related to the black struggle, based on the documentary typology preserved in custody institutions, namely: the collection of Brazilian Black Newspapers - 1904-1969, belonging to the Institute of Brazilian Studies of the University of São Paulo - IEB/USP; the Black Press collection, present in the Public Archive of the State of São Paulo; and the Clóvis Moura Fund, which is located in the State University of São Paulo Cedeplar/Unesp. It is a descriptive and critical approach in order to delineate the panorama of the conditions of access to documents of the black movement and to mediate the collections, analyzing, on the one hand, the constitution of funds and collections and, on the other, the policies of protection, preservation and access.

Keywords: Collections. Black Movement. Black Press. Clóvis Moura Fund. Memory.

Para construir este mundo que é o nosso, será necessário restituir, àqueles e àquelas que passaram por processos de abstração e de coisificação na história, a parte de humanidade que lhes foi roubada. Nesta perspectiva, o conceito de reparação, para além de ser uma categoria econômica, remete para o processo de reunião de partes que foram amputadas, para a reparação de laços que foram quebrados, reinstaurando o jogo da reciprocidade, sem o qual não se pode atingir a humanidade.

(MBEMBE, 2014, p.304)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Capa do jornal O Clarim da Alvorada (exemplar de 13/05/1924)	113
Figura 2 – Capa do jornal O Menelick (exemplar de 1º/01/1916)	114
Figura 3 – Capa do jornal A Voz da Raça (exemplar de 13/05/1933)	115
Figura 4 – Capa do jornal Alvorada (exemplar de maio/1948)	116
Figura 5 – Capa do catálogo da Exposição A imprensa negra em São Paulo: 1918-1965 (31 de maio a 26 de junho de 1977). São Paulo, 1977.	117
Figura 6 – Microfilmes da coleção Jornais Negros, no acervo do IEB	118
Figura 7 – Microfilme da coleção Imprensa negra, no acervo do Arquivo do Estado.	119
Figura 8 – Abertura do microfilme da Imprensa Negra, Arquivo do Estado	120
Figura 9 – Sociedade Cooperadora Clarim d’Alvorada	121
Figura 10 – Fundo Clóvis Moura no Cedem	122
Figura 11 - Sistema de Gestão de Acervos Permanentes - Cedem.....	123
Figura 12 - Caixa de Correspondência - Fundo Clóvis Moura.....	124
Figura 13 – Entrefolhamento - Correspondência Fundo Clóvis Moura	125
Figura 14 - Pasta: Produção intelectual - Fundo Clóvis Moura	126
Figura 15 - Ficha descritiva interna - Fundo Clóvis Moura	127
Figura 16 - Dossiê Dicionário da Escravidão Negra no Brasil - Fundo Clóvis Moura	128
Figura 17 - Publicações - Fundo Clóvis Moura.....	129

LISTA DE TABELAS

Exemplares microfilmados da coleção Jornais negros brasileiros: 1904-1969.....	53
Exemplares microfilmados oriundos da pesquisa de Michael Mitchell.....	56
Exemplares da Coleção Jornais Negros Brasileiros, em papel, disponíveis na biblioteca	
58	
Títulos da imprensa negra disponíveis no Portal da Imprensa Negra Paulista	59
Títulos microfilmados da Coleção Imprensa Negra no Arquivo Público do Estado de São	
Paulo	69
Títulos digitalizados da Coleção Imprensa Negra no Arquivo Público do Estado de São	
Paulo.....	71
Séries/ categorias no Fundo Clóvis Moura	80
Descrição do Fundo Clóvis Moura.....	82
Lista de periódicos negros no Fundo Clóvis Moura.....	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. ACERVOS DA LUTA NEGRA NA CIDADE DE SÃO PAULO	17
2. MOVIMENTO NEGRO: MEMÓRIA E ESCLARECIMENTO	29
3. COLEÇÕES DA IMPRENSA NEGRA	42
3.1 Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo – IEB/ USP	50
4. FUNDO CLÓVIS MOURA	72
4.1 Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista – Cedem/Unesp	74
4.2 Condições de preservação e acesso do Fundo Clóvis Moura.....	80
4.3 Clóvis Moura, o intelectual da práxis negra	99
CONCLUSÃO	106
ANEXO 1 – ILUSTRAÇÕES.....	113
ANEXO 2 – PLANILHA GERADA PELO SISTEMA DE GESTÃO DE ACERVOS PERMANENTES – CEDEM	130

INTRODUÇÃO

Este trabalho dedica-se ao estudo de acervos relativos ao movimento negro na cidade de São Paulo, com a intenção de discutir a origem, a guarda e a preservação de documentos referentes à luta negra a partir das especificidades de três conjuntos documentais preservados em instituições de custódia, a saber: a coleção Jornais Negros Brasileiros – 1904-1969, pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo – IEB/ USP; a coleção Imprensa Negra, presente no Arquivo Público do Estado de São Paulo; e o Fundo Clóvis Moura, sob a guarda do Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista – Cedem/ Unesp.

Trata-se de uma abordagem descritiva e crítica, que pretende delinear o panorama das condições de acesso a documentos do movimento negro e perfazer a mediação aos acervos, analisando, de um lado, a constituição de fundos e coleções e, de outro, as políticas vigentes de guarda, preservação e acesso. Aborda-se também, nesse caso dos documentos referentes à movimentos sociais, a particularidade de tipos documentais singulares – como jornais, panfletos, cartas, manuscritos – sobreviverem e serem incorporados a espaços institucionais em oposição ao que se perdeu e não foi institucionalizado.

O foco está direcionado a coleções de periódicos da imprensa negra compostas por originais e cópias em microfilme preservadas e reunidas por militantes, e que foram doadas após pesquisas acadêmicas, com títulos que abrangem diversos períodos e correspondem à diversidade das associações negras que existiram na cidade de São Paulo. Há ainda exemplares oriundos de outras localidades, constituindo-se uma das principais fontes de pesquisa acerca do engajamento da população negra no século XX; e um arquivo pessoal doado por familiares, que contempla aspectos da produção intelectual de Clóvis Moura e sua ligação com o movimento negro.

A dedicação a essa temática está relacionada ao interesse pela história de resistência da população negra em território brasileiro, assim como pelos registros documentais da atuação negra em associações recreativas e assistenciais na primeira metade do século XX, na edição de jornais e revistas voltados para a população negra e na produção de intelectuais negros.

As fontes disponíveis para os pesquisadores que se dedicam ao estudo da memória negra e das ações do movimento negro, as características de constituição de fundos e

coleções, as políticas de guarda, preservação e divulgação em instituições detentoras de acervo formam as questões deste trabalho.

A trajetória que aqui se culmina teve início com projeto desenvolvido para a conclusão de curso de especialização na área de gestão de arquivos na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESP, em 2014. Sete anos após a minha formação em História pela Universidade Estadual Paulista – Unesp, em 2007, eu me especializava em uma área distinta da que tinha começado a vida acadêmica, mas com a qual havia tido o primeiro contato no estágio realizado durante a graduação no Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa da Unesp/ Assis – CEDAP.

Foi também no CEDAP que tive o primeiro contato com fontes documentais referentes à luta negra no país, a Coleção Jornais da Raça Negra.¹ A experiência nesta instituição envolveu também outros periódicos da imprensa alternativa, cuja política de acesso prevê a elaboração de verbetes descritivos, com contexto de produção, abordagem do conteúdo e descrição dos números disponíveis no acervo. O retorno à sala de aula alimentou o objetivo de aliar o interesse pela preservação e acesso aos documentos sob a guarda de instituições com uma temática que me acompanhou desde a graduação em História: a memória da luta negra no Brasil.

A intenção inicial da pesquisa era desenvolver um guia de fontes do movimento negro na cidade de São Paulo, abrangendo mais entidades do que as que foram finalmente selecionadas, como a Biblioteca Municipal Mário de Andrade, com periódicos microfilmados da imprensa negra; o Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filhos” – Cedic – PUC/ SP, com a coleção Movimentos de Negros²; e o Museu da Cidade de São Paulo, com acervo proveniente do Projeto de História Oral do Movimento Negro em São Paulo.

Tornar a pesquisa viável exigiu a restrição da diversidade de instituições trabalhadas, bem como a seleção de acervos que fossem exemplificativos da tipologia documental dos registros do movimento negro em espaços institucionais com disponibilização de acesso, considerando a duplicação de cópias entre as instituições, sobretudo no caso dos periódicos.

¹ Coleção Jornais da Raça Negra, composta por cópia dos microfilmes da Biblioteca Municipal Mário de Andrade de São Paulo, microfilmada pelo Plano Nacional de Periódicos Brasileiros. Ver: http://www2.assis.unesp.br/cedap/menu/o_cedap.html.

² Ver: http://www4.pucsp.br/cedic/semui/colecoes/movimento_de_negros.html?

Os acervos selecionados pertencem a três instituições públicas de caráter distinto: o Arquivo Público do Estado de São Paulo, ligado diretamente à Administração estadual, cuja função é recolher os documentos dos órgãos governamentais do estado de São Paulo; o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo – IEB/ USP, fundado por Sérgio Buarque de Holanda para atuar na área de ensino e pesquisa transdisciplinar; e o Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista – Cedem/ Unesp, cujo acervo contempla a memória da universidade e movimentos de esquerda no país, a exemplo do acervo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.

Os caminhos que os documentos aqui tratados percorreram até as referidas instituições revelam aspectos das políticas de incorporação adotadas com vistas à preservação de documentos e à diversificação dos acervos incorporados que, no caso dos registros documentais da luta negra, ajudam a contar a história sobre uma perspectiva mais plural e inclusiva, o que possibilita outras narrativas. O fortalecimento do movimento negro ao longo do tempo e o esforço por reconhecimento da história da luta negra resultaram na preservação destes documentos em instituições de custódia.

A partir dessas considerações, é preciso avaliar quais as condições em que se encontram os acervos em relação ao armazenamento, ao estado de conservação, às formas de acesso e divulgação existentes ou em construção pelas instituições de guarda, por exemplo: o tipo de material usado para o armazenamento (pastas poliondas, papel neutro, sala refrigerada, etc.), autorização e necessidade de agendamento para acesso, formas de divulgação, existência de instrumentos de pesquisa, projetos de digitalização, disponibilização via internet, realização de exposições, palestras.

É importante considerar que a incorporação desses acervos data do período democrático no país, após o fim do período ditatorial que se estabeleceu com o golpe de Estado civil-militar de 1964 e que se encerrou com a instauração de um governo civil em 1985. A abertura política iniciada na década de 1970 previa uma transposição “lenta, gradual e segura”, o que revelou a intenção do governo militar de exercer o controle do processo que culminaria na eleição indireta de um presidente civil. Entretanto, nesse período houve o fortalecimento da luta sindical, dos movimentos sociais e de reivindicações públicas.

A preservação em instituições públicas de acervos que vão de encontro ao ideário vigente no período ditatorial demonstra o importante papel do Estado democrático na preservação da memória. A política para a guarda de documentos nesses espaços de custódia resultou de decisões construídas internamente em cada instituição, mas também

constitui uma questão política mais ampla que flui da mobilização popular para o poder público e perpassa o tecido social, já que se trata de uma questão de memória, de construção histórica em relação ao passado.

O advento de governos sem comprometimento democrático e com viés autoritário frequentemente enfraquece o papel do Estado na garantia do acesso à informação, abrindo caminho para revisionismos históricos que não contemplam as lutas da população por direitos e justiça. Cabe indagar, nestes casos, a qual risco estarão sujeitos os acervos de movimentos sociais, a exemplo do movimento negro.

Este trabalho procura apresentar os critérios utilizados para a localização, reunião e organização desses documentos, bem como a definição dos objetos desta pesquisa. Estão reunidas informações relativas às entidades de custódia, às condições de guarda de documentos e à análise da relação de determinado acervo com a memória e história do movimento negro, a partir de informações referentes aos suportes documentais, à guarda dos itens documentais, aos sistemas de recuperação da informação e aos aspectos de conservação e preservação. (LOPEZ, 2002)

O primeiro capítulo, de título Acervos da luta negra na cidade de São Paulo, mormente de matiz teórica relativa à Ciência da Informação, perfaz a rota assumida no itinerário deste trabalho sobre os acervos documentais, por meio da percepção de que a descrição documental é um instrumento de pesquisa para a recuperação da informação.

A partir de uma discussão sobre o conceito de documento, procurou-se abordar o contexto de produção dos documentos do movimento negro em atenção à sua característica de atividade-fim, os quais podem ser entendidos no registro de um novo regime de informação que os trate como portadores de um saber e como geradores de conhecimento para a inclusão informacional da população negra.

O segundo capítulo, Movimento negro: memória e esclarecimento, de recorte histórico e sociológico, amplia a discussão enfocando no tempo, e contextualmente, os diversos modos de atuação e de objetivos que caracterizam o movimento negro, entendido como movimento social organizado.

Ao expor e problematizar as suas fases, o que se revela são as diferentes formas de ação que marcaram o movimento negro ao longo do século XX – o período abrangido por esta pesquisa. A partir das reflexões de autores como Paul Gilroy, Achille Mbembe e Stuart Hall, procurou-se contextualizar como o acesso aos registros do movimento negro contradiz e rompe com a ideia de passividade que prevaleceu sobre o negro, pois é mediante o trabalho de reconstrução da memória negra que se pode elaborar uma crítica

da cultura de linha pós-colonial, almejando contrapor-se aos processos de efabulação que a visada ocidental procurou inscrever acerca das populações negras.

O terceiro capítulo, Coleções da Imprensa Negra, subcapítulos: Instituto de Estudos Brasileiros – IEB/ USP e Arquivo do Estado de São Paulo, relaciona a história e os acervos dessas instituições, detalhando a constituição da imprensa negra e as coleções de jornais e periódicos.

Como parte do escopo de análise, destacam-se e discutem-se as condições de guarda e acesso à documentação, indicando a forma de mediação aos acervos e as políticas vigentes de guarda e preservação. Por parte da constituição da imprensa negra, o capítulo dá indícios da trajetória das coleções formadas por militantes que atuaram nos periódicos até a incorporação nas instituições estudadas.

O quarto capítulo, Fundo Clóvis Moura, se volta para a caracterização de um centro de documentação e memória responsável por fundos representativos de movimentos sociais de esquerda, além de arquivos de personalidades como Clóvis Moura.

A história de criação do Cedem elucida as dificuldades em se ter documentação original primária para acesso e pesquisa, principalmente ao considerar que apenas na segunda metade do século XX houve incentivo institucional, no Brasil, para que as universidades públicas se dedicassem à criação desses órgãos.

No que diz respeito ao intelectual Clóvis Moura, sua obra e suas ideias exercem um ponto de clivagem na percepção da história do negro na sociedade brasileira, primordialmente por entender que as relações raciais constituem elemento estruturante da formação do Brasil. A criação de quilombos, as ações levadas a cabo por quilombolas, bem como o próprio conceito de negritude articulam uma reconstrução simbólica do negro político com atenção ao aspecto sociológico da práxis negra.

A análise dos acervos apresentados possibilitou a reflexão acerca da origem dos acervos custodiados por instituições públicas após a doação por professores pesquisadores universitários, ressaltando o esforço de preservação empreendido por seus produtores, intelectuais militantes, responsáveis pela imprensa negra, que primeiro guardaram e organizaram a documentação em suas próprias casas. Essa questão aparece também relacionada em documentos encontrados no Fundo Clóvis Moura.

1. ACERVOS DA LUTA NEGRA NA CIDADE DE SÃO PAULO

A cidade de São Paulo abriga, em algumas de suas instituições de custódia, acervos documentais referentes à história da luta negra no país. Fundos e coleções³ diversos, muitas vezes fragmentados, que estão sob a guarda e gestão de entidades públicas, tais como arquivos e museus⁴ ligados à Administração municipal e estadual, bem como centros de documentação e pesquisa de universidades públicas.

Este estudo concentra-se em três acervos: 1) Coleção Imprensa Negra pertencente ao Arquivo Público do Estado de São Paulo; 2) Coleção Jornais Negros Brasileiros – 1904-1969 do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo – IEB/ USP; e 3) Fundo Clóvis Moura do Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista – Cedem/ Unesp.

A escolha dessas instituições e seus conjuntos documentais decorre do estabelecimento de um recorte geográfico (município de São Paulo), da perspectiva de exemplificação em relação à diversidade de instituições (órgão da Administração pública direta, instituto de ensino e pesquisa universitário e centro de documentação e memória universitário, respectivamente) e do tipo de acervo (fundo e coleções). Os registros documentais diferem entre si não apenas pelas características das instituições que os abrigam, mas também pelo tipo de acervo que formam.

Esses acervos constituem simultaneamente as fontes e o objeto deste trabalho, visto que, enquanto fontes, fornecem subsídios sobre o tema, ampliando e documentando as informações sobre a luta negra no país no século XX.

No caso de fontes, seguimos o entendimento de Henry Rousso:

Chamaremos de "fontes" todos os vestígios do passado que os homens e o tempo conservaram, voluntariamente ou não - sejam

³ Coleções se caracterizam pela reunião intencional de documentos com características similares, enquanto Fundos remetem a documentos de arquivo “*acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades*”, com a mesma proveniência. (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005, p.52 e 97).

⁴ Outro exemplo de acervo documental, existente na cidade de São Paulo e referente à história do movimento negro, é o formado pela documentação resultante da pesquisa em história oral do projeto Memória do Movimento Negro de São Paulo do Museu da Cidade de São Paulo. De acordo com informações fornecidas pela instituição, o projeto foi iniciado em 2006 e interrompido no ano de 2008. O conteúdo das entrevistas foi registrado em fitas cassetes, as quais estão em situação crítica de conservação. Existe a previsão de digitalização desse acervo e disponibilização no Portal Acervos da Secretaria Municipal de Cultura. No momento, não existe possibilidade de acesso; portanto, este conjunto documental não será objeto deste trabalho. A série de entrevistas, sua produção, armazenamento e a possibilidade de acesso representam mais um exemplo de documentação relativa ao movimento negro presente na esfera pública.

eles originais ou reconstituídos, minerais, escritos, sonoros, fotográficos, audiovisuais, ou até mesmo, daqui para a frente, "virtuais" (contanto, nesse caso, que tenham sido gravados em uma memória) -, e que o [pesquisador], de maneira consciente, deliberada e justificável, decide erigir em elementos comprobatórios da informação a fim de reconstituir uma sequência particular do passado, de analisá-la ou de restituí-la a seus contemporâneos sob a forma de uma narrativa, em suma, de uma escrita dotada de uma coerência interna e refutável, portanto de uma inteligibilidade científica. (1996, p.86).

Mas, sobretudo enquanto objeto, os acervos abordados constituem o elemento a ser compreendido dentro do contexto em que foram produzidos e no qual circularam. Assim, a definição deste objeto para o trabalho visa contar a própria história dos acervos e de suas respectivas instituições de custódia.

Com base nesses dois enfoques, fica mais perceptível a necessidade de investigar as condições de organização, preservação e acesso dos acervos documentais do movimento negro presentes em instituições de custódia na cidade de São Paulo. E considerando a peculiaridade de acervos de movimentos sociais – compostos por arquivos pessoais, coleções, panfletos, etc. – em relação às séries documentais oriundas de atividades-meio⁵, sobretudo de órgãos da Administração pública, cuja temporalidade, prevista em decreto⁶, assegura a preservação e a salvaguarda, torna-se ainda mais necessário investigar e compreender as características e os caminhos para a sobrevivência desses registros, ao ponto de estarem atualmente sob a custódia de entidades estatais.

Adjacente ao mapeamento tácito que o trabalho de descrição documental pressupõe, é preciso proceder à elaboração crítica acerca das políticas de custódia analisadas. Do ponto de vista arquivístico, um passo é expor as características desses acervos, apresentando os suportes materiais, os aspectos de organização, de descrição e de preservação dos itens documentais dentro de seus espaços de guarda.

Ao averiguar quais tipos documentais constituem esses acervos, em direção aos quais os pesquisadores se encaminham em um primeiro momento, antes de empreenderem entrevistas orais ou recorrerem a documentos que estão sob a guarda de militantes, tivemos em vista que a utilização da imprensa, de relatos orais e de coleções diversas para a escrita histórica pressupõe uma análise crítica e científica por parte do

⁵ Atividade que dá apoio à consecução das atividades-fim de uma instituição. Também chamada atividade mantenedora. (**Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**, 2005, p.39)

⁶ Decreto nº 48.898, de 27 de agosto de 2004: Aprova o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades – Meio.

observador, assim como no uso de qualquer outro registro entendido como fonte para a pesquisa acadêmica.

Arquivos e centros de documentação são responsáveis por elaborar instrumentos de controle e guarda para seus acervos, seguindo interesses e critérios institucionais e características dos acervos em questão. Entretanto, a descrição documental presente neste estudo o aproxima de um instrumento de pesquisa – neste caso, sobre documentos relativos à luta negra, presentes em instituições na cidade de São Paulo –, considerando que, ao produzir instrumentos de pesquisa e recuperação da informação, a atividade de descrição documental cumpre a função de divulgar o acervo, mediar o acesso e orientar os consulentes (LOPEZ, 2002), objetivos almejados neste trabalho.

Nessa perspectiva, o esforço de mapeamento de acervos documentais com temática sobre o movimento negro, em conjunto com o levantamento bibliográfico pertinente, apresenta dados sobre os espaços de custódia anteriormente identificados, descrição do fundo, coleção abrangidos, e das políticas de acesso institucionais e da história arquivística e de custódia desses acervos.

Investigar a memória negra e a apropriação da informação a partir dos acervos documentais não prescinde de análise do contexto social e histórico acerca do tema. O esforço analítico empreendido – sobre cada entidade e sobre os acervos identificados em relação à memória do movimento negro – buscou conjugar tanto a prática da observação, a partir das consultas, quanto a ponderação com a leitura da bibliografia de referência, visando a elaboração crítica sobre o objeto identificado.

A reunião descritiva dos acervos selecionados visa perfazer a mediação entre pesquisadores/população e os acervos. O registro da informação em um suporte, seja físico ou digital, e sua preservação confere poder informacional ao documento⁷ e o qualifica como fonte para pesquisa.

O autor norueguês Niels Windfeld Lund, em seu texto *Document Theory* (2009), realiza uma discussão histórica acerca dos diversos entendimentos sobre o que é um documento, constituindo uma análise arqueológica e conceitual.

Ao identificar a origem do termo documento no latim *documentum*, portando os sentidos de “*exemplo, modelo, leitura, ensino e demonstração*”, o autor percebe que originalmente o termo guardava forte relação com a oralidade - ou seja, “*uma leitura ou*

⁷ “A unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato.” (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005, p.73)

instrução oral poderia ser um documento e pode ter sido inclusive o protótipo de um documento.” (p.399)

Contudo, em razão da emergência do Estado burocrático europeu na virada do século XVII, documento passou a ser definido como “*um escrito que funciona como evidência ou informação.*” (p.400). O documento então se torna uma questão de prova, cujo valor de autenticidade é crucial. Adicionalmente, entende-se que o documento carrega informação, além de ser ele mesmo um objeto para conhecimento, que gera uma forma de saber. Segundo Lund, essas características podem ser resumidas em uma ideia central nas sociedades modernas: “[se está] *escrito*, [há] *conhecimento verdadeiro*”.

Assim ocorreu, por exemplo, com a evolução da ciência ao longo do século XVIII, cuja qualidade demonstrativa das hipóteses começou a depender da documentação que o pesquisador ou cientista podia apresentar aos companheiros de área como prova empírica – o apoio a uma tese mediante documento/ documentação. Não importava mais basear-se numa boa narrativa ou somente em argumentos lógicos, porque o “conhecimento verdadeiro e positivo” (*true positive knowledge*, no original) dependia agora de experimentos controlados (e passíveis de reprodução para sua comprovação), por um lado, e da coleção de documentos que funcionassem como prova empírica para reunir os argumentos e afirmações, de outro lado. (p.400)

Um pouco antes da virada para o século XX surgem as primeiras ações que visavam constituir ferramentas para colaboração internacional. Data desse momento a criação de revistas e associações científicas internacionais em busca de estabelecer relações de pesquisadores em rede e localizar publicações e estudos que se encontravam dispersos. Esse objetivo esteve por trás do surgimento da Society for Social and Political Studies, na qual foi criado em 1895 o International Institute of Bibliography pelo jurista e político belga Henri La Fontaine e por seu companheiro de instituição, o também belga e advogado Paul Otlet. (1868-1944)

Considerado hoje como o principal fundador da Documentação e importante influenciador da Ciência da Informação, Paul Otlet também é lembrado pelo desenvolvimento da Classificação Decimal Universal – CDU.

Orientado por questões práticas, Otlet elaborou uma definição de documento para prosseguir com seus estudos em documentação. Para ele, um documento era entendido de maneira abrangente, mas desde que se relacionasse com o universo dos textos e livros de fontes gráficas e escritas, passível de serem reunidos, por exemplo, em uma biblioteca; ou seja, todos os documentos escritos ou ilustrados que permitissem a preservação da

memória humana – obras literárias publicadas ou manuscritas, livros, brochuras, artigos jornalísticos, ensaios e pesquisas, arquivos, mapas, esquemas, diagramas, ideogramas, desenhos e fotografias.

Lund destaca que Otlet, alargando o escopo do documento escrito para outros tipos de documentos, não só imagéticos ou de registro sonoro, mas também objetos naturais, jogos, etc, desenvolveu um modelo de documentação que repousa sobre bases fortemente centralizadas.

Outra figura importante para o estudo e definição do documento foi a documentalista, bibliotecária e historiadora francesa Suzanne Briet (1894-1989). Preocupada em entender o que constitui um documento, Briet elaborou inicialmente uma definição pragmática também abrangente: *“um documento é uma prova em apoio a um fato”*. (p.403)

Mais tarde, Briet acrescentou à definição *“qualquer sinal concreto ou simbólico, preservado ou gravado com o fim de representar, de reconstituir, ou de provar um fenômeno físico ou intelectual.”* (p.403) Tal afirmação, segundo Lund, guarda muita proximidade com a semiótica de Charles Peirce (1839-1914) no que se refere à teoria dos três tipos de signos: ícone, índice e símbolo. Isso porque, para Suzanne Briet, os documentos podiam ser signos concretos ou signos simbólicos.

Lund cita uma passagem da obra de Briet em que esta afirma que uma estrela não é um documento, mas já uma fotografia de estrela ou um catálogo sobre estrelas, sim. A principal diferença entre os dois é que a estrela é um objeto concreto desconectado de qualquer signo específico, mas a fotografia ou o catálogo sobre estrelas foram produzidos com a intenção específica de representar algo como uma estrela.

O exemplo clássico utilizado pela autora é o do antílope. Lund escreve: *“Quando o antílope é catalogado, o próprio antílope em sua concretude torna-se ele mesmo um documento.”* (p.404) Portanto, para Briet, os objetos concretos são documentos iniciais que guardam uma conexão física com o que representam. A partir desses documentos iniciais novos documentos secundários podem ser criados. Briet descreve como novos documentos são criados como derivados ou documentos secundários a partir do antílope sendo considerado como documento inicial e tornando-se a base para um complexo documental como catálogos, recordações sonoras, monografias, artigos e enciclopédias sobre o antílope, e assim por diante.

O ponto a se observar é que documentos secundários podem ser considerados como signos simbólicos que não guardam uma conexão direta e física com o objeto

primário (o antílope), mas, ao contrário, são dependentes da mente interpretativa e subjetiva do documentalista. Esses documentos secundários podem ser análises, traduções, arquivos, catálogos, dossiês, microfilmes.

Paul Otlet e Suzanne Briet tinham o objetivo de promover o desenvolvimento de um novo campo profissional em que as bibliotecas seriam centros proativos de documentação. No entanto, as afirmações de Briet diferem das de Otlet em dois aspectos: sublinham um modelo descentralizado de documentação e consideram uma grande diversidade de documentos secundários originários dos documentos primários iniciais.

Essas duas vertentes originárias contribuíram para levar adiante a perspectiva teórica acerca do que é um documento. No mundo latino, e Lund cita especificamente a Espanha, as relações entre comunicação, informação e documentação fizeram parte do escopo da discussão, colocando em relevo que, em um arquivo, diferentemente de se pensar o documento isolado em si mesmo, esse mesmo documento se refere a um evento, a um processo ou a um ato administrativo que resulta de uma intervenção humana.

Nesse sentido, qualquer coisa pode ser considerada um documento, assim como nada é um documento até ser nomeado enquanto tal. Ou seja, com qualquer documento, é preciso identificar a interferência humana que agiu para gerá-lo em busca de clarificar os interesses que estão na determinação do objeto enquanto documento.

O corolário dessa análise conflui para uma abordagem social do documento, tratando-o como objeto cultural disposto em três dimensões: uma objetiva, uma expressiva e uma documentária. O sociólogo alemão Karl Mannheim, segundo Lund, foi o introdutor dessa abordagem, para quem a terceira dimensão seria aquela em que o significado documentário é o significado que o documento revelaria não intencionalmente, pois depende de uma análise mais pormenorizada do contexto social e da função social do documento – o que pode não estar explícito no documento. Assim, por meio da investigação do significado documentário de um documento ou de um conjunto de objetos tidos como documentos, ganharia espaço uma interpretação ampliada da visão de mundo de uma época.

O estudo se direciona para a identificação de como os documentos são construídos de maneira a ter um papel instrumental socialmente; os documentos são construídos para reforçar relações de poder e para governar por meio do que expressam enquanto documentos e textos. (p.407)

Derivada da intenção de se capturar a visão de mundo encontra-se a abordagem da teoria documental crítica, segundo a qual se pode analisar os padrões de dominação

expressos em documentos. O foco de pesquisa em estudos documentários muda da análise do conteúdo do documento para uma análise do papel dos documentos nos sistemas sociais.

Nesse sentido, o filósofo e pensador francês Michel Foucault argumenta que desde o início da História, entendida como uma área de estudos cientificamente orientada, os documentos são usados e questionados e que os pesquisadores se perguntam não somente o que os documentos significam, mas também se eles “dizem a verdade”. Nessa direção, Foucault chama a atenção para uma abordagem generalista do documento, desviando o foco do conteúdo direto ou da mensagem expressa pelo documento em direção a um contexto social amplo. Para Lund: *“Somente quando uma coisa socialmente determinada, como um livro impresso, se torna parte de uma totalidade construída, o mundo literário, é que ela se torna um documento.”* Esta é uma crítica fundamental da crença positivista, segundo a qual um documento contém uma mensagem em si mesmo. (p.408-9)

Na historiografia, a Escola dos Annales, no início do século XX, prossegue com enfoque semelhante e rompe com a noção positivista de documento exclusivamente como texto escrito, alargando o seu significado e as possibilidades de interpretação, com o aprofundamento da crítica documental. Esta prática visa não só o documento em si, o suporte físico e a informação direta que contém, mas tudo o que está relacionado a sua sobrevivência e uso. Para Le Goff, em seu texto Documento/ Monumento:

A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos “neutra” do que sua intervenção. O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (2013, p.496-7)

De Otlet até Foucault e a Escola dos Annales, o que se desenhou foi uma mudança de perspectiva, saindo-se da materialidade do documento para as suas dimensões sociais, culturais e interpretativas; em uma frase, para a construção social do significado, o qual depende, em última instância, da percepção do analista acerca da significância e do caráter

de evidência dos documentos de acordo com o contexto nos quais foram criados e sob as condições em que sobreviveram.

O próprio Lund, em resumo a sua perspectiva analítica, se coloca numa posição de síntese entre as diversas abordagens aqui expressas, sugerindo que um documento deve ser dividido e estudado a partir de três ângulos complementares e combinados: o aspecto físico (material), o aspecto social (contexto) e o aspecto mental (interpretativo). (p.424)

A sobrevivência de registros resultantes de movimentos sociais, como o movimento negro no Brasil, em arquivos e centros de documentação e memória públicos, aponta para a participação estatal na construção da memória do movimento negro. Tal sobrevivência indica que o documento passou por uma política de seleção institucional, foi objeto de processos de conservação, organização e classificação e, por fim, resistiu dentro de uma instituição de custódia.

A decisão segundo a qual certa informação, na medida em que considerada potencialmente útil, deva ser preservada, é determinada pelas condições culturais que prevalecem no momento da decisão. Ou seja: a decisão sobre o “poder informacional” de algum fato, evento ou registro é situacional. (SMIT, 2012, p.86)

Os acervos documentais relativos ao movimento negro incluem registros que se diferenciam de documentos produzidos por entidades públicas ou privadas, nas quais as atividades resultam em acumulação de tipos documentais que espelham sua estrutura administrativa e cujas funções os identificam.

A documentação acumulada por movimentos sociais, como é o caso do movimento negro, constitui-se, geralmente, de documentos relativos às atividades-fim⁸, como jornais, panfletos, discursos, correspondências, rascunhos, cujo contexto de produção não os tornam imediatamente identificados como documentos cuja preservação possui caráter permanente.

Sendo a função primordial dos arquivos permanentes ou históricos recolher e tratar documentos públicos, após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados, são os referidos arquivos os responsáveis pela passagem desses documentos da condição de “arsenal da administração” para a de “celeiro da história”, na conhecida acepção do consagrado arquivista francês Charles Braibant. E a chamada teoria das três

⁸ “Atividade desenvolvida em decorrência da finalidade de uma instituição. Também chamada atividade finalística.” (Dicionário brasileiro de terminologia arquivística, 2005 p.39)

idades nada mais é que a sistematização dessa passagem. (BELLOTO, 2006, p.23)

Belloto se refere a instituições cujos documentos estão naturalmente inseridos na citada teoria das três idades: *“Teoria segundo a qual os arquivos são considerados arquivos correntes, intermediários ou permanentes, de acordo com a frequência de uso por suas entidades produtoras e a identificação de seus valores primário e secundário.”* (Dicionário brasileiro de terminologia arquivística, 2005, p.160)

Nessa mesma obra, a autora enfatiza que:

A história não se faz com documentos que nasceram para serem históricos. Com documentos que só informem sobre o ponto inicial ou o ponto final de algum ato administrativo decisivo. A história se faz com uma infinidade de papéis cotidianos, inclusive com os do dia-a-dia administrativo, além de fontes não-governamentais. As informações rastreadas viabilizarão aos historiadores visões gerais ou parciais da sociedade. De qualquer forma, eles terão de contar com todos os elementos possíveis, não apenas os extraídos dos documentos de efeito, pois estes produziram imagens distorcidas dos fatos e dos comportamentos. (BELLOTO, 2006, p.27) (grifo nosso)

Às fontes não-governamentais contrapõe-se justamente a infinidade de contratos, notas, memorandos, comumente encontrada nos arquivos. Assim, a existência de documentos oriundos do movimento negro em instituições de custódia ligadas à Administração pública permite ao pesquisador acessar fontes diversificadas com as quais é possível prosseguir com as investigações.

Trata-se, neste escopo, além de um arquivo público, também de um centro de documentação e memória e um instituto de ensino e pesquisa, em cujos acervos foram encontrados diferentes documentos referentes à história do movimento negro.

A forma/função pela qual o documento é criado é que determina seu uso e seu destino de armazenamento futuro. É a razão de sua origem e seu emprego, e não o suporte sobre o qual está constituído que vai determinar sua condição de documento de arquivo, de biblioteca, de centro de documentação ou de museu. As distinções entre essas instituições produzem-se, portanto, a partir da própria maneira pela qual se origina o acervo e também do tipo de documento a ser preservado: pela biblioteca, os impressos ou audiovisuais resultantes de atividade cultural e técnica ou científica, seja ela criação artístico-literária, pesquisa ou divulgação; pelo arquivo, o material de uma gama infinitamente variável (desde uma tabuleta assíria ou um relatório

impresso de empresa até as provas-objeto de um processo judiciário), oriundo de atividade funcional ou intelectual de instituições ou pessoas, e produzido no decurso de suas funções; pelo museu, os objetos que tanto podem ter origem artística quanto funcional.

Os fins, em se tratando de bibliotecas e de museus, serão didáticos, culturais, técnicos, científicos; e de arquivos, administrativos e jurídicos, passando, a longo prazo, a “históricos”. O documento de biblioteca instrui, ensina; o de arquivo prova.

Os centros de documentação, por sua vez, no que se refere à origem, à produção e aos fins do material que armazenam (ou referenciam) representam um somatório das instituições anteriormente indicadas. Isto porque, definido o centro de documentação como a “transposição das informações primárias para outros recursos”, ele acaba assimilando as características daquelas instituições. Sua finalidade é informar, com o objetivo cultural, científico, funcional ou jurídico, conforme a natureza do material reproduzido ou referenciado. (BELLOTO, 2006, p.36)

Em vista desses processos, duas questões devem ser colocadas em atenção ao movimento negro e à população, precipuamente interessada em ampliar o conhecimento sobre a história da luta e resistência negra:

Primeiro, que do ponto de vista da Ciência da Informação, a sobrevivência desses registros indica a abertura para a possibilidade de divulgação e acesso à informação relativa ao conteúdo histórico que portam. Segundo, que divulgação e acesso dependem não apenas de uma política de tratamento e guarda, mas justamente de uma política de difusão, o que pode ser caracterizado sob o entendimento da necessidade de se criar um tipo específico de regime de informação, imprescindível para tal fim.

González de Gómez resume o conceito de regime de informação como sendo:

um modo de produção informacional dominante numa formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ *apud* AQUINO, 2010, p.47)

Embora, na citação, a autora trate de elucidar o que se descortina sob um modo de produção informacional dominante, o que está sendo proposto por González de Gómez, segundo a pesquisadora e cientista da informação Maria de Albuquerque Aquino, é a necessidade de se adotar “*um novo modo de pensar uma informação social que possa*

considerar as populações vulneráveis, discriminadas e excluídas” (2010, p.47), a exemplo da população negra.

González de Gómez complementa o raciocínio discutindo que:

a informação [...] requer um trabalho, uma mutação, um processamento para devir informação e conhecimento [...]. A informação que cada um constrói está assim tanto ligada ao corpo como à linguagem, à bibliografia individual como à cultura histórica a que pertence. (Idem, p.47)

Nesse sentido, Aquino interpreta o conceito de regime de informação utilizado pela autora de maneira a mostrar que ele é coerente para uma discussão sobre a memória do movimento negro e a situação da população negra, *“que durante séculos permaneceu submetida a um regime de informação colonizadora, com direito apenas de receber o que parecia pertinente aos grupos dominantes.”* (AQUINO, 2010, p.47)

O realinhamento proposto do regime de informação seria um modo de divulgação e circulação dos registros do movimento negro entendidos enquanto informação, que implica em considera-los como portadores de um saber; por conseguinte, um saber positivado, gerador de conhecimento sobre o movimento negro e de inclusão informacional da população negra.

Se (acesso a) informação é uma forma de (geração de) saber, à Ciência da Informação cabe o papel de ser mediadora na apropriação da informação. Nas palavras de Aquino:

Se a informação tem o poder de transformar as pessoas, caberia à ciência da informação, entendida como uma ciência social e interdisciplinar, que toma como objeto a informação em todos seus aspectos, e estuda o comportamento, as propriedades e os efeitos dessa informação numa variedade de processos de comunicação, ver negros como as principais vítimas da desigualdade social na sociedade da informação e do conhecimento. O olhar crítico dessa ciência sobre as necessidades de informação poderia ajudar a dar visibilidade à população negra, que é cotidianamente confrontada pelas linguagens, imagens, identidades e sentidos negativos potencializados pelas tecnologias intelectuais, conferindo-lhes igualmente uma tipologia discursiva que foge dos princípios éticos, do reconhecimento, aceitação e respeito ao outro. (2010, p. 46)

Frente à exclusão social de parcelas expressivas da população brasileira, deve-se reconhecer a interseccionalidade que nos perpassa, em que negros, mas também mulheres e justamente mulheres negras, crianças e crianças negras, jovens e jovens negros, idosos e idosos negros, entre outros, são cotidianamente desumanizados em seus direitos e cada vez mais desclassificados numa sociedade em que prevalece um regime de informação que mais aparta e distancia do que congrega e aproxima essas parcelas populacionais de conhecer e poder reivindicar os direitos constitucionalmente garantidos.

2. MOVIMENTO NEGRO: MEMÓRIA E ESCLARECIMENTO

Esse problema de imagem não tem origem na ignorância, como às vezes somos levados a pensar. Pelo menos não apenas na ignorância, e nem mesmo principalmente na ignorância. Foi, grosso modo, uma invenção deliberada, concebida para facilitar dois gigantescos eventos históricos: o tráfico transatlântico de escravos e a colonização da África pela Europa, com o segundo evento seguindo de perto o primeiro, e os dois juntos se prolongando por quase meio milênio, desde aproximadamente 1500 d.C.

(ACHEBE, 2012, p.83)

Ao focalizar o período republicano brasileiro, a denominação movimento negro indica a ideia de movimento social organizado em enfrentamento ao racismo. Observa-se que diversificados modos de atuação compreendem a gama de objetivos do movimento negro em sua trajetória, expandindo sua *compreensão* da afirmação histórica e cultural das populações à valorização da imagem da pessoa negra e seus aspectos fenotípicos.

A mobilização por parte da população negra no Brasil a favor da aquisição de direitos, melhoria de vida e combate ao racismo permeou todo o período republicano que sucedeu a abolição da escravatura, em 1888, assumindo diferentes formas de organização e objetivos buscados. Agrupar a diversidade dessas manifestações, ao longo do tempo, na designação movimento negro constitui, para alguns estudiosos, não só a opção para seu estudo, como também o reconhecimento da existência da luta e resistência negra no país.

Para Joel Rufino dos Santos, o movimento negro engloba:

[...] todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo, aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro, fundadas e promovidas por

pretos e negros. (...). Entidades religiosas como terreiros de candomblé, por exemplo, assistenciais como as confrarias coloniais, recreativas como ‘clubes de negros’, artísticas como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia, culturais como os diversos “centros de pesquisa” e políticas como o Movimento Negro Unificado. (SANTOS, 1994, p.157)

Uma crítica a esse tipo de definição alerta para um comprometimento ideológico que origina uma abrangência e um fortalecimento supostamente ampliados do movimento. (DOMINGUES, 2007, p.102; PINTO, 2013, p.54). Com ciência desse embate, e nos limites desta pesquisa, procura-se restringir o olhar para reivindicações antirracistas voltadas para a defesa de direitos, como a ocupação dos espaços públicos e a inserção no mercado de trabalho e nos ambientes educacionais⁹.

Comumente periodizada em três fases (DOMINGUES, 2007), a história do movimento negro abrange o surgimento de associações com aspecto de clube ou grêmio que existiram até o início do Estado Novo, em 1937. Esse período representou também o advento da imprensa negra no país, com inúmeros títulos que ocuparam um espaço de denúncia e inclusão requerido pelo negro. Nessa fase, os atos administrativos da Frente Negra Brasileira – FNB (fundada em 1931), instituição cujo principal objetivo era a integração do negro na sociedade, foram sistematicamente divulgados pelo jornal A Voz da Raça (publicado entre 1933 e 1937).

As primeiras associações tinham caráter recreativo e assistencialista, promoviam bailes e visavam a formação de fundos de auxílio mútuo em um contexto de marginalização no qual os negros se encontravam após a abolição. Os jornais negros surgiram em conjunto com essas entidades – muitas associações publicavam seus próprios jornais –, tanto para promover suas atividades culturais, como para informar os associados de assuntos que não eram tratados na imprensa regular. Havia nas páginas dos jornais reflexões sobre a situação da população negra após a abolição e a exaltação de personalidades negras na história do país.

Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da

⁹ Em São Paulo, por exemplo, o Museu Afro-Brasil mantém um acervo museológico sobre cultura e arte africana e brasileira, que, sem nenhuma dúvida, contribui para os objetivos do movimento negro, na medida em que, a partir da trajetória histórica e das influências africanas, reconhece e divulga símbolos de resistência, organização e cultura dos negros na história do país. Outro exemplo, o grupo Quilombhoje, publica anualmente, desde 1978, os Cadernos Negros, antologias de poesia e contos, que proporcionam visibilidade para autores negros e disseminam a atuação da população negra na literatura. Ocorre que seria necessária uma pesquisa mais longa e abrangente para tratar a totalidade dos diversos tipos de acervo relacionados às ações que compõem a luta negra.

educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Além disso, as páginas desses periódicos constituíram veículos de denúncia do regime de “segregação racial” que incidia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou frequentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas. Nesta etapa, o movimento negro organizado era desprovido de caráter explicitamente político, com um programa definido e projeto ideológico mais amplo. (DOMINGUES, 2007, p.105)

Com caráter mais contestador e reivindicatório, o jornal O Clarim da Alvorada, de Jayme Aguiar e José Correia Leite, começou a circular em 1924 em São Paulo. (Anexo 1 – Figura 1) Sem ligação direta com nenhuma associação negra, O Clarim (posteriormente denominado O Clarim da Alvorada) advogava explicitamente em defesa “*da classe dos homens de cor*”. A Frente Negra Brasileira, que chegou a ter milhares de associados, inclusive em outras cidades e estados¹⁰, também se diferenciava das demais associações neste primeiro período da luta negra no país. Seu propósito de integração do negro na sociedade era caracterizado pela aplicação de uma rígida estrutura e disciplina entre os organizadores e membros.

A Frente Negra Brasileira tem como objetivo a integralização absoluta, completa, do negro em toda a vida brasileira (política, social, religiosa, econômica, operária, militar, diplomática, etc.) (Arlindo Veiga dos Santos, A Frente Negra Brasileira, e um artigo do Sr. Austregesilo de Athayde, A Voz da Raça, 1 (2) 25.03.1933, p.1 *apud* PINTO, 2013, p.93)

Deve ser a FNB (e ela faz por ser) uma obra de educação e reeducação; de formação e preparação para a vida, ordenada à Gente negra e ao Brasil; uma obra de dar ao patricio consciência do que ele é, e mais ainda: do que ele pode vir a ser com o esforço próprio orientado por quem sabe orientá-lo porque sabe onde tem o nariz...; uma obra de cultura que não se faz em um dia, mas lentamente, com o vagar das coisas sérias. Somente realizando esse programa, é que poderá ser concretizada a ‘integralização’ do Negro na vida nacional, como quer o Sr. Conde de Afonso Celso, que acima citamos, como quer o Orgânico-Sindicalismo. (Arlindo Veiga dos Santos, Papagaios negros, A Voz da Raça, 1 (13) 17.06.1933, p.1 *apud* PINTO, 2013, p.93)

¹⁰ Não existem informações exatas sobre a quantidade de associados. Ver: PINTO, 2013, p.91.

Após o golpe de Estado de 1937, apesar da formação de grupos expressivos, como o Teatro Experimental do Negro¹¹ (fundado por Abdias Nascimento, no Rio de Janeiro em 1944) e, após o retorno democrático, a Associação Cultural do Negro (fundada por Solano Trindade e Abdias Nascimento, em São Paulo, em 1954), o arrefecimento das ações após a dissolução da Frente Negra Brasileira pelo Estado Novo, as dificuldades de sobrevivência da imprensa negra e, sobretudo, o isolamento político após o golpe civil-militar de 1964, caracterizaram um segundo momento do movimento negro. Com o advento do regime militar, a denúncia da exclusão social e econômica das populações negras era tida como falta de patriotismo, origem de desordem e, inclusive, de racismo.

A Associação Cultural do Negro guardava semelhanças com as primeiras associações do começo do século XX, visava a “*recuperação social do elemento afro-brasileiro*” (PINTO, 2013), realizava atividades culturais, editou o jornal O Mutirão e os Cadernos de Cultura Negra, mas, naquele momento, o reconhecimento de uma identidade negra e a afirmação de suas raízes históricas estava mais definido. A Associação Cultural do Negro, após desarticulação, retomou suas atividades no final da década de 1970, com caráter assistencial voltado à população periférica da zona norte da cidade.

A imprensa negra também recuperou um pouco do folego nos anos 1950. Algumas publicações novas surgiram, como A Voz da Negritude (1952) e o Ébano (1961) na cidade de São Paulo e foi nesse período que as raízes africanas passaram a fazer parte do ideário do movimento negro. Entretanto, nenhuma dessas ações teve a mesma capacidade de arregimentação das iniciativas do início do século XX.

No final da década de 1970, com o desgaste do regime militar e a derrocada do chamado “milagre econômico”, a população em geral retomava a capacidade de mobilização. As manifestações públicas voltaram a tomar as ruas após duas décadas de repressão estatal. Nesse contexto, arrefecia-se o objetivo de integração total do negro na sociedade e se fortalecia o sentido de contestação social na luta negra (PINTO, 2013), o qual forneceu, para essa parcela da população, a base de retomada dos protestos públicos.

¹¹ Ver o livro de PINTO, R. P. **O movimento negro: 1938-1978**, 2013, p.303-5: “A importância do TEN, segundo [Abdias] Nascimento, reside no fato de esse teatro articular, tanto no âmbito da teoria como da prática, o conceito intrinsecamente político da afirmação e do resgate da cultura “negro-africana-brasileira”, com ostensiva atuação política. [...] Apesar dos protestos de grupos isolados e de líderes negros como Solano Trindade, que lutou para dar uma conotação popular e revolucionária à negritude, o grupo do TEN imprimiu às atividades um cunho de elite intelectual negra, como expressam, segundo [Clóvis] Moura, as palavras de um dos teóricos do TEN, o sociólogo Guerreiro Ramos, para quem o movimento deveria “adestrar os homens de cor nos estilos de comportamento da classe média superior”.

Em julho de 1978, as escadarias do Teatro Municipal de São Paulo foram ocupadas por cerca de três mil pessoas em protesto contra o assassinato, sob tortura, de um jovem negro pela polícia militar e em repúdio à discriminação racial sofrida por quatro jovens no Clube de Regatas Tietê. Com a presença de Abdias Nascimento (1914-2011) e Lélia Gonzalez (1935-1994), o ato marcou a fundação do Movimento Negro Unificado em São Paulo e possivelmente influenciou a forma de protesto social que o movimento negro assumiria na cidade, tomando os espaços públicos abertos como palco privilegiado de manifestações.

Nesse mesmo ano, manifestantes já reunidos sob a sigla do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial haviam interrompido a comemoração de 13 de maio no Largo do Paissandu, em São Paulo. A solenidade, presidida por autoridades políticas e realizada em frente à Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, ao lado da Estátua da Mãe Preta¹, abriu espaço para os cartazes de protesto e para a leitura de uma carta aberta. O foco era o questionamento da Lei Áurea, a denúncia sobre a exclusão econômica e social e a violência policial contra a população negra. (CARDOSO, 1988)

No ano seguinte, em 17 de outubro, outro protesto ocorreu motivado pela derrota jurídica de uma advogada negra que havia sido barrada em um edifício da cidade. Trezentas pessoas transportaram um caixão simbolizando a inobservância da Lei Afonso Arinos, sancionada quase três décadas antes. Saindo da Praça Ramos, na região central, os manifestantes caminharam em direção ao Palácio da Justiça, com o intuito de realizar o enterro simbólico da lei. Eles reivindicavam mais do que a melhoria de condições econômicas para a população negra, ou seja, exigiam uma transformação social para a inclusão do negro e a queda da “ditadura que apoia o racismo”. (GUIDA, 1979)

Diferentemente das associações negras comuns na primeira metade do século XX, que objetivavam a integração total do negro no funcionamento da sociedade da época e promoviam ações que identificassem o negro com um perfil adequado àquela organização social, os diversos grupos, associações, militantes e intelectuais, que na década de 1970 e 1980 se identificavam com o escopo de tal movimento, empreenderam ações no sentido de contestar a ideia de democracia racial, reforçada e divulgada pela ditadura. Com isso, eles procuravam afirmar uma identidade negra e reivindicar o direito de acesso às condições de emprego, educação e ocupação dos espaços públicos, aproximando-se de um posicionamento direcionado para valores socialistas. (DOMINGUES, 2007).

Um quarto momento, em construção, do movimento negro caracteriza-se pela presença de negros em espaços institucionais, a exemplo do que foi tratado em *O Movimento Negro e o Estado (1983-1987): O caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo*, de Ivair Augusto Alves Santos (2001).

Estudar os registros documentais, sua guarda, preservação e disponibilidade para acesso tem um caráter político, pois a trajetória de luta do movimento negro vai de encontro ao que é normalmente propalado sobre a passividade dos negros. E não foram poucos os relatos de difamação a respeito da África e de seus habitantes, bem como dos descendentes na diáspora.

Nos últimos cinco séculos, um extenso *corpus* documental foi produzido e disseminado, reforçando a imagem da África como um território primitivo à espera da missão civilizadora. As consequências do tráfico de pessoas, da escravidão e da dominação colonial permanecem visíveis no desenraizamento cultural e nas mazelas econômicas e sociais que atingem as populações negras em várias partes do mundo.

Tal história de luta teve início juntamente com os atos de resistência ao sequestro e à escravização dos africanos e seus descendentes, incluindo, por exemplo, a formação de quilombos. Entretanto, a ideia de uma África não civilizada e de um povo primitivo, conivente com o tráfico de pessoas, prevaleceu na historiografia e no imaginário social de colonizadores e colonizados, ideia sempre reforçada pela disseminação de um *corpus* documental que a legitimava.

A distorção acerca da história dos povos negros persistiu no contexto da diáspora. A imagem do negro passivo foi constantemente reforçada na literatura, no cinema e, posteriormente, na televisão¹². No contexto brasileiro, um dos principais territórios da diáspora negra na atualidade, a luta negra se desenvolveu de forma a contestar tais estereótipos.

A memória prevalecente sobre a condição do negro desde a exploração da África é uma memória situacional, que foi constantemente inscrita e reforçada na medida em que seus significados responderam pelos interesses de dominação e subjugação que estiveram na base do edifício da escravidão, um julgo que não foi sanado e nem reparado social e politicamente.

¹² Ver, por exemplo: ARAÚJO, 2000.

Assim, no que concerne à memória negra e, em específico, à luta negra no Brasil, os conjuntos documentais preservados institucionalmente existem em número restrito, o que é percebido nos trabalhos sobre movimento negro que com frequência recorrem a entrevistas e relatos orais como fonte de pesquisa¹³.

A reflexão que se encaminha aqui diz respeito ao alcance de acesso ao registro histórico.

Na história da sociedade brasileira, a questão racial sempre esteve presente, embora eficazmente ignorada. Conhece-la é essencial para a compreensão de como se formam as relações de dominação em nosso país. (SANTOS, 2001, p.9)

O trabalho de construção da memória do movimento negro pode contribuir para gerar uma reconceitualização da cultura e dos diversos âmbitos – político, ético, econômico – de instituição do social. A reflexão sobre registro documental no contexto da diáspora negra relaciona-se com o esclarecimento sobre a desumanização, assim como sobre a resistência ativa que inúmeros povos mantiveram ao longo dos séculos para fazer valer sua dignidade e autonomia – elementos basilares da condição humana, mas que foram deliberadamente falseados e negados aos povos negros pela inscrição de uma memória de subalternidade.

A esse respeito, em referência a O que significa elaborar o passado, texto de autoria do filósofo alemão Theodor Adorno (2003), Jeanne Marie Gagnebin aponta que, na resistência ao esquecimento, “*a palavra-chave não é memória ou lembrança, mas Aufklärung, esclarecimento*”. (2006, p.101).

Para esta autora:

Devemos lembrar o passado, sim; mas não lembrar por lembrar, numa espécie de culto ao passado. No texto de Adorno, que é judeu e sobrevivente, a exigência de não-esquecimento não é um apelo a comemorações solenes; é, muito mais, uma exigência de análise esclarecedora que deveria produzir — e isso é decisivo — instrumentos de análise para melhor esclarecer o presente. (p.103)

Essa frase, relativa à memória e ao esclarecimento, permite verificar como a construção de um imaginário sobre determinados acontecimentos (a exemplo das grandes

¹³ Muitos pesquisadores se valem da História Oral no estudo sobre o movimento negro e, ao conhecer os militantes, estes acabam mostrando fotos e panfletos que guardaram em suas casas. Ver: PINTO, 2013; e ALBERTI & PEREIRA, 2004.

tragédias provocadas pelo homem contra a própria humanidade) se relaciona com o processo social do qual este mesmo imaginário faz parte e, também, com o próprio presente, cristalizando informações e noções que são por fim disseminadas socialmente.

Em relação à reflexão acima, destacamos Theodor Adorno, ao tratar da reconstrução da Alemanha no pós-segunda guerra mundial e com foco no assassinato em massa de milhões de judeus, quando o autor introduz uma afirmação para o trabalho de esclarecimento: *“o passado só estará plenamente elaborado no instante em que estiverem eliminadas as causas do que passou.”* (2003, p.49).

A eliminação a que Adorno se refere diz respeito a fazer cessar no presente as causas que contribuíram para a barbárie. O sentido forte da frase é efetivamente obter-se o fim de todo tipo de obscurantismo que permitiria dispor da vida de um ser humano sob qualquer justificativa. E o meio para tal fim ainda é o esclarecimento; um esclarecimento por meio da razão em sua reflexividade, como sinônimo de pensamento crítico, autônomo e libertador – portanto, longe de uma razão instrumental.

A alusão a Adorno, em relação ao holocausto como exemplo de tragédia extensamente documentada e investigada nas Ciências Humanas, permite um ponto de partida para refletir e discutir, em forma de paralelo comparativo, sobre a diáspora negra a partir da compreensão desta não só como deslocamento, mas como processo de identificação dos indivíduos negros a partir das experiências culturais desumanizadoras compartilhadas ao longo do tempo.

Em *Crítica da Razão Negra* (2014), Achille Mbembe, intelectual camaronês, discorre sobre os processos de efabulação e as relações imaginárias que geraram racionalizações e discursos com pretensão de verdade sobre o negro, de tal forma que seu resultado perdura como o sedimento de uma memória perpetuante, ainda hoje, do enquadramento do negro, social e culturalmente, em estereótipos e em justificativas de sua subjetividade passiva.

Na maneira de pensar, classificar e imaginar os mundos distantes, o discurso europeu, tanto o erudito como o popular, foi recorrendo a processos de efabulação. Ao apresentar como reais, certos ou exactos, factos muitas vezes inventados, foi-lhe escapando a coisa que tentava apreender, mantendo com esta uma relação fundamentalmente imaginária, mesmo quando a sua pretensão era desenvolver um conhecimento destinado a dá-la a conhecer objectivamente. As características principais desta relação imaginária estão ainda longe de ser esclarecidas, mas os processos graças aos quais o trabalho de efabulação se avolumou,

assim como as consequências da sua violência, são, actualmente, assaz conhecidos. (p.29)

A ideia de que a escravização de africanos foi necessária para viabilizar a empresa colonial entre os séculos XVI e XIX é constitutiva e constituinte de um imaginário que traz em si as raízes desse processo desumanizador, pois ao retornar do passado e ser atualizado no presente como alegação dotada de justificativa racional, ou seja, em forma de “direito histórico”, razão necessária e suficiente da empresa colonial, inúmeras alegações foram criadas para a subjugação do negro como “ser objectal” e, em decorrência, inúmeros mitos sobre a constituição subumana dos negros perduraram para a posteridade.

Na sua ávida necessidade de mitos destinados a fundamentar o seu poder, o hemisfério ocidental considerava-se o centro do globo, o país natal da razão, da vida universal e da verdade da humanidade. Sendo o bairro mais civilizado do mundo, só o ocidente inventou um «direito das gentes». Só ele conseguiu edificar uma sociedade civil das nações compreendida como um espaço público de reciprocidade do direito. Só ele deu origem a uma ideia de ser humano com direitos civis e políticos, permitindo-lhe desenvolver os seus poderes privados e públicos como pessoa, como cidadão que pertence ao género humano e, enquanto tal, preocupado com tudo o que é humano. Só ele codificou um rol de costumes aceites por diferentes povos, que abrangem os rituais diplomáticos, as leis da guerra, os direitos de conquista, a moral pública e as boas maneiras, as técnicas do comércio, da religião e do governo.

O Resto – figura, se o for, do dissemelhante, da diferença e do poder puro do negativo – constituía a manifestação por excelência da existência objectal. A África, de um modo geral, e o Negro, em particular, eram apresentados como os símbolos acabados desta vida vegetal e limitada. Figura em excesso de qualquer figura e, portanto, fundamentalmente não figurável, o Negro, em particular, era o exemplo total deste ser-outro, fortemente trabalhado pelo vazio, e cujo negativo acabava por penetrar todos os momentos da existência – a morte do dia, a destruição e o perigo, a inominável noite do mundo. (MBEMBE, 2014, p.28)

O esclarecimento se faz necessário, portanto, como um empenho que segue para além da ordenação de fatos devidamente selecionados relativamente à memória e aos acontecimentos de um passado. Trata-se, isso sim, de um esforço de conscientização, de verificação e elucidação, isto é, um trabalho de constante questionamento da memória.

O empenho de esclarecimento aqui proposto tem como ferramenta uma documentação que é relevante acessar e contextualizar, porque permite reelaborar e discutir a história de um passado que foi escrito segundo critérios influenciados por interesses específicos de dominação e exploração. Implica em uma busca pela compreensão do passado de maneira crítica, mediante a discussão e reelaboração da memória, tendo como base a perspectiva de acesso e problematização de registros documentais e informações preservadas ao longo do tempo.

O trabalho de conscientização e de verificação sobre a memória, isto é, sobre os fatos que a produziram, leva em conta não aceitar um dado ou informação sem mais. É preciso avaliar, analisar, confrontar dados e informações e discutir quais elementos – e principalmente quais poderes ou interesses – estão em jogo ao se transmutarem em verdades assumidas os conteúdos de um passado que só sobreviverá de acordo com os signos utilizados para lembrá-lo (e que podem ser discursivos ou materiais; no caso, documentos ou monumentos).

Com o devido acesso a esses registros, qual novo entendimento poderá ser lançado sobre essa memória? E qual foi o critério adotado para a guarda ou o descarte de documentos que podem (ou poderiam) servir a tal propósito? Se os documentos foram guardados, quais os mecanismos de acesso e difusão? Como garantir a veiculação e utilização públicas desses documentos?

Tratar da história da luta negra e de sua força revolucionária pode ser entendido como um passo necessário que permite reescrever relatos centrados numa história hierarquizada, que deixou de perceber como o movimento negro, entendido também como cultura dissidente ou contracultura, contribuiu para a inscrição da modernidade brasileira, desenvolvendo-a e modificando-a.

O acesso a conjuntos documentais preservados do movimento negro no século XX poderá evidenciar como a luta negra articulou criticamente ou se posicionou contra as *“formas essencialistas de conceituar a cultura, a identidade e a identificação”*, e como lutou contra *“as irracionalidades racionalizadas do pensamento racial e a aplicação racional do terror racial”*, para ficar em dois exemplos relativos à caracterização da luta negra na diáspora, conforme afirma o sociólogo inglês Paul Gilroy (2001, p.17).

Como se depreende deste autor, a importância da memória negra para o presente traz o signo da transformação social e cultural, que não se reduz ao que ficou gravado no senso comum como algo imaginário e essencialista (música, religião, arte etc), mas vai além:

O dinâmico trabalho de memória que é estabelecido e moralizado na edificação da intercultura da diáspora construiu a coletividade e legou tanto uma política como uma hermenêutica aos seus membros contemporâneos. Aqui também as fronteiras oficiais de que conta como cultura foram alargadas e renegociadas. A ideia de diáspora se tornou agora integral a este empreendimento político, histórico e filosófico descentrado, ou, mais precisamente, multi-centrado. (GILROY, 2001, p.17)

A diáspora negra caracteriza-se pela dispersão de habitantes do continente africano pelo globo em consequência da escravidão, bem como pelas experiências dessas pessoas e seus descendentes fora da África, as trocas culturais e identidades construídas a partir dessas experiências, inclusive a partir da percepção de estar fora de lugar ou de não ter lugar. A questão da identidade leva em conta a multiplicidade de identidades assumidas pelos sujeitos, além dos fatores que a implicam, que são tanto pessoais quanto sociais. Para Stuart Hall (2003),

a identidade cultural não é fixa, é sempre híbrida. Mas é justamente por resultar de formações históricas específicas, de histórias e repertórios culturais de enunciação muito específicos, que ela pode constituir um ‘posicionamento’, ao qual podemos chamar provisoriamente de identidade. (p.432-3).

Os três autores citados acima, Mbembe, Gilroy e Hall, cada qual a seu modo, vinculam-se a uma linhagem de estudos de crítica da cultura que hoje se denomina de pós-colonial. Identidade e memória, portanto, são entendidas dentro dessa matriz teórica de referência.

Na obra de Stuart Hall o pós-colonialismo não se restringe à descrição de uma sociedade ou contexto social específicos, mas se propõe a examinar a colonização como parte de um processo global transnacional e transcultural, cujo resultado é a produção de uma reescrita da história e das grandes narrativas imperiais do passado, mostrando-as em seu aspecto descentrado e diaspórico. (HALL, 2003, p.109). Em outros termos, a experiência da diáspora produz identidades e memórias que devem ser entendidas dentro do quadro de interrupção crítica da grande narrativa historiográfica tradicional.

Paul Gilroy cunhou a metáfora do Atlântico Negro de maneira a romper com as formas culturais legatárias de – ou que podem ser consideradas filiadas a – um absolutismo étnico. Dessa forma, o Atlântico Negro sinaliza um espaço de construção cultural transnacional. Para o autor, os povos negros que sofreram o processo

desumanizador do tráfico de escravizados constituem o protótipo do conceito de povos diaspóricos. O que se almeja é o rompimento da ideia tradicional de diáspora, fundada no primado do lugar ou da origem comunal, de forma a propor em seu lugar um modelo que privilegia a hibridez, de sorte que a experiência transatlântica é parte integrante da experiência e história negras. A cultura do Atlântico Negro, enfim, é uma cultura que, em razão de seu aspecto híbrido, não se encontra circunscrito às fronteiras étnicas ou nacionais.

Achille Mbembe aborda o racismo e também as construções discursivas do pensamento racial europeu com a intenção de mostrar como o conceito de "negro" é uma construção social e uma idealização do Ocidente. Sua crítica demonstra como o mundo sob a égide do neoliberalismo e da exploração cria as condições para que todo ser humano tenha uma existência subalterna e uma realidade castrada. O conceito de negro, tal qual discutido em seu livro *Crítica da razão negra*, compõe um imaginário de exotismo. Também o corpo vinculado ao trabalho, principalmente na plantação presente nos países colonizados, em que o conceito de escravizado vem a fundir-se com o de negro, passa pelo processo de coisificação: homem-metal (exploração nas minas), homem-mercadoria (tráfico negreiro de escravizados) e homem-moeda (como produto de troca no capitalismo). O racismo se desenvolve, para o autor, como um modelo legitimador da opressão e da exploração, a serviço do capitalismo.¹⁴

A partir da leitura desses autores propõe-se a reflexão a respeito da história do movimento negro no país. O acesso aos documentos da luta negra relaciona-se com o esclarecimento sobre sua condição e sobre a luta contra a opressão.

Ao compreender o documento como uma construção permanente, em face do que foi discutido acerca de documento (LUND, 2009), como fonte eleita pelo pesquisador, considera-se que a história da luta negra no país e a importância de conhecê-la remetem às possibilidades de acessar e analisar seus vestígios documentais – quer sejam oriundos das ações empreendidas por militantes, quer sejam da obra produzida por intelectuais negros ou de diferentes fontes, diretas ou indiretas, assim percebidas.

¹⁴ Mbembe aprofunda esta reflexão sobre a coisificação humana: “Pela primeira vez na história humana, o nome Negro deixa de remeter unicamente para a condição atribuída aos genes de origem africana durante o primeiro capitalismo (predações de toda a espécie, desapossamento da autodeterminação e, sobretudo, das duas matrizes do possível, que são o futuro e o tempo). A este novo carácter descartável e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização ao mundo inteiro, chamamos o *devir-negro do mundo*.” (2014, p.18)

A luta negra sobrevém em distintas e inúmeras frentes. Luta diária por visibilidade, por justiça, por identidade. Nessa ação, destacam-se os atos públicos, as reivindicações, a imprensa específica e, também, a literatura, a música, a dança, a afirmação estética, a resistência religiosa. A luta negra se manifesta de tantas e de tão diversificadas maneiras ao longo do tempo, que a tarefa de refletir sobre a sua memória tende a se limitar, buscando aprofundar-se. Pensar a luta negra a partir da preocupação com acervos documentais vai ao encontro da necessidade de contextualizar os registros informacionais aos quais se quer acesso.

Nesse aspecto, cabe o esforço de reflexão acerca do esquecimento, da precariedade de registros documentais e de sua fragmentação ou destruição, da recorrente necessidade de afirmar a história de luta dos negros em contrapartida ao mito de passividade, muitas vezes divulgado. Esse empenho remete à apropriação da informação, considerando a diversidade de fontes que condizem com a ampliação da noção de documento, abrangendo coleções diversas, acervos de pessoas, objetos, relatos orais, os quais compõem o patrimônio histórico sobre a luta negra no país.

3. COLEÇÕES DA IMPRENSA NEGRA

E nós aqui, negros, tínhamos que agradecer a falsa tolerância racial, o falso sentimentalismo. E ninguém concordava com lutas de reivindicações e protestos, nem com jornais que tinham linha de lutas dentro desse contexto. Isso veio até 1930, embora já em 1924 tenha sido iniciada a luta com o surgimento d'O Clarim d'Alvorada, que conseguiu aglutinar um grupo responsável pelo lançamento de algumas ideias avançadas para a época, tais como a realização do Congresso da Mocidade Negra, a divulgação das ideias do Marcus Garvey, e o apoio à ideia de fundação do Centro Cívico Palmares, que foi a entidade precursora da Frente Negra Brasileira, esta, o maior feito surgido depois de 1930. A partir daí o Movimento Negro teve vários segmentos, acompanhando os acontecimentos de reforma do país trazidos com a Revolução de 1930 e depois com a Revolução de 1932, causa do aparecimento de outra entidade de importância, a Legião Negra. Surgiu também o Clube Negro de Cultura Social, entidade dissidente da Frente Negra Brasileira. [...] A redemocratização [pós 1945] permitiu ao negro outros anseios, sobretudo a política. Com o surgimento do pluripartidarismo, muitos negros começaram a se filiar aos

*partidos políticos. Isso veio atraindo muita gente, com novas esperanças até hoje.*¹⁵

(LEITE, 1992, p.198-9)

Este capítulo se detém nas coleções de periódicos da imprensa negra brasileira presentes em espaços institucionais públicos na cidade de São Paulo, a saber: o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo – IEB/ USP e o Arquivo Público do Estado de São Paulo. Nestas instituições estão salvaguardados jornais originais, reproduções em microfilme e cópias reprográficas, organizados em coleções com diferentes características de armazenamento e preservação. O acesso ocorre, preferencialmente, por reprodução digital via internet, pelo site do Arquivo Público do Estado de São Paulo e pelo Portal da Imprensa Negra Paulista¹⁶.

Os periódicos preservados da imprensa negra formam o registro histórico escrito da luta negra no país, no século XX, e constituem as principais fontes documentais sobre as associações formadas pela população negra nesse período. Eles surgiram estreitamente relacionados às entidades negras existentes e cumpriam o papel de registrar as atividades das associações, informar os membros sobre assuntos pertinentes à vida social da comunidade negra e chegavam a funcionar como meio de comunicação administrativa dessas entidades, publicando seus balanços, relatórios e projetos.

Em um contexto de recém-libertação e preterimento do trabalho nas fazendas nas quais era escravizada em favor dos imigrantes brancos, a população negra se situou nos centros urbanos, onde passou a também competir com espanhóis e italianos pelos postos de trabalho. Os negros compartilharam com os imigrantes a convivência em bairros como Barra Funda e Bixiga em São Paulo, onde estabeleceram além da moradia, escolas de samba, terreiros e salões de baile. (ROLNIK *apud* MALATIAN, 2018, p.342)

¹⁵ Destacamos, aqui, que a reflexão de Correia Leite evidencia a quantidade e a diversidade de iniciativas levadas a cabo pelo movimento negro ao longo do tempo, de cuja totalidade este trabalho não daria conta de tratar, embora possa indicar parte delas, como fazemos. É interessante notar ainda, nesta epígrafe, que, com a redemocratização de 1945, novos avanços ocorreram também no cenário intelectual, e a constatação se dá pela ação de Clóvis Moura, como veremos no próximo capítulo. Outra importante sugestão fornecida por esses dizeres se direciona para a reflexão acerca dos contextos de cerceamento da liberdade de expressão e de organização social, o que ocasiona a paralisia ou mesmo o retrocesso nas lutas de direitos e por melhoria das condições de vida social em comunidade.

¹⁶ **Arquivo Público do Estado de São Paulo.** Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/jornais_revistas. Acesso em 20 dez. 2018.

Portal da Imprensa Negra Paulista. Disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br/impresnanegra/>. Acesso em 20 dez. 2018.

Foi nesse contexto que surgiu a imprensa negra em São Paulo. Surgiu quando grupos de imigrantes de diversas origens já haviam começado a publicar jornais em suas línguas próprias para a defesa de seus interesses e manutenção da identidade. Para esses imigrantes, adaptação e assimilação na sociedade de acolhimento traziam muitos problemas, porém muito mais se poderia dizer sobre a inserção da população negra recém-libertada do cativeiro, que a custa de grandes esforços, enormes dificuldades financeiras e muito desprendimento pessoal, criou e manteve jornais próprios produzidos em composição manual e impressão tipográfica. Seu mote primordial consistia na busca da “desmarginalização”, da “integração”, não apenas territorial da ocupação do espaço urbano, mas também de acesso ao mundo do trabalho em condições diferentes das que vigoravam, além da busca de mobilidade social por meio da educação e do tratamento igualitário. Dizia não ao confinamento, à segregação, à miséria, ao preconceito e à discriminação. (MALATIAN, 2018, p. 342)

A denominação imprensa negra, sedimentada nos estudos de Florestan Fernandes e Roger Bastide, engloba os jornais e revistas escritos por negros cujas pautas atendiam o interesse da população negra nas cidades. Estudados em conjunto pela primeira vez em 1951 por Bastide (1973)¹⁷, os títulos da imprensa negra foram periodizados em três fases:

- Iniciando em 1915, com a publicação de O Menelick, a primeira fase caracterizava-se pela aspiração de integração e ascensão social por meio da instrução da população negra; (Anexo 1 – Figura 2)
- De 1930 a 1937, a segunda fase foi marcada pela experiência da Frente Negra Brasileira e seu jornal A Voz da Raça, marcando um período de reivindicações políticas; (Anexo 1 – Figura 3)
- Período marcado pela circulação dos jornais Alvorada e Senzala. Com a instauração do Estado Novo, a supressão dos partidos políticos, entre eles a FNB, houve o enfraquecimento das demais associações, os jornais perderam a força. (CARVALHO, 2009). (Anexo 1 – Figura 4)

Em A Imprensa Negra Paulista (1915-1963), Miriam Nicolau Ferrara (1986) se distinguiu da periodização elaborada por Bastide e propôs que a primeira fase ocorreu entre 1915 e 1923; a segunda, de 1924 a 1937; e a terceira, entre 1945 e 1963:

¹⁷ Roger Bastide integrou a Missão Francesa nos anos 1930, na recém-fundada Universidade de São Paulo. Realizou estudos sobre a sociedade brasileira, inclusive sobre questões raciais e religiosas.

- A primeira fase estava ligada ao caráter recreativo das associações negras, que transparecia nas publicações voltadas para a vida social de seus integrantes. Destacava-se a preocupação com a integração do negro na sociedade.
- O segundo momento iniciou com a criação do jornal O Clarim da Alvorada em 1924, a fundação da Frente Negra Brasileira e, posteriormente, de seu jornal A voz da Raça, e encerrou com o advento do Estado Novo e o arrefecimento das associações.
- Na terceira fase, destaca-se a filiação a partidos políticos e a candidatura a cargos públicos de integrantes das associações negras.¹⁸ (FERRARA, 1986, p. 30)

Em um trabalho mais recente, *A Imprensa Negra Paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências*, Gilmar Luiz de Carvalho (2009) se propõe a analisar a trajetória da imprensa negra a partir de outra periodização. Entre a primeira fase, característica do surgimento dos primeiros jornais, e a terceira, com o advento do Estado Novo, os periódicos da segunda fase estariam marcados, segundo Carvalho, pelo caráter reivindicatório de *O Getulino*, de Lino Guedes, fundado em 1923 e de *O Clarim da Alvorada*, de José Correia Leite e Jayme Aguiar, fundado em 1924.

Entre outros trabalhos referentes à imprensa negra, destaca-se também *Movimento Negro em São Paulo: Luta e Identidade*, de Regina Pahim Pinto (2013). A autora examinou obras de estudiosos como Florestan Fernandes e levantou questões acerca das características e finalidades de tal ação no contexto paulista, utilizando como fontes de informação, principalmente, a imprensa negra e o depoimento oral de militantes. Seu trabalho compõe uma análise abrangente sobre o movimento negro em São Paulo no período de 1900 a 1937 e estabelece uma comparação com a luta a partir do final da década de 1970.

Para Clóvis Moura, em prefácio no livro de Mirian Nicolau Ferrara:

Este esforço dos negros que através da sua imprensa – de negros para negros – reivindicavam a integração e a participação na sociedade abrangente representou uma forma alternativa de auto-afirmação étnica, de redescoberta do “eu” perdido ou quase

¹⁸ Vale notar que a periodização proposta por Ferrara coincide com a elaboração feita por José Correia Leite, como demonstrado na epígrafe deste capítulo.

perdido durante o longo período da escravidão colonial. [...] Essa imprensa, por tudo isto, é um repositório precioso de dados para a compreensão não apenas do grupo negro, mas dos seus dramas existenciais e ideológicos. (MOURA *apud* FERRARA, 1986, p.18-9)

A especificidade destacada por Moura revela, outrossim, a aspiração do negro em ser incluído naquela cultura letrada dos jornais e na sociedade como um todo. Havia um propósito de educação (BASTIDE, 1973) da população negra para apropriação dos espaços que almejava ocupar, reservando as páginas dos periódicos para estes objetivos e para personagens que não apareciam na imprensa regular.

O trabalho pioneiro de Roger Bastide, reconhecendo nos jornais negros seu caráter de documento histórico, “*localizou as funções dessa imprensa no contexto de manifestação cultural: tratava-se para ele de órgãos de educação de protesto e de integração por meio do noticiário da vida social*” (MALATIAN, 2018, p.345). De fato, os jornais, em sua maioria, surgiram atrelados às associações formadas pela população negra na área urbana; entretanto, a consideração do intelectual francês de que consistia em “*uma imprensa que só trata de questões raciais e sociais, que só se interessa pelos fatos relativos à classe da gente de cor*” (Bastide, 1973, p.51), ignora a característica principal da imprensa em geral que raramente deixa de tratar dos interesses das camadas que representa.

Os jornais negros tratavam da vida social, da valorização do negro, da expectativa e do esforço de inclusão na recém instaurada república; além disso, havia um propósito de reivindicação e conscientização racial, fortalecido com o passar do tempo. Tais temas, mesmo atualmente, ainda são considerados, muitas vezes, como de interesse exclusivo da população negra, quando, na realidade, impactam a vida de toda a sociedade, decorrem do contexto histórico de formação nacional e da realidade de exclusão e privilégio que atinge diferentes camadas da população.

Sobre as associações negras, em trabalho recente, a pesquisadora Teresa Malatian afirma:

Chama a atenção a peculiaridade de que, a exemplo das demais associações do gênero, [como as associações de imigrantes] que dificilmente se mostravam abertas a todos os indivíduos, as entidades acima mencionadas [associações negras] destinavam-se a agrupar somente negros, em contrapartida à exclusão que sofriam em outros ambientes. Constituíram-se a partir de uma identidade racial e almejavam a proteção mútua diante da

selvageria da sociedade capitalista, o principal atrativo para a filiação dos que buscavam um amparo previdenciário. Nelas nasceram os primeiros jornais e panfletos, dos quais temos notícias muito escassas e que demandam pesquisa mais acurada. [...]

Mas não apenas isso, pois para além das aparências, camufladas sob a vida associativa e recreacionista, a formação e a afirmação de uma identidade negra impunha-se e pouco a pouco adquiria conotações políticas mais amplas da sociedade abrangente, característica que iria se acentuar com a fundação da Frente Negra Brasileira em 1931 e dos jornais *O Clarim d'Alvorada* e *A Voz da Raça*. (2018, p.347-8) (*grifo nosso*)

Não é intenção deste trabalho iniciar uma análise histórica dos jornais para contrapor-se às obras supramencionadas, mas sim elucidar a trajetória de formação dos acervos de periódicos negros, observando que a recorrência da imprensa negra em estudos sobre o movimento negro, conforme ficou ilustrado, demonstra que a preservação de jornais e revistas, a promoção do acesso e a divulgação desses acervos, possibilitam elaborar e discutir a história da luta negra no Brasil e contribuem para a construção de uma memória negra baseada nas atividades e conquistas da população ao longo do tempo.

Na década de 1980, período em que se iniciou a abertura democrática, após vinte e um anos de regime militar, o movimento negro retomou o fortalecimento de suas ações, o interesse pela história da luta negra e a divulgação dos registros documentais da imprensa negra ocorreram por meio do advento dos estudos ligados ao tema, além de eventos públicos que contribuíram para a divulgação e posterior preservação de seus exemplares.

Em 1977, o sociólogo e militante negro Eduardo de Oliveira e Oliveira, realizou na Pinacoteca do Estado de São Paulo a exposição *A imprensa negra em São Paulo (1918-1965)*. Precedida por outra exposição de jornais negros, realizada na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, em 1972 (MALATIAN, 2018, p.354), o evento idealizado por Oliveira e Oliveira resultou em um catálogo atualmente disponível para consulta na Biblioteca Walter Wey, da Pinacoteca do Estado. (PINACOTECA, 1977)

O catálogo da exposição disponibiliza informação não somente acerca da imprensa negra na primeira metade do século XX, como também da atuação de Oliveira e Oliveira e da recepção dos órgãos de cultura acerca da memória negra à época. (Anexo 1 – Figura 5) Com 28 páginas e textos de Aracy A. Amaral, Eduardo de Oliveira e Oliveira e Paulo Roberto Leandro, o catálogo reproduz as primeiras capas de 21 (vinte e um) dos 80 (oitenta) exemplares expostos na ocasião, a saber:

Exemplares que constam no catálogo (primeiras páginas):

- O BANDEIRANTE – órgão de combate em prol do reerguimento geral da classe dos homens de cor (São Paulo), de 08/1918;
- A LIBERDADE – órgão dedicado à classe de côr, crítico, literário e noticioso (São Paulo), de 14/07/1919;
- O KOSMOS – órgão oficial do Grêmio Dramático e Recreativo “Kosmos” (São Paulo), de 08/1922;
- ELITE – órgão oficial do grêmio dramático, recreativo e literário “Elite da Liberdade” (São Paulo), de 20/01/1924;
- O CLARIM – publicação mensal da mocidade negra (São Paulo), de 06/04/1924;
- O CLARIM D’ALVORADA – órgão literário, noticioso e humorístico (São Paulo), de 15/10/1927;
- AURIVERDE – literário, humorístico, noticioso (São Paulo), de 29/04/1928;
- O PATROCÍNIO – órgão literário, crítico e humorístico (Piracicaba), de 19/10/1930;
- O CLARIM DA ALVORADA – órgão literário, noticioso e humorístico (São Paulo), de 23/08/1931;
- O CLARIM DA ALVORADA – órgão literário, noticioso e humorístico (São Paulo), de 13/05/1933;
- A VOZ DA RAÇA – órgão da “Frente Negra Brasileira” Mensário Independente (São Paulo), de 31/08/1935;
- TRIBUNA NEGRA – pela união social e política dos descendentes da raça negra (São Paulo), 1ª quinzena de setembro Anno I (sem ano) nº1;
- ALVORADA – órgão de propaganda cívica - Mensário de divulgação e cultura (São Paulo), 10/1949;
- O NOVO HORIZONTE (São Paulo), 10/1947;
- MUNDO NOVO (São Paulo), 26/08/1959(?);
- QUILOMBO – vida, problemas e aspirações do negro (Rio de Janeiro) 01/1950;
- O MUTIRÃO – órgão da Associação Cultural do Negro (São Paulo), 09/1958;
- HÍFEN – órgão dedicado à classe de côr, crítico, literário e noticioso (Campinas), 02/1960;
- O NOVO HORIZONTE (São Paulo), 03/1961;

- MONARQUIA (São Paulo), 10 e 12/1965;
- ÁRVORE DAS PALAVRAS (São Paulo), 09/1974.

A preservação fragmentada e espalhada por diferentes coleções dos títulos de periódicos da imprensa negra revela, além dos caminhos específicos dos registros documentais de movimentos sociais, a realidade da publicação dos jornais negros à época. A maior parte dos títulos não teve uma circulação longa. Os jornais encerravam a publicação após meses ou sofriam pausas e retornavam posteriormente. Nas coleções presentes tanto no IEB/USP como no Arquivo do Estado de São Paulo é possível perceber a variação na periodicidade dos exemplares que foram preservados. Títulos como O Clarim da Alvorada e A Voz da Raça estão acessíveis em numerosos exemplares, enquanto outros possuem apenas um ou dois números.

As coleções de jornais negros das duas instituições aqui selecionadas possibilitam observar a periodicidade de publicação dos variados títulos, o volume de exemplares preservados e a origem geográfica das publicações, sendo a absoluta maioria do próprio município de São Paulo. A história arquivística desses acervos, bem como a explanação das instituições que os abrigam, complementam a descrição das coleções.

3.1 Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo – IEB/ USP

O Instituto de Estudos Brasileiros, pertencente à Universidade de São Paulo IEB/ USP, constitui-se como um centro multidisciplinar de pesquisas e documentação sobre a história e as culturas do Brasil. A sua idealização, datada de 1962 por iniciativa de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), então professor titular de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH da Universidade de São Paulo, previa o seu status de instituto autônomo e multidisciplinar dentro da universidade, com o objetivo de proporcionar uma formação diversificada aos universitários e promover acesso ao acervo criado para este centro de referência¹⁹.

Os termos da proposta de criação do IEB por Sergio Buarque de Holanda encontram-se em carta datada de 5 de outubro de 1962, destinada ao Diretor em Exercício da FFLCH, professor Dr. Cândido Lima da Silva Dias.

Na proposta, Buarque consignava a instalação de:

um Instituto e não de um Centro, porque este último, na estrutura da Faculdade, restringia-se ao âmbito de um Departamento específico, estando sujeito, portanto, às restrições próprias de uma disciplina, ao passo que o Instituto era dotado de um status igual ao de uma Faculdade, podendo agregar disciplinas diversas, contar com a colaboração de outras Unidades da Universidade, constituir unidade orçamentária, possuir seus próprios professores e funcionários, enfim, dispor de autonomia razoavelmente ampla. (CALDEIRA apud SANCHES, 2011, p.250-1)

Além da justificativa em defesa de se ter um instituto, Buarque procurou encadear a criação do IEB com finalidades que cumpririam função complementar à formação em História, no intuito de resolver algo que ele via como problemático.

À época, o curso de graduação no qual era professor detinha ênfase na qualificação acadêmica de jovens historiadores cuja finalidade se voltava para a exclusiva docência no magistério. Embora não considerasse esse trabalho menor, Buarque sentia a necessidade de adicionar no curso a preparação para a pesquisa acadêmica e científica, de maneira a qualificar o estudante no trabalho e utilização dos arquivos e documentos históricos, imprescindíveis para a completa formação do historiador.

¹⁹ Para a história de criação do IEB, ver SANCHES, 2011.

Essa intenção ultrapassava a cadeira sob sua responsabilidade, no caso, História Geral da Civilização Brasileira, e envolvia a própria consecução plena do curso de História. Assim, a solução foi propor a criação do instituto visando encadear, relacionalmente, disciplinas e áreas do conhecimento – no que hoje nomeamos como interdisciplinaridade ou transversalidade – que permitissem uma melhor compreensão do Brasil nos seus mais diferentes aspectos. Tratava-se de reunir, então, sob a batuta do Instituto, disciplinas como Geografia, Literatura, Antropologia, Política, Sociologia, Paleografia, e outras que se inserissem nesse escopo.

Ficavam aliadas, dessa maneira, duas preocupações que Buarque antevia: a necessidade de uma formação ampla dos universitários e a importância de se adquirir uma compreensão aprofundada da sociedade brasileira, de forma cientificamente orientada.

Para dar conta dessa intenção, de acordo com Sanches (2011), o IEB foi criado mediante a divisão em dois setores: pesquisa e cultura. O primeiro, com o objetivo de relacionar os diversos campos do saber científico dentro de um foco comum: fornecer as condições de inteligibilidade sobre o Brasil; o segundo, setor cultural, volta-se para a promoção e organização de cursos, conferências, debates, intercâmbio cultural, concursos e exposições. Essas duas frentes correspondem às funções normativas da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Decorre desse cuidado em sua constituição a importância que o IEB mantém como centro de referência nos estudos sobre o Brasil. No Regimento Interno de 10 de maio de 1965 leem-se suas finalidades:

- 1) associar cadeiras e disciplinas relacionadas com os estudos brasileiros;
- 2) planejar e realizar, com investigadores de seu quadro e das várias cadeiras e disciplinas, pesquisas próprias, oferecendo condições para a sua efetivação e divulgação;
- 3) incentivar a participação de alunos de um curso nos trabalhos de cadeiras de outros, assegurando a convivência entre professores, alunos e investigadores estranhos ao quadro da universidade;
- 4) encaminhar alunos e ex-alunos no levantamento da documentação, em especial em bibliotecas e arquivos nacionais e estrangeiros, orientando-os em sua utilização;
- 5) realizar cursos ou seminários de natureza especial e expedir os respectivos certificados. (SANCHES, 2011, p.251-2)

Além desses cinco itens, que definem o acesso livre da instituição à pesquisa, principalmente para quem não pertence ao quadro da Universidade de São Paulo, cabe destacar a previsão de oferta de cursos e apoio à investigação:

cursos de pós-graduação com duração de dois anos e um currículo que misturasse ciências humanas e literatura; cursos de seis meses, mais intensivo, para grupos de estudantes estrangeiros; cursos de três meses para pessoas encarregadas de tarefa no estrangeiro (leitores, jovens professores, bolsistas, etc.); orientação de pós-doutorado para estrangeiros. (SANCHES, idem)

Em relação à pesquisa, o IEB passou a reunir uma série de documentos históricos com o objetivo de constituir um acervo modelar para a guarda e a disponibilização pública a pesquisadores e à comunidade, com fontes que hoje seriam de difícil acesso caso não estivessem devidamente custodiadas.

Desde 1965 o IEB vem adquirindo acervos pessoais e coleções de obras sobre o Brasil, antes pertencentes, em caráter particular, a famílias e intelectuais renomados, como as coleções de F. de J. Almeida Prado, Mário de Andrade, Fernando de Azevedo, Guimarães Rosa, Anita Malfatti, Caio Prado Jr., entre inúmeros outros nomes de referência da cultura e ciência brasileira.

Dessa forma, atualmente, acervo e pesquisa mantêm-se indissociáveis. No site do IEB (www.ieb.usp.br) lê-se que as pesquisas se desenvolvem nas áreas temáticas de Artes, Literatura, Música, História, História Econômica, Geografia, Economia, Antropologia e Sociologia, com um programa de pós-graduação (mestrado) do Instituto, sob a denominação “Culturas e Identidades Brasileiras”, a partir de duas linhas de pesquisa: 1) Sociedade e Cultura na América Portuguesa e no Brasil; e 2) Brasil: a realidade da criação e a criação da realidade.

No que se refere ao acervo e ao procedimento de novas incorporações, o site informa que:

O Acervo do IEB é formado por 91 fundos e coleções, além de vasta documentação resultante de pesquisa e documentação avulsa e geral. Em termos quantitativos, trata-se de aproximadamente 450 mil documentos no Arquivo, 180 mil livros na Biblioteca e 8 mil objetos na Coleção de Artes Visuais. As incorporações ao acervo realizadas pelo IEB, através de compras ou doações, são mantidas em sua integralidade e destinadas ao Arquivo, à Biblioteca e à Coleção de Artes Visuais,

de acordo com suas especificidades. Ao Arquivo cabe a organização dos documentos textuais e audiovisuais, enquanto a Biblioteca se ocupa das obras publicadas e a Coleção de Artes Visuais reúne as obras de arte e os objetos tridimensionais.²⁰

Já o Guia do IEB (2010) apresenta o acervo mediante as coleções existentes, informando: título, biografia do titular, percurso de incorporação da coleção ao acervo IEB, descrição do conteúdo, quantidade e estado de organização. O acervo *on line*, por sua vez, relaciona o material digitalizado disponível e os instrumentos de pesquisa com informações sobre os documentos, os quais podem ser consultados através do Catálogo Eletrônico do IEB.

O material oriundo da pesquisa de Ferrara abrange o período de 1904 a 1963 e foi doado ao IEB no ano de 1988 (cedido pelo professor João Baptista Borges e Mirian Nicolau Ferrara²¹). Divide-se em jornais impressos, sob a guarda da biblioteca do IEB, e exemplares microfilmados, sob a guarda do arquivo do IEB. Além disso, a digitalização de diversos exemplares está disponível no Portal da Imprensa Negra Paulista.

No arquivo do IEB estão salvaguardados os exemplares microfilmados da coleção Jornais negros brasileiros: 1904-1969²², a saber: (Anexo 1 – Figura 6)

- 1) 2 (dois) rolos de microfilme em Diazo, contendo os exemplares microfilmados oriundos da pesquisa de Ferrara, cedidos pela autora e pelo professor João Baptista Borges, em janeiro de 1988. A microfilmagem realizada a cargo da Biblioteca Mário de Andrade (informação que consta na folha de rosto do microfilme) ocorreu a partir de exemplares originais e de cópias reprográficas dos exemplares pertencentes à coleção particular de militantes (em maior número, pertencentes à José Correia Leite) e de exemplares pertencentes ao acervo da Biblioteca Municipal Mário de Andrade.

Títulos de acordo com a ordem em que estão microfilmados:

<p>Exemplares microfilmados da coleção Jornais negros brasileiros: 1904-1969</p>

²⁰ Acervo. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/acervo/>>. Acesso em 20 dez. 2018

²¹ Informação disponível na folha de rosto do rolo de microfilme.

²² **Guia do IEB**. 2010, p.276. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/category/noticias/guia-do-ieb/>. Acesso em 15/11/2018.

A) Jornais da Raça Negra SP – Janeiro 1904 – Abril 1928

- O MENELICK – órgão mensal, noticioso, literário e crítico dedicado aos homens de cor (São Paulo), de 17/10/1915 e 01/01/1916;
- O ALFINETE – órgão literário, crítico e recreativo dedicado aos homens de cor (São Paulo), de 22/09/1918 a 11/1921;
- A LIBERDADE – órgão dedicado à classe de cor, crítico, literário e noticioso (São Paulo), de 07/1919 a 31/10/1920;
- A SENTINELLA – órgão crítico, literário e noticioso (São Paulo), de 10/1920;
- O KOSMOS – órgão oficial do Grêmio Dramático e Recreativo “Kosmos” (São Paulo), de 08/1922 a 01/1924;
- GETULINO – órgão para a defesa dos interesses dos homens pretos (Campinas), de 05/08/1923 a 13/05/1926;
- O CLARIM e O CLARIM DA ALVORADA – órgão literário, noticioso e humorístico, (São Paulo) de 01/1924 a 07/1927;
- A RUA – literário, crítico e humorístico (São Paulo), de 24/02/1916;
- O BALUARTE, de 13/01/1904;
- O XAUTER – jornal independente (São Paulo), de 16/05/1916;
- O BANDEIRANTE – órgão de combate em prol do reerguimento geral da classe dos homens de cor (São Paulo), de 09/1918 e 04/1919;
- ELITE – órgão oficial do grêmio dramático, recreativo e literário “Elite da Liberdade” (São Paulo), de 20/01/1924; 17/02/1924; 02/03/1924;
- O PATROCÍNIO – órgão literário, crítico e humorístico (Piracicaba), de 04/1928 a 03/1930;
- AURIVERDE – literário, humorístico, noticioso (São Paulo), de 08/04/1928 a 15/04/1928; 13/05/1928.

B) Jornais da Raça Negra SP – novembro 1935 - 1953

- A Raça (Minas Gerais), 10/10 – 21/12/1935;
- A Alvorada (Minas Gerais), 12/04 – 05/05/1936;
- União (Paraná), 27/03 e 15/05/1948;
- Quilombo (Rio de Janeiro), 05/01/1950;
- Redenção (Rio de Janeiro), 12/1950;
- A Voz da Negritude (Rio de Janeiro), 1953.

- 2) 1 (um) rolo em Diazo e uma cópia em 1 (um) rolo de microfilme em nitrato de prata, contendo os exemplares microfilmados oriundos da pesquisa de Michael J. Mitchell²³ doada ao IEB em 1972.

Sobre a pesquisa de Mitchell:

Outra iniciativa de resgate e preservação coube ao pesquisador norte-americano Michael Mitchell que realizou microfilmagem do conjunto denominado *The Black Press of Brazil*, depositado na Biblioteca Firestone da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos. Os microfilmes foram realizados nos anos 1970 e 1980 a partir de coleções de variada abrangência, que se encontravam na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na Biblioteca Mário de Andrade de São Paulo e no Arquivo Edgar Leuenroth da UNICAMP (ANDREWS, 1998, p. 201; ALBERTO, 2011, p. 308). A reprodução dos jornais contou com verba do consulado americano, e segundo José Correia Leite das três cópias produzidas na ocasião, uma foi levada por Michael Mitchell para sua universidade, as demais destinadas ao IEB/USP e à Biblioteca Mário de Andrade ou à Biblioteca Sérgio Milliet (Centro Cultural São Paulo) (LEITE, 1992, p.197-8 *apud* MALATIAN, 2018, p.357)

Em seu artigo, Malatian afirma que: “*Parece ter sido um trabalho paralelo àquele realizado por Ferrara, que por diversas vezes enfatizou ter descoberto os originais das coleções consultadas*”. (2018, p.357) Contudo, a tese do pesquisador, apresentada à

²³ Michael J. Mitchell nasceu no Bronx e faleceu no Arizona em outubro de 2015. Desde 1990 era professor associado na Escola de Política e Estudos Globais da Universidade Estadual do Arizona, Estados Unidos. Realizou o estudo de campo para a tese de doutorado (Ph.D.) no Brasil, entre 1971 e 1972, obtendo o título de doutor na área de Ciência Política em 1977 pela Universidade de Indiana. Retornou ao Brasil para estudos em mais algumas ocasiões, entre 1979 e 1984, por conta do processo de abertura democrática. Lecionou sobre “desigualdade no terceiro mundo” e “racismo e política na América Latina” em 1974 no Massachusetts Institute of Technology (M.I.T.), tendo sido pesquisador associado nessa instituição entre 1973 e 1975.. De 1975 a 1984, lecionou na Universidade de Princeton, abordando principalmente temas vinculados aos estudos afro-americanos. Ministrou também inúmeros cursos na Universidade Estadual de Nova Iorque (Albany) entre 1984 e 1990. Fez parte da comissão editorial de expressivas revistas acadêmicas, a exemplo do *Journal of Afro-Latin American Studies and Literature* e do *National Political Science Review*, onde atuou como coeditor (2009- 2015). Autor de livros importantes e dezenas de estudos e artigos, seu interesse acadêmico estava direcionado para o entendimento da questão racial brasileira na relação entre política e cultura. Seu principal trabalho, *Racial Consciousness and Political Attitudes and Behavior of Blacks in Sao Paulo Brazil* (1977), era leitura obrigatória para qualquer estudante de pós-graduação interessado nessa área. Como afirmado por David Covin, companheiro de pesquisa e professor da Universidade Estadual do Arizona, Mitchell foi o responsável por formar quatro gerações de estudantes norte-americanos nos estudos de política afro-brasileira. Durante as constantes visitas ao Brasil, também para participar de seminários e congressos em Recife, Salvador e Florianópolis, construiu sólida relação com alguns pesquisadores nacionais, a exemplo de Eduardo de Oliveira e Oliveira.

Indiana University, data de 1977 e, de acordo com a informação disponível no Guia do IEB, o material foi doado pelo pesquisador em 1972. Ferrara, que também desenvolveu sua pesquisa na década de 1970, declarou ter tido acesso aos originais em 1976 por intermédio de Jayme Aguiar.

Segundo Correia Leite:

[Michael Mitchell] juntamente com o sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira organizaram um encontro de todos os remanescentes da imprensa negra do passado. Isso se deu na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, com a presença de figuras importantes, como os professores Florestan Fernandes, Antonio Candido e os militantes Jayme de Aguiar, Henrique Cunha, Geraldo Campos, Aristides Barbosa, Oswaldo de Camargo, Francisco Lucrécio e Fernando Góis. [...] Continuando, o professor Michael Mitchell, com o auxílio do Consulado Americano, conseguiu microfilmar a maioria dos jornais negros que existiram. Isso foi feito página por página de cada jornal. Foram feitos três rolos de microfilme, um original e duas cópias. Um o Michael levou para a sua universidade e os outros dois ele deixou, pelo que eu soube, na USP, no Instituto de Estudos Brasileiros e na Biblioteca Mário de Andrade. (LEITE, 1992, p.197-8)

Foi possível observar também que o Portal da Imprensa Negra Brasileira, idealizado por Miriam Nicolau Ferrara, a ser apresentado adiante, não contempla a coleção oriunda da pesquisa de Michael Mitchell.

Exemplares microfilmados oriundos da pesquisa de Michael Mitchell (ordem da microfilmagem)
<ul style="list-style-type: none"> • O MENELICK – órgão mensal, noticioso, literário e crítico dedicado aos homens de cor (São Paulo), 01/01/1916; • O BANDEIRANTE – órgão de combate em prol do reerguimento geral da classe dos homens de cor (São Paulo), 08/1918 e 04/1919; • O ALFINETE – órgão literário, crítico e recreativo dedicado aos homens de cor (São Paulo), (São Paulo), 09/1918 e 08/1921; • A LIBERDADE – órgão dedicado à classe de cor, crítico, literário e noticioso (São Paulo), (São Paulo), 14/07/1919 a 09/05/1920; • A SENTINELA (São Paulo), 14/10/1920; • AURIVERDE – literário, humorístico, noticioso (São Paulo), 04/1928;

- O KOSMOS – órgão oficial do Grêmio Dramático e Recreativo “Kosmos” (São Paulo), 01/1920 e 10/1920;
- ELITE (São Paulo), 01/1920;
- O XAUTER – jornal independente (São Paulo), 14/05/1919;
- A RUA – literário, crítico e humorístico (São Paulo), 14/02/1916;
- PROGRESSO (São Paulo), 06/1928 a 08/1932
- O CLARIM (São Paulo), 03/02/1924 a 06/04/1924;
- O CLARIM DA ALVORADA (São Paulo), 13/05/1924 a 26/07/1931;
- CHIBATA (São Paulo), 02 e 03/1932;
- TRIBUNA NEGRA – pela união social e política dos descendentes da raça negra (São Paulo), 09/1935;
- A VOZ DA RAÇA – órgão da “Frente Negra Brasileira” Mensário Independente (São Paulo) 03/1933 a 11/1937;
- O MUNDO NEGRO (São Paulo), 01 a 12/1931;
- BRASIL NOVO (São Paulo), 04 a 07/1933;
- ALVORADA (São Paulo), 09 a 12/1945 a 06/1948;
- O NOVO HORIZONTE (São Paulo), 05/1946 a 05/1961;
- CRUZADA CULTURAL (São Paulo), 05/1950 a 1960;
- MUNDO NOVO (São Paulo), 08 e 09 de 1950;
- O MUTIRÃO – órgão da Associação Cultural do Negro (São Paulo), 05 a 09/1958;
- O ÉBANO (São Paulo), 03/1961;
- CULTURA (São Paulo), 01/1931 a 05/1934;
- SENZALA (São Paulo), 01 a 04/1946;
- NÍGER (São Paulo), 07 a 10/1960.

Fonte: Elaborada pela autora

Na biblioteca do IEB estão salvaguardados os exemplares impressos de 15 títulos periódicos coletados por Ferrara durante sua trajetória de pesquisa. Os jornais estão em condições razoáveis de manuseio, armazenados em pastas poliondas, com páginas interfolhadas por papel neutro. Todo o material está catalogado em fichas, em processo

de descrição no catálogo *online* Dedalus²⁴, e disponível para consulta mediante agendamento.

Exemplares da Coleção Jornais Negros Brasileiros, em papel, disponíveis na biblioteca

- A LIBERDADE – órgão dedicado à classe de côr, crítico, literário e noticioso (São Paulo), de 14/07/1919 a 31/10/1920;
- ALVORADA – Órgão de propaganda cívica (São Paulo), de 09/1947 a 06/1948;
- AURIVERDE – literário, humorístico, noticioso (São Paulo), de 08/04/1928 a 13/05/1928;
- A VOZ DA RAÇA – órgão da “Frente Negra Brasileira” Mensário Independente (São Paulo), de 18/03/1933 a 11/1937;
- CHIBATA (São Paulo), de 02/1932 e 03/1932;
- ELITE – órgão oficial do grêmio dramático, recreativo e literário “Elite da Liberdade”, (São Paulo) de 20/01/1924 a 02/03/1924;
- ESPELHO (Rio de Janeiro);
- GETULINO – órgão para a defesa dos interesses dos homens pretos (Campinas), de 05/08/1923 A 13/05/1926;
- O ALFINETE – órgão literário, crítico e recreativo dedicado aos homens de cor (São Paulo), (São Paulo), de 22/09/1918 a 11/1921;
- O BANDEIRANTE – órgão de combate em prol do reerguimento geral da classe dos homens de cor (São Paulo), de 09/1918 e 04/1919;
- O MUTIRÃO – órgão da Associação Cultural do Negro (São Paulo), de 05/1958 e 13/06/1958;
- O KOSMOS – órgão oficial do Grêmio Dramático e Recreativo “Kosmos” (São Paulo), de 08/1922 a 01/1924;
- O NOVO HORIZONTE (São Paulo), de 05/1946 a 11/1946;
- O PATROCÍNIO – órgão literário, crítico e humorístico (Piracicaba), de 04/1928 a 03/1930;
- SENZALA (São Paulo), de 01/1946 e 02/1946.

Fonte: Elaborada pela autora

²⁴ Banco de dados bibliográfico da Universidade de São Paulo.

O suporte físico do jornal, publicado em exemplares numerosos, não privilegia a conservação. Produzido para ser descartado no dia seguinte, a permanência do jornal em acervos exige procedimentos de conservação como os que foram adotados. No IEB, o conjunto documental doado por Ferrara, classificado como coleção completa, foi, de acordo com critérios internos, colocado sob a responsabilidade da biblioteca. A inserção na base de dados Delalus compõe uma política de acesso e divulgação, permitindo a identificação dos itens documentais por meio da internet e possibilitando cruzamento de informações pelo tema durante a busca.

Por fim, cabe destacar a iniciativa que promove o acesso e a divulgação dos acervos em questão. O Portal da Imprensa Negra Paulista reúne cópias em formato digital, disponíveis para consulta via internet, de periódicos integrantes da imprensa negra no século XX. A maior parte dos títulos é formada pela coleção reunida por Ferrara, como citado acima. Há disponível também a *“coleção completa da Revista Niger, publicada em 1960, em quatro edições, pertencente ao acervo pessoal de seu editor, o jornalista Oswaldo de Camargo”*.

A digitalização e disponibilização dos títulos para consulta virtual traduz a política de acesso e divulgação adotada pela instituição para este acervo. Na página é possível consultar a versão digitalizada de 26 títulos, a saber:

Títulos da imprensa negra disponíveis no Portal da Imprensa Negra Paulista
<ul style="list-style-type: none"> • 6 (seis) números de A LIBERDADE – órgão dedicado à classe de côr, crítico, literário e noticioso, de 14/07/1919 a 31/10/1920; • 1 (um) número de A RUA – Subtítulo: literário, crítico e humorístico, de 24/02/1916; • 1 (um) número de A SENTINELLA – órgão crítico, literário e noticioso, de 10/10/1920; • 66 (sessenta e seis) números de A VOZ DA RAÇA – órgão da “Frente Negra Brasileira” Mensário Independente, de 18/03/1933 a 11/1937; • 9 (nove) números Alvorada – Órgão de propaganda cívica, de 09/1947 a 06/1948; • 4 (quatro) números de AURIVERDE – literário, humorístico, noticioso, de 08/04/1928 a 13/05/1928;

- 2 (dois) números de CHIBATA, de 02/1932 e 03/1932;
- 1 (um) número de CORREIO D'ÉBANO, de 16/06/1963;
- 3 (três) números de ELITE – órgão oficial do grêmio dramático, recreativo e literário “Elite da Liberdade”, de 20/01/1924 a 02/03/1924;
- 1 (um) número de EVOLUÇÃO, de 13/05/1933;
- 8 (oito) números de HÍFEN – órgão dedicado à classe de cor, crítico, literário e noticioso, de 02/1960 a 01/1962;
- 1 (um) número de MUNDO NOVO, de 23/09/1950
- 1 (um) número de NIGER, de 07/1960;
- 1 (um) número de NOSSO JORNAL, de 05/1951;
- 1 (um) número de NOTÍCIAS DE ÉBANO, de 10/1957;
- 5 (cinco) números de NOVO HORIZONTE, de 05/1946 a 11/1946;
- 8 (oito) números de O ALFINETE – órgão literário, crítico e recreativo dedicado aos homens de cor, de 22/09/1918 a 11/1921;
- 1 (um) número de O BALUARTE, de 15/01/1904;
- 2 (dois) números de O BANDEIRANTE – órgão de combate em prol do reerguimento geral da classe dos homens de cor, de 09/1918 e 04/1919;
- 2 (dois) números de O CLARIM, de 03/1935 e 05/1935;
- 20 (vinte) números de O CLARIM DA ALVORADA, de 06/01/1924 a 17/07/1927;
- 3 (três) números de O ESTÍMULO, de 12/05/1935 a 02/06/1935;
- 2 (dois) números de O MUTIRÃO – órgão da Associação Cultural do Negro, de 05/1958 e 13/06/1958;
- 24 (vinte e quatro) números de PROGRESSO, de 23/06/1928 a 26/09/1930;
- 2 (dois) números de SENZALA, de 01/1946 e 02/1946;
- 1 (um) número de TRIBUNA NEGRA – pela união social e política dos descendentes da raça negra, de 09/1935.

Fonte: Elaborada pela autora

Trata-se de uma iniciativa que prevê, segundo informações disponíveis no site:

a inclusão de novos materiais para garantir a reunião de coleções o mais completas possível desses periódicos. Algumas edições deles encontram-se nos acervos da coleção Eduardo de Oliveira e

Oliveira, da Unidade Especial de Informação e Memória da UFSCAR (UEIM), e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem). Aos pesquisadores interessados, também existem cópias microfilmadas desse material em arquivos tais como o Centro de Memória da Unicamp (CMU), o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro), a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, a coleção de microfilmes sobre a América Latina da Biblioteca de Princeton e a Biblioteca do Congresso, nos Estados Unidos da América.²⁵

As conexões entre os acervos, as cópias compartilhadas entre instituições, as edições fac-similares e as iniciativas como a do Portal da Imprensa Negra, que busca agrupar as versões disponíveis em instituições diversas, evidenciam a dispersão dos exemplares preservados entre diversos espaços de custódia. Essa dispersão é característica dos acervos relativos ao movimento negro, cuja preservação, salvaguarda e disponibilização para acesso constituem tarefa desafiadora e remetem ao contexto de produção dos documentos, ações de protesto, contestadoras e reivindicatórias.

Parte da coleção sobre imprensa negra presente no IEB tem origem na pesquisa de Miriam Nicolau Ferrara, em seu trabalho de mestrado de 1981, *A Imprensa Negra Paulista (1915/1963)*, publicado posteriormente em 1986, com prefácio de Clóvis Moura. A autora travou contato com os periódicos que estavam em poder de militantes, os quais colaboraram com a sua investigação. Esses jornais foram posteriormente doados ao IEB, com o intuito de preservação e acesso aos mesmos.

A trajetória deste conjunto documental tem início com a acumulação e guarda de diversos exemplares por intelectuais militantes que participaram da publicação dos periódicos, em especial José Correia Leite e Jayme Aguiar, fundadores do jornal *O Clarim*, posteriormente denominado *O Clarim da Alvorada*.

Ferrara relata:

Comecei a busca pelos jornais, no início sem sucesso. Em 1976, no entanto, consegui o contato de Jayme de Aguiar, que havia editado *O Clarim da Alvorada*. Fui procurá-lo e perguntei se poderia me ajudar. Ele me olhou firmemente, levou as mãos à cabeça e disse: “mas filha, eu não sabia que o que eu fiz era tão importante! Me acompanhe”. No andar superior da casa, subi em um banquinho e de cima de um armário foi tirando pacotes

²⁵ **Imprensa Negra Paulista**. Disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br/impresnanegra/index.php/institucional/>. Acesso em 20 dez. 2018.

com os jornais. Impossível descrever o que senti naquele momento.²⁶ (grifo nosso)

Apesar da frase em destaque, descrita pela pesquisadora no site Portal da Imprensa Negra, os idealizadores dos jornais demonstravam ter bastante consciência da importância de seu trabalho, tanto à época como posteriormente na colaboração com diversos pesquisadores acadêmicos. Embora seus nomes não figurem como doadores das coleções, o esforço de preservação e guarda possibilitou a institucionalização posterior. Em depoimento gravado em julho de 1975 e transcrito na edição fac-símile da Imprensa Negra (2002), Jayme Aguiar relata:

Os negros tinham jornais das sociedades dançantes e esses jornais das sociedades dançantes só tratavam dos seus bailes, dos seus associados, os disse-que-disse, as críticas adequadas como faziam os jornais dos brancos que existiam naquela época: jornal das costureiras, jornal das moças que trabalhavam nas fábricas etc. O negro ficava de lado porque ele não tinha meios de comunicação. Então esse meio de comunicação foi efetuado através dos jornais que nós conhecemos e que tratavam do movimento associativo das sociedades dançantes. O Xauter, O Bandeirante, O Menelick, O Alfinete, O Tamoio e outros mais. O Menelick foi um dos primeiros jornais associativos que surgiram em São Paulo, criado pelo poeta negro Deocleciano Nascimento, falecido, mais ou menos há oito anos atrás. Esse Menelick, por causa da época da Abissínia com a Itália, teve repercussão muito grande dentro de São Paulo. Todo negro fazia questão de ler o Menelick. E tinha, também, o Alfinete. Pelo título do jornal os senhores já estão vendo: cutucava os negrinhos e as negrinhas... Depois, então, é que surgiram os negros que queriam dar alguma coisa de mais elevação, de cultura, de instrução e compreensão para o negro. Então surgiram os primeiros jornais dos negros dentro de um espírito de atividade profunda. Modéstia à parte, eu e o Correa Leite, a 6 de janeiro de 1924, fundamos O Clarim. O Clarim, em primeiro lugar, chamava-se simplesmente O Clarim. Mas existia, como existe ainda hoje em Matão, O Clarim, o grande jornal espírita. A redação de O Clarim era na minha casa, na rua Ruy Barbosa. Nós publicávamos o jornal com pseudônimo: Jin de Araguari e Leite. Foi uma espécie de hieróglifo que formamos para não aparecermos como jornalistas. Depois, esse jornal foi tomando projeção. Eu devo — abrindo um parêntese — de minha parte uma grande influência na fundação do jornal a um amigo meu, já falecido, e que na época era estudante de Direito: José de Molina Quartin Filho, que tinha o pseudônimo de Joaquim Três.

²⁶ Sobre o acervo. In: **Imprensa Negra Paulista**. Disponível em:

<<http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/index.php/sobre-o-acervo-2/>>. Acesso em 20 dez. 2018.

Ele trabalhava em O Correio Paulistano e fazia crônica carnavalesca na época, com Menotti del Picchia que na época fazia crônica com o pseudônimo de Helius.

Eu e o Quartin trabalhávamos juntos numa mesma repartição, então ele me disse: – Jayme, os negros precisam ter outro meio de viver. Eu disse: – Compreendo. E por que você não faz um jornal? E foi assim que eu procurei o meu amigo José Correia Leite e nós começamos a fazer O Clarim da Alvorada. [...] Havia, também, A Princesa do Norte. A Princesa do Norte era um jornal feito com muito carinho, com muitas dificuldades, por um preto que era cozinheiro do antigo Instituto Disciplinar, onde hoje é o Pró-Menor. E esse cozinheiro chamava-se Antônio dos Santos e tinha um pseudônimo que os senhores vão rir: Tio Urutu. Era um preto gordo, cabelos grandes, um boné ao lado, morava na mesma rua em que eu morava, Rua Ruy Barbosa, uns dois quarteirões após a minha casa. Todas as manhãs ele passava com a sua cesta, fazia as compras que ia levar para o Instituto Disciplinar. Um dia ele me disse: O Senhor já leu o jornal? e me mostrou o A Princesa do Norte. Eu gostei do jornalzinho. Vi aquelas críticas e vi uns versos. E como todos nós brasileiros, não há quem não goste de música, não há quem não goste de poesia, começamos a publicar alguma coisa no jornal de Tio Urutu. Depois, com o aparecimento do nosso jornal, Tio Urutu continuou com o seu A Princesa do Norte e depois acabou o seu bairro e acabou o seu jornal; surgiu O Clarim da Alvorada que no início era um jornal de cultura, instrutivo, etc. e apareceram os primeiros literatos negros no nosso meio. (grifos nossos)

No livro ... E disse o Velho Militante (1992), depoimento de José Correia Leite registrado pelo jornalista Luiz Silva Cuti na década de 1980, que constitui um documento esclarecedor sobre o contexto de criação desses jornais e da vida associativa dos negros na primeira metade do século XX, Leite relata:

Esse meu depoimento espero que possa ser um ponto de referência para as pessoas interessadas em conhecer o que houve, o que fez uma minoria preocupada em apontar os erros e injustiças da tal abolição da escravatura. Só o negro pode advogar essa questão. As consequências ainda estão aí. É uma carga muito forte e negativa dos 400 anos de retardamento não só físico, mas também mental e espiritual. Então, um grupo mais ou menos esclarecido entendia que o negro devia ir a campo para se conscientizar e combater com a mesma arma do branco: cultura e instrução, o que o negro não tinha nem se preocupava em ter. E nós tínhamos de enfrentar também o meio branco. Para uma boa parte dele, o negro estava muito bem aqui no Brasil, tinha liberdade para morrer de beber cachaça, de tuberculose... Mas havia brancos que se preocupavam humanamente, dentre os quais alguns conheciam o problema melhor que a gente. Mas, de

maneira geral, os brancos viam no negro uma raça inferior, achavam que nós não tínhamos necessidade de subir, e que o mínimo para a sobrevivência era o bastante. [...]

O desinteresse pela sua causa era uma das barreiras para a imprensa negra. E havia outras barreiras. Começa comigo, no caso d'O Clarim d'Alvorada. Como é que eu entrei nessa luta, sendo um ignorante, um sujeito semi-alfabetizado? Eu não sou autodidata porque cursei determinada disciplina e, por não poder me formar, me tornei um autodidata. Não. Eu sou autodidata mesmo, porque não tenho nem o curso primário. Como é que consegui descobrir essa questão de que o negro era um marginalizado, com um problema que ele mesmo não discutia, os governos negavam a existência, os brancos diziam que estavam resolvido? (LEITE, 1992, p.19-20) (grifos nossos)

Cabe aqui um aparte sobre José Correia Leite e Jayme Aguiar. Concordando com Carvalho (2009) em sua periodização e com o próprio Aguiar em seu depoimento, o jornal que fundaram juntos, O Clarim, foi um dos primeiros a colocar a questão reivindicatória como característica principal da publicação, sobretudo quando a direção ficou a cargo de Correia Leite.

A biografia de José Correia Leite (1900-1989) é representativa de um itinerário de vida difícil e sempre próximo da bancarrota; por outro lado, mostra bem uma realidade comum ao negro da época, sendo que Correia Leite pode ser visto como a exceção que confirma a regra, não pelo sucesso financeiro, mas pelo autodidatismo e pelas realizações na luta negra.

Correia Leite nasceu no centro de São Paulo (à Rua 24 de Maio) e cresceu no bairro da Bela Vista em meio aos imigrantes italianos. Mestiço, não foi reconhecido pelo pai branco – de acordo com um boato de um conhecido íntimo, o pai era um grande figurão político da época, para quem a mãe prestou serviço como doméstica. Esta, sozinha, precisava deixar o filho em casa de estranhos para poder trabalhar, fazendo com que Correia Leite passasse por maus tratos frequentemente. Por conta dessa condição, sem respaldo de alguém que se responsabilizasse por sua educação, não teve oportunidade de frequentar a escola enquanto criança.

Mais tarde, segundo ele, a mãe veio a ter problemas psicológicos, o que fez com que muito cedo assumisse os cuidados de mantenedor financeiro. De modo que, ainda criança, trabalhou em funções como “menino de recados” e “entregador de marmitas”; depois, como ajudante de carpintaria, ajudante de lenheiro e mais tarde como cocheiro nas casas e para os negócios dos italianos. Morou justamente em um porão em uma casa

de italianos, com os quais convivia, mestiço tolerado que era, embora não aceito em outras atividades que pudessem contribuir para o aprendizado de uma profissão. Com esforço autodidata aprendeu a ler e escrever, tornando-se, assim, escritor e jornalista. (LEITE, 1992)

Jayme Aguiar teve uma trajetória diferente da de Correia Leite. Ele era filho de pai e mãe negros. Sua família contava, segundo Correia Leite, com a proteção da família Paula Sousa, antigos “senhores de escravos”. Aguiar frequentou o colégio Coração de Jesus²⁷ e em seu reencontro com Correia Leite na juventude, ajudou-o com aulas de língua portuguesa. Foi de Aguiar a iniciativa de fundar O Clarim da Alvorada, inicialmente previsto como um jornal de crítica literária e mais tarde reconhecido pela militância contra o racismo. (LEITE, 1992)

O contato de Aguiar com Mirian Ferrara foi o início da trajetória de formação de parte da coleção de jornais negros do IEB.²⁸

É sintomático o silenciamento que ainda impera sobre personagens e realizações do movimento negro se for considerada a origem da coleção de jornais negros no acervo, que remete justamente ao material de trabalho acadêmico desenvolvido na universidade. Ainda que os exemplares tenham sido doados (ou depositados) por pesquisadores/professores, o esforço em reunir e preservar a coleção foi dos intelectuais militantes, fundadores e redatores dos periódicos estudados, cuja ligação com os documentos era pessoal e direta.

Como exemplo dessa situação, citamos Cuti ao falar de Correia Leite em prefácio de ...E disse o velho militante, sobre as gravações das entrevistas realizadas com Correia Leite entre março de 1983 e fevereiro de 1984:

Desde estudiosos renomados – brasileiros e brasilianistas – até, como já disse, simples curiosos, Correia Leite sempre recebeu a todos, muitas vezes com esforço físico, pois que a sua idade apresentava exigências de horários para refeição, medicação, repouso, etc. [...]. Mas, uma de suas características que mais admirei foi a generosidade. Lamento que algumas pessoas tenham confundido esse traço (tão raro) de personalidade com ingenuidade e, num flagrante desrespeito, apossaram-se de materiais valiosos (jornais, revistas, textos, livros etc.) para não

²⁷ Provavelmente Correia Leite se referia ao Liceu Coração de Jesus, localizado no bairro do Campos Elíseos, região central de São Paulo.

²⁸ O trabalho de Ferrara também guarda estreita relação com o Fundo Clóvis Moura do Cedem, a ser trabalhado no próximo capítulo. Exemplares da edição em fac-símile dos jornais negros, editada em 1984 e em 2002 por Moura em conjunto com Ferrara, está presente no fundo mencionado. (MOURA, 2002)

mais devolver-lhe. Aliás, esses fatos sempre o aborreceram muito. [...]

Eu tinha percebido, inúmeras vezes, trechos inteiros do que ele dizia numa simples conversa transpostos para páginas impressas. Uns com aspas, outros não. Mas, trechos! Senti que alguém como José Correia Leite, tendo escrito tanto na Imprensa Negra e lutado para elevação de seu povo, deveria ter o seu discurso registrado num trânsito livre como flui a conversa. Liguei o gravador e comecei a fazer perguntas. Não eram necessárias muitas. Eu estava diante de uma pessoa interessada em contar o que se passou, comprometida com a sua função de depositária de um conhecimento prático, vivido, mas também fundamentado em leituras contínuas e variadas. (1992, p.12-3) (grifo nosso)

Elucidar a trajetória de formação desses acervos remete justamente a evidenciar o esforço consciente dos seus idealizadores empreendido na preservação dos documentos antes de sua institucionalização.

Arquivo Público do Estado de São Paulo

O Arquivo Público do Estado de São Paulo, órgão responsável pela formulação de políticas públicas de gestão documental para o Governo do estado de São Paulo, possui história que remonta ao fim do século XIX. Seu acervo foi sendo constituído ao longo dos últimos cento e vinte anos, de maneira que hoje conta com aproximadamente trinta e cinco mil metros lineares de documentação referente à história de São Paulo, cuja riqueza documental é composta por documentos textuais, fotografias, mapas, ilustrações, jornais, revistas e livros.

De livre acesso, tanto para pesquisa presencialmente em sua sede na cidade de São Paulo à Rua Voluntários da Pátria, 596, no bairro de Santana, ou pela internet, o Arquivo Público dispõe de mais de quatrocentas mil imagens de documentos digitalizados e disponíveis para acesso. Como sublinhado em seu site (<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/>), o papel do Arquivo Público é de: atuar junto aos demais órgãos da administração estadual no desenvolvimento de instrumentos de gestão documental, como planos de classificação, tabelas de temporalidade e na definição de critérios de sigilo.

Por meio do Decreto nº 30 de março de 1892, foi criada a então Repartição da Estatística e do Arquivo do Estado, junto à Secretaria do Interior²⁹, com sede no Palácio do Governo do Estado de São Paulo. Dada a incumbência da guarda da documentação pública, em 1899, com a Lei nº 666 de 6 de setembro, o órgão recebeu sua primeira expressiva remessa de volume documental, relativa ao período colonial e imperial. O então presidente do estado de São Paulo, coronel Fernando Prestes de Albuquerque, determinava “remover para o archivo publico do Estado todos os papeis, autos e livros existentes nos cartórios dos escrivães do judicial, officiaes de registro e tabelliães de notas, anteriores ao século 19”.

Em 1906 ocorreu a primeira mudança física da Repartição da Estatística e do Arquivo do Estado, transferida para o andar térreo dos fundos da Igreja Nossa Senhora dos Remédios, à Rua Onze de Agosto, nº 80, no bairro da Sé, local em que permaneceu até 1912, quando a Repartição foi transferida novamente para a Rua Visconde do Rio

²⁹ Em sua história, conforme consta na página de internet, o Arquivo Público do Estado foi transferido em 1931 da Secretaria do Interior para a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e da Saúde Pública. O Arquivo Público ainda passou pela Secretaria da Cultura (1967) e, mais recentemente, pela Casa Civil (2007).

Branco, esquina com a Rua Timbiras, permanecendo nesse local até 1949 (o prédio que a abrigava já não existe mais). Atualmente, como mencionado, o edifício próprio do Arquivo encontra-se no bairro de Santana, e somente cem anos depois, ou seja, em 2012, o órgão pôde contar com a inauguração do primeiro edifício, no Brasil, especificamente projetado para arquivos de grande porte.

Por outro lado, em relação a esse centenário, o ano de 1912 também é significativo pelo fato de que nele ocorreu a primeira queima de uma grande leva documental, considerada “sem valor histórico” por uma comissão que havia sido nomeada pelo Presidente Tibiriça, em 1906, com a incumbência de realizar a catalogação do acervo.

Outra data impactante na história do Arquivo Público diz respeito à criação, em 1931, do cargo de restaurador: “ao longo dos anos, a área de restauração de papéis passou por muitas mudanças”, envolvendo “práticas como a plastificação e o uso de pesticidas para preservação e conservação de documentos”, as quais foram abolidas atualmente pelos restauradores. Além desse cargo, o Arquivo obteve, em 1952, mediante a ação de seu diretor, Ubirajara Dolácio Mendes, um paleógrafo para subsidiar a leitura e transcrição de documentos antigos.

Por parte da constituição dos fundos e acervos de figuras públicas, ocorreu em 1976 a doação ao Arquivo Público de parte do acervo pessoal do ex-governador de São Paulo Altino Arantes. Nos anos seguintes, também seriam recebidos os acervos dos ex-governantes paulista Armando Salles de Oliveira (1978), José Carlos de Macedo Soares (1984), Júlio Prestes (1981 e 1990), Washington Luís (1991) e Adhemar de Barros (2001). Também se tornou recorrente a doação de coleções de jornais, cabendo citar, por exemplo, a doação, em 1999, o acervo iconográfico dos jornais Diário da Noite e Diário de São Paulo, ambos do grupo Diários Associados, fundado pelo jornalista Assis Chateaubriand.

Mesmo com uma história já consolidada na guarda da documentação pública, somente em 1984, por meio do Decreto nº 22.789, que instituiu o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP), o Arquivo Público contou com uma regulamentação expressa que o capacitava a recolher os documentos produzidos pela Administração pública estadual.

Vale mencionar nessa linha do tempo que São Paulo foi o primeiro Estado da Federação a abrir para consulta pública, em 1994, os arquivos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), recolhidos ao Arquivo Público.

Em 2004 foram publicados o Decreto nº 48.897, que definiu critérios para a gestão documental, e o decreto nº 48.898, que aprovou o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade dos Documentos das Atividades-Meio para a Administração Estadual. Em seguida a essa especificação, em 2006, o Arquivo tornou-se uma Unidade, composta por dois departamentos: O Departamento Técnico de Gestão do Sistema de Arquivos e o Departamento de Preservação e Difusão da Memória.

Entre as muitas coleções de periódicos sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo, encontra a coleção de jornais da Imprensa Negra, constituída por 23 títulos, publicados entre 1916 e 1961, reproduzidos em 1 (um) rolo de microfilme produzido pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, em 1984. (Anexo 1 – Figuras 7 e 8)

O material está armazenado em ambiente resfriado e existem equipamentos específicos para leitura.

Títulos microfilmados da Coleção Imprensa Negra no Arquivo Público do Estado de São Paulo
<ul style="list-style-type: none"> • SENZALA – revista mensal para o negro (São Paulo), de 01/1946; • HÍFEN – órgão dedicado à classe de côr, crítico, literário e noticioso (Campinas), de 12/1960; • QUILOMBO (Rio de Janeiro), de 01/1950; • O NOVO HORIZONTE – órgão de propaganda unificadora (São Paulo), de 05/1946 e 09/1954; • MONARQUIA (São Paulo), de 01/1961; • CRUZADA CULTURAL (São Paulo), de 05/1950; 01/1960 e 03/1960; • ALVORADA – Órgão de propaganda cívica (São Paulo), de 05/1948; • TRIBUNA NEGRA – pela união social e política dos descendentes da raça negra (São Paulo), de 09/1935; • A VOZ DA RAÇA – órgão da “Frente Negra Brasileira” Mensário Independente (São Paulo), de 03/1933; 03/1934; 08/1935 e 07/1937; • CHIBATA (São Paulo), de 02/1935; • O PATROCÍNIO – órgão literário, crítico e humorístico (Piracicaba), (São Paulo), de 09/1928; 03/1930; 06/1930 e 10/1930; • PROGRESSO (São Paulo), de 1930;

- ELITE – órgão oficial do grêmio dramático, recreativo e literário “Elite da Liberdade” (São Paulo), de 1924;
- AURIVERDE – literário, humorístico, noticioso (São Paulo), de 1928;
- O CLARIM DA ALVORADA – órgão literário, noticioso e humorístico (São Paulo), de 1929-1940;
- O CLARIM (São Paulo), de 1924;
- A LIBERDADE – órgão dedicado à classe de cor, crítico, literário e noticioso (São Paulo), (São Paulo), de 1919-1920;
- O KOSMOS – órgão oficial do Grêmio Dramático e Recreativo “Kosmos” (São Paulo), de 1924-1925;
- O BANDEIRANTE – órgão de combate em prol do reerguimento geral da classe dos homens de cor (São Paulo), de 1918-1919;
- O ALFINETE – órgão literário, crítico e recreativo dedicado aos homens de cor (São Paulo), de 1918-1921;
- O XAUTER – jornal independente (São Paulo), de 1916;
- A RUA – literário, crítico e humorístico (São Paulo), de 1916;
- GETULINO – órgão para a defesa dos interesses dos homens pretos (Campinas), de 1923 a 1926.

Fonte: Elaborada pela autora

Em maio de 2011, data escolhida em referência à abolição da escravatura em 1888, o Arquivo Público do Estado de São Paulo anunciou a disponibilização no site da instituição de versões digitalizadas dos 23 títulos da coleção Imprensa Negra³⁰. Embora a data escolhida não represente o discurso de conscientização encampado pelo movimento negro atualmente, a iniciativa condizia com a intenção de viabilizar o acesso e divulgar o acervo.

Atualmente, a busca pelos títulos no site da instituição revela que dos 23 títulos constantes no microfilme, cuja digitalização foi anunciada em 2011, apenas 6 constam na base de dados, sendo possível a consulta via internet. São eles:

³⁰ Portal do Governo. **Imprensa Negra é destaque no site do Arquivo Público**. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/imprensa-negra-e-destaque-no-site-do-arquivo-publico/>. Acesso em: 20 dez. 2018

<p align="center">Títulos digitalizados da Coleção Imprensa Negra no Arquivo Público do Estado de São Paulo</p>
--

• ALVORADA – Órgão de propaganda cívica (São Paulo), de 05/1948; • TRIBUNA NEGRA – pela união social e política dos descendentes da raça negra (São Paulo), de 09/1935; • CHIBATA (São Paulo), de 02/1935; • AURIVERDE – literário, humorístico, noticioso (São Paulo), de 1928; • A LIBERDADE – órgão dedicado à classe de cor, crítico, literário e noticioso (São Paulo), (São Paulo), de 1919-1920; • O BANDEIRANTE – órgão de combate em prol do reerguimento geral da classe dos homens de cor (São Paulo), de 1918-1919.

Fonte: Elaborada pela autora

Não existem informações disponibilizadas pela instituição acerca da origem desse material; entretanto, a partir dos outros acervos analisados neste trabalho, torna-se possível estabelecer algumas relações: A edição em fac-símile dos jornais negros organizada por Clóvis Moura, com legendas de Miriam Ferrara, foi editada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, também responsável pelo microfilme em questão, no mesmo ano, 1984. É preciso ressaltar que não se trata dos mesmos títulos (o fac-símile apresenta exemplares desde 1915 a 1963), contudo consta a informação:

A coleção de jornais da imprensa negra fornecida pela Assessoria para Assuntos Afro-Brasileiros foi microfilmada a fim de preservar a memória dos negros brasileiros e encontra-se à disposição dos interessados no Centro de Documentação e Informação da Imprensa Oficial do Estado. (MOURA, 2002)

O cruzamento das informações entre os conjuntos documentais enfocados demonstra o atrelamento entre os acervos das instituições aqui citadas e outras, como Biblioteca Municipal Mário de Andrade, Centro Cultural São Paulo, Arquivo Edgar Leuenroth da UNICAMP e Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa da Unesp/ Assis. A dispersão da documentação, a proliferação das cópias e a fragmentação característica desses acervos revelam a peculiaridade da trajetória de preservação dos registros da imprensa negra e apontam para a necessidade de sistematização das informações acerca dos itens existentes, locais de guarda, condições de conservação e acesso.

4. FUNDO CLÓVIS MOURA

Este capítulo se dedica a analisar o Fundo Clóvis Moura, sob a guarda de um centro de documentação e memória universitário – o Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista – Cedem/ Unesp. Trata-se do arquivo pessoal do intelectual Clóvis Steiger de Assis Moura (1925 – 2003), sob a guarda da instituição desde 2004.

Diferentemente das coleções de periódicos da imprensa negra, tratadas no capítulo anterior, compostas a partir da reunião de exemplares ao longo do tempo e, até mesmo, de cópias compartilhadas entre diferentes instituições, o arquivo pessoal de Clóvis Moura constitui um fundo arquivístico, composto de séries de documentos acumulados pelo autor durante as atividades que exerceu em vida.

O Fundo Clóvis Moura possui várias ligações com os documentos resultantes da imprensa negra. O intelectual colecionava jornais, recortes e sobretudo, após a década de 1970, se correspondia com movimentos de várias partes do Brasil, recebendo exemplares de jornais e revistas negros publicados após as décadas de 1970 e 1980.

Entre os documentos pertencentes ao Fundo Clóvis Moura encontra-se um documento em particular que conta uma importante parte da história da imprensa negra em São Paulo. Trata-se do livro de atas da Sociedade Cooperadora Clarim d’Alvorada (Anexo 1 – Figura 9), aberto em 21 de janeiro de 1931 e encerrado em 15 de dezembro de 1933. Na mesma encadernação consta também outro registro histórico sobre as associações negras: as atas do Clube Negro de Cultura Social, também fundado por Correia Leite, com abertura em 27 de fevereiro de 1945 e encerramento em 11 de dezembro de 1945.

Sobre essas duas entidades, Correia Leite relata:

... o Clarim d’Alvorada estava tomando uma certa posição de querer criar uma estabilidade como jornal. Nós estávamos bolando formar uma cooperativa. Na discussão dessa ideia surgiu a vontade de dar o título de sociedade anônima, mas havia um contador do nosso grupo que fez a gente ver que se fossemos considerar a nossa iniciativa como sociedade anônima haveria uma porção de exigências relativas à documentação. Nós não tínhamos dinheiro para nada. Então ele deu a sugestão do nome Cooperadora O Clarim d’Alvorada. E assim foi feito, porque ele viu que para fazer um tipo de sociedade anônima íamos gastar muito dinheiro com papelada. Uma sociedade “cooperadora” não tinha esse problema. Havia um grupo de pessoas que colaborava

com o Clarim d'Alvorada, mas a contribuição era pequena: vinte mil réis apenas. (1992, p.96)

Demos o nome de Clube Negro de Cultura Social. Foi fundado de uma maneira difícil, dia 1º de julho de 1932. Dia 9 do mesmo mês estourou a Revolução de 32. [...]

O clube continuou com tudo que era d'O Clarim d'Alvorada (móveis, escrivaninha, máquina de escrever, biblioteca), inclusive a nossa tipografia. Quando nós fundamos o Clube, a ideia era fazer com que ele continuasse a publicar O Clarim d'Alvorada. Mas, diante da avalanche de moços com aquelas outras ideias, ficou difícil incentivar os membros do antigo O Clarim d'Alvorada para voltarem naquela mesma linha de atuação, de luta, de pregação de ideias. [...]

A situação também não era mais a mesma. Havia uma certa implicância com a circulação de jornais. Contudo, no decorrer da existência do clube, nós continuamos a pensar nisso, até que conseguimos publicar cinco números de uma revista com o título "Cultura". (1992, p.103 e 111)

Correia Leite aproveitou a mesma encadernação para registrar as reuniões das duas associações que fundou. Embora os registros tenham duração curta, a distância temporal entre o fim dos registros da Sociedade Cooperadora Clarim d'Alvorada, em 15 de dezembro de 1933 e o início dos registros do Clube Negro de Cultura Social, em 27 de fevereiro de 1945, demonstra que Correia Leite preservou o documento por mais de 11 anos, pelo menos. Novamente, o relato de Cuti sobre Correia Leite (citado neste trabalho na página 56), permite refletir sobre o destino dos documentos preservados por Correia Leite e outros intelectuais militantes.

A presença deste documento no Fundo Clóvis de Moura denota, por um lado, a riqueza de informações proporcionadas por este acervo pessoal, bem como suas relações com outros acervos sobre a luta negra e, por outro lado, a fragmentação a qual os acervos da luta negra estão submetidos. De que forma esse documento preservado por Correia Leite foi incorporado ao arquivo pessoal de Moura é uma questão que remete a essa fragmentação e demonstra os caminhos a serem percorridos pelos pesquisadores que se dedicam à memória da luta negra.

4.1 Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista – Cedem/ Unesp

Os centros de documentação e memória constituem uma realidade recente no país. Os primeiros esforços de caráter mais sistematizado para a criação dos mesmos se tornaram recorrentes a partir da primeira metade do século passado, principalmente dentro do ambiente universitário e em parte como movimento necessário para o desenvolvimento de pesquisas com acentuado teor qualitativo. Ou seja, o avanço e crescimento da produção intelectual no campo das Ciências Humanas dependem em grande medida da constituição, da preservação e do acesso a bases sólidas de informação.

Embora seja possível identificar, ao longo das últimas décadas, o expressivo crescimento de centros de documentação e memória nas universidades, principalmente públicas, tal realidade não é exclusiva dessas instituições. Para além do universo acadêmico, também empresas, órgãos governamentais, museus, fundações, espaços de cultura e bibliotecas, entre outros, têm criado centros especializados para a guarda de documentação advinda de suas atividades-fim ou como modo de preservação da memória institucional, com a finalidade de manter uma base de dados acessível quando necessária.

Para a historiadora Célia Reis Camargo, esses centros:

apresentam como característica fundamental a proposta de trabalho que envolve a reunião, a preservação e a organização de arquivos e coleções (geralmente compostos de documentos originais, as “fontes primárias”) e de conjuntos documentais diversos (de natureza bibliográfica ou arquivística, originais ou cópias) reunidos sob o critério do valor histórico ou informativo, em torno de temas ou de períodos da história. Trabalha-se, portanto, com *informação especializada*. (CAMARGO, 1999, p.50)

Embora claramente voltados para a pesquisa, o efeito prático dos centros de documentação e memória tem sido o de propiciar a preservação do patrimônio histórico nacional e dos seus bens culturais. Esse fato se conecta a outro, referente à organização documental, cujo princípio para a própria constituição desses centros se define pela exigência e garantia da informação, na perspectiva de possibilitar a análise e verificação da informação do conteúdo documental pesquisado.

No universo acadêmico, a especialização do conhecimento está atrelada à existência e disponibilização das fontes documentais a serem pesquisadas. Já quanto a outras instâncias – empresas, indústrias, grupos financeiros, agências governamentais, etc

–, a necessidade de conhecimento e saber, advindos do acesso a fontes primárias geradas por suas atividades-fim, possibilita uma base informativa na esfera da administração para os processos decisórios.

Camargo (1999, p.58) ressalta ainda que, no caso da formação dos centros acadêmicos, estes guardam forte relação com as inquietações da Historiografia, da Antropologia, da Ciência Política, da Ciência da Informação – enfim, das Ciências Humanas em geral –, uma vez que, especialmente durante as décadas de 1960 e 1970, essas áreas do conhecimento contribuíram para fazer surgir novas temáticas e novos objetos de pesquisa, os quais demandavam novas fontes de informação ou a redescoberta das já existentes, só que agora lidas e interpretadas a partir do novo enfoque (teórico, metodológico, etc).

Ao lado dessa transformação, é preciso citar uma constatação histórica. As iniciativas de criação dos centros de documentação nas universidades brasileiras, segundo Camargo, “*não conseguiram [obter] reconhecimento e apoio apenas e tão somente como órgãos geradores de base informativa.*” (1999, p.55). A autora relata que houve, no país, predominantemente:

uma ausência de consciência e de vontade política do poder público em relação à preservação de seu patrimônio documental (embora não lhe tenha faltado o aparato institucional público para tanto³¹), e diante do volume de papéis públicos em relação aos papéis privados – as grandes fontes de pesquisa e informação –, essa função acabou sendo assumida ou transferida parcialmente para as universidades. (CAMARGO, 1999, p.56)

A autora prossegue lembrando que no meio do século passado pouco havia de centros de documentação, de maneira que as fontes de pesquisa, imprescindíveis para a realização dos estudos acadêmicos, estavam menos acessíveis ao pesquisador do que atualmente, embora as dificuldades ainda persistam, “*seja por ausência de instituições dedicadas à preservação do patrimônio documental brasileiro, nas esferas estaduais e sobretudo municipais, seja por descaso dos poderes públicos, das instituições privadas e das entidades particulares.*” (idem)

³¹ Camargo se refere às iniciativas gestadas durante o período de Getúlio Vargas (1930-1945) e durante a década de 1970, nos governos dos generais Médici e Geisel, especialmente o estímulo dado pelo Ministério da Educação e Cultura que, em 1975, sob a gestão Ney Braga, estimulou e financiou a criação de centros documentais nas universidades federais (Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Paraíba, Mato Grosso, Paraná, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, etc.), e em outras instituições, como a Fundação Getúlio Vargas, Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais etc, cf. CAMARGO, 1999, p.57.

Um dos aspectos que contribuem para esse quadro é a falta de recursos financeiros destinados à organização e preservação documental, algo que coloca dificuldades para o acesso a fontes documentais originais de pesquisa, dispersas entre regiões e localidades inúmeras.

A partir dessa realidade, a solução foi criar, nas universidades, centros especializados na preservação e organização de fontes documentais, permitindo a realização de pesquisas acadêmicas e envolvendo a universidade na tarefa de preservação da memória, nacional ou regional, conforme suas características de constituição e de composição dos acervos.

Por fim, Camargo afirma que esses centros passaram a “cumprir uma função muito importante no conjunto da produção acadêmica: a de *reunir fontes e informações, democratizando o seu acesso a todos os usuários potenciais*, tanto para o usuário interno (alunos e professores) como para o público externo de pesquisadores, mesmo aqueles não ligados à comunidade universitária.” (idem, p.57). É possível afirmar, no entanto, que o “acesso a todos os usuários potenciais” é mais uma pretensão do que uma realidade.

A criação do Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista – Cedem/ Unesp, insere-se nesse movimento. Em uma linha, que consta ao fim da página principal de seu site (<https://www.cedem.unesp.br/>), o Cedem é resumido como tendo o objetivo de preservar, pesquisar e difundir a memória da Universidade e dos movimentos sociais brasileiros, bem como outras fontes que são produzidas no âmbito da missão da universidade, relativamente ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Nessa página é possível saber, adicionalmente, o quadro de ações que está sob a responsabilidade do Cedem:

Tem sob sua guarda importantes acervos referentes à história das esquerdas brasileiras e a outros movimentos sociais e culturais ocorridos, principalmente, no século XX. Realiza, além disso, debates periódicos sobre temas e questões sociais, políticas e culturais da atualidade, dirigidos não só ao público acadêmico, mas também aos interessados em geral.³²

Sua função precípua é ser um centro de memória social, aglutinador de acervos documentais de reconhecido valor histórico, visando permitir acesso a informações e documentos de referência e possibilitar estudos e pesquisas sobre a história política contemporânea. Custodia arquivos e coleções produzidos, acumulados ou publicados por

³² Idem.

pessoas, organizações, partidos políticos e demais entidades, os quais são formadores ou integrantes de movimentos das esquerdas brasileiras.

Por parte de sua história, o Cedem foi constituído pela iniciativa de um grupo de professores pesquisadores da área de Humanidades da Unesp, em 1987. Naquele momento, segundo informação que consta no próprio site do Cedem, esse grupo – que compunha a Reitoria da Universidade – percebia a necessidade de criação de um centro de estudos dedicado às questões relativas à preservação do patrimônio documental da Universidade e da sociedade, de tal forma *“que agregasse pesquisadores em torno de projetos coletivos, que fossem integradores das diversas unidades da Unesp e, ao mesmo tempo, pudessem levar à manutenção de um diálogo com instituições externas ao âmbito universitário”*³³.

O diagnóstico feito pelo grupo identificava:

o apelo da comunidade científica pela preservação de fontes documentais para as pesquisas. Essas fontes, em geral dispersas, sem tratamento específico, constituídas por documentos mal acondicionados, sem instrumentos que pudessem facilitar o seu acesso, nem sempre estavam disponíveis. Tudo isso dificultava o trabalho do pesquisador. (idem)

No atendimento a esses objetivos, foi expedida a Portaria 17/1987, que criou um grupo de trabalho formado por docentes procedentes de várias unidades da UNESP, um grupo incumbido de apresentar um projeto com a finalidade de prover a preservação do patrimônio documental da universidade e de suas ações enquanto produtora, guardiã, transmissora e disseminadora do saber, como também de cuidar da preservação da memória social, com vistas a garantir um tratamento democrático no acesso à informação histórica. Buscava-se, ainda, contemplar uma ação da universidade direcionada à comunidade da qual faz parte.

Desse modo, o Cedem foi concebido como um lugar de memória e investido da responsabilidade pelo adequado exercício da proteção documental a partir do interesse acadêmico e social despertado, cuja definição segue cinco itens:

1. Preservação e difusão da Memória da Universidade;

³³ Cf. <https://www.cedem.unesp.br/#!/apresentacao/politica-de-desenvolvimento-de-colecoes-e-aquisicao-de-acervos/>. Acesso realizado em 20 dez.2018.

2. Preservação e difusão da memória social no âmbito da competência da Universidade;
3. Realização de pesquisas de caráter acadêmico cujos temas estejam relacionados com as áreas do conhecimento com as quais o Cedem mantém diálogo permanente e que digam respeito à sua área de atuação;
4. Promoção de atividades de extensão;
5. Interação com o ensino em todos os seus níveis.

Após sua criação, o Cedem tornou-se, via nova regulamentação (Resolução Unesp-96 de 10/09/2003), uma coordenadoria vinculada à Vice-Reitoria, de maneira que atualmente o órgão se especializou na prestação de apoio informativo à pesquisa social, realizando projetos de digitalização dos documentos sob sua guarda, com o apoio da Fapesp e de verba da própria universidade, abrindo-se à consulta pública *on line* ou presencial.

Desde então, o Cedem passou a reunir fontes preciosas para o conhecimento da história contemporânea do Brasil. Ao receber esses fundos documentais, o órgão mantém-se responsável técnica e legalmente pela sua integridade, pela sua organização arquivística e disponibilização de seus conteúdos. O recolhimento desses documentos, além de representar o cumprimento de um compromisso da universidade para com a sociedade, é também uma maneira de valorizar ao proporcionar aos seus pesquisadores o acesso a fontes documentais até então não disponíveis ou de acesso difícil.

No que diz respeito à natureza e formação do acervo, trata-se de um órgão de caráter interdisciplinar, mantido pela conjugação das áreas de Ciências Humanas, Letras e Artes, Ciências Sociais Aplicadas e demais Ciências afins, de maneira que as especialidades do Cedem ficam estabelecidas a partir da definição de linhas de pesquisas orientadoras de seus projetos, apresentadas abaixo:

1. Memória Universitária

Esta linha assumiu como missão reunir e constituir acervo sobre os mais diversos aspectos da universidade. É um projeto pioneiro, no qual uma das principais atividades consiste na coleta de depoimentos de docentes, funcionários e discentes, dando origem a uma importante coleção concebida a partir de procedimentos de História Oral, assim como reunir informações e documentos complementários.

2. **Memória dos Movimentos Político-Sociais Brasileiros Contemporâneos**

Linha que busca resgatar e preservar registros de origem privada, através da captação e disponibilização de documentação sobre a temática. De tal modo, hoje em dia, tem sobre sua responsabilidade importantes arquivos e coleções, procuradas por pesquisadores de diversos perfis, nacionais e estrangeiros.

O Cedem reúne também a documentação gerada, reunida ou compilada pelo grupo de pesquisa Memória da Universidade, voltado para o estudo da história da Unesp. A maior parte da documentação integra o Arquivo de História Oral do Cedem. As entrevistas foram e são realizadas pela equipe do Cedem, tanto em São Paulo, como nas cidades onde estão instalados os demais *campi* da Unesp.

Destaca-se por abordar temáticas relacionadas ao processo político do país, à memória social e à preservação do patrimônio histórico e de bens culturais. Suas principais linhas de trabalho são: a História do Ensino Superior e Formação da Comunidade Científica no Estado de São Paulo e a Memória das Esquerdas no Brasil.

O Fundo Clóvis Moura, que será analisado neste momento, está sob a custódia do Cedem e ligado à segunda linha de pesquisa acima detalhada.

4.2 Condições de preservação e acesso do Fundo Clóvis Moura

O arquivo pessoal de Clóvis Moura foi incorporado ao acervo permanente do Centro de Documentação e Memória da Unesp em 2004, por meio de doação intermediada pela filha do autor, a historiadora Soraya da Silva Moura. Esse arquivo constitui um fundo fechado, cujas características o aproximam dos demais fundos sob a guarda do Cedem: arquivos de movimentos sociais e personalidades ligadas à esquerda política brasileira.

Os documentos encontram-se, em geral, limpos, sem deteriorações visíveis e com boa legibilidade para a consulta. Os materiais de acondicionamento foram adequados após incorporação, incluindo caixas padronizadas, pastas, papel de entrefolhamento e estantes. (Anexo 1 – Figura 10)

As 132 caixas, disponíveis para consulta, comportam a documentação produzida e colecionada pelo autor ao longo da vida, com datas-limites de 1880 a 2003, conforme Guia do acervo do Cedem (2018, p.118). Respeitada a organização estabelecida em vida pelo autor, os documentos estão divididos conforme as séries/ categorias relacionadas abaixo, que aparecem indicadas nas etiquetas afixadas nas caixas e também nos campos “Grupo”, “Série” e “Observações”, integrantes do Sistema de Gestão de Acervos Permanentes (Anexo 1 – Figura 11):

Séries/ categorias no Fundo Clóvis Moura
<ul style="list-style-type: none"> • Correspondências: <ul style="list-style-type: none"> ○ Recebidas; ○ Enviadas; ○ IBEA; ○ Cartões-postais; ○ Cartões de Natal; ○ Cartões diversos; ○ Convites; ○ Envelopes. • Livros de atas; • Produção intelectual: <ul style="list-style-type: none"> ○ Dossiês de eventos;

- Dossiês de projetos;
- Dossiês de pesquisa;
- Dossiês de assuntos diversos;
- Textos.
- Material de pesquisa:
 - Recortes de jornais;
 - Entrevistas;
 - Anotações;
 - Fontes;
 - Diversos.
- Produção de terceiros;
- Documentos pessoais;
- Cópias e fragmentos de textos;
- Materiais para estudo;
- Diversos (recortes, fragmentos de periódicos e eventos, relatórios, propostas e material de divulgação);
- Teses;
- Crônicas publicadas na Folha de São Carlos – Coluna Fora do Tempo;
- Publicações.

Fonte: elaborada pela autora

As categorias mantidas denotam a ausência de elaboração de um quadro de arranjo³⁴, com a definição de séries mais amplas e representativas das funções documentais e áreas de atuação do autor que originaram os documentos. O respeito à ordem original³⁵ permanece como condição à incorporação do fundo no acervo da instituição, uma vez que a definição do arranjo pela instituição de custódia almeja a facilitação no processo de recuperação da informação.

O sistema de recuperação da informação da instituição permite a pesquisa no Fundo Clóvis Moura por meio dos campos: “Fundo”, “Série” e “Grupo”; porém, grande

³⁴ “Esquema estabelecido para o arranjo dos documentos de um arquivo a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da entidade produtora e da análise do acervo.” (Dicionário brasileiro de terminologia arquivística, 2005, p.141)

³⁵ “Princípio segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu.” (Idem, p.137)

parte da documentação conta apenas com descrição no campo “Observações”. (Anexo 2 – Planilha gerada pelo Sistema de Gestão de Acervos Permanentes - Cedem)

As categorias listadas acima correspondem aos dados presentes nesses campos, incluindo o campo “Observações”, e também aos dados presentes nas etiquetas das caixas que armazenam os documentos. O sistema é interno e o acesso é possível apenas no espaço da instituição.

A elaboração da tabela abaixo ocorreu a partir da abertura de cada caixa e análise da documentação armazenada pertencente ao fundo, buscando condensar dados acerca do conteúdo, organização, localização no acervo (número da caixa); categoria (conforme estabelecido acima), e preservação. Trata-se de uma compilação do conteúdo de cada unidade de arquivamento e suas condições gerais de armazenamento.

Considerando os níveis de descrição correspondentes a diferentes instrumentos de pesquisa, este trabalho concentra-se nas séries documentais, representadas aqui pelas categorias, visto que *“diferentes tipos de instrumentos de pesquisa se definem em função da menor ou maior profundidade desejada na descrição dos níveis da classificação arquivística”*. (LOPEZ, 2002, p.22)

Descrição do Fundo Clóvis Moura			
Categoria	Local	Conteúdo	Observação
Correspondência	Caixa 01	59 cartas recebidas, de 15/03/1946 a 04/07/1952	Datas limite identificadas na caixa; documentos com entrefolhamento em papel branco A3; anotações de remetente, data e quantidade de páginas na entrefolha.
Correspondência	Caixa 02	159 cartas recebidas, de 30/04/1960 a 12/10/1969	Idem caixa 01
Correspondência	Caixa 03	135 cartas recebidas, de 03/03/1970 a 16/12/1973	Datas limite identificadas na caixa; documentos com entrefolhamento em papel branco A3; não há anotações nas entrefolhas
Correspondência	Caixa 04	141 cartas recebidas, de 07/01/1974 a 31/12/1975	Datas limite identificadas na caixa; documentos com entrefolhamento em papel branco A3; não há anotações de remetente nas entrefolhas, apenas data e quantidade de páginas.

Correspondência	Caixa 05	115 cartas recebidas, de 01/01/1976 a 29/12/1976	Idem caixa 04
Correspondência	Caixa 06	79 cartas recebidas, de 03/01/1977 a 27/12/1977	Idem caixa 04
Correspondência	Caixa 07	120 cartas recebidas, de 05/01/1978 a 18/12/1979	Idem caixa 04
Correspondência	Caixa 08	166 cartas recebidas, de 06/01/1980 a 14/12/1981	Idem caixa 04
Correspondência	Caixa 09	82 cartas recebidas, de 13/02/1982 a 24/12/1982	Idem caixa 04
Correspondência	Caixa 10	140 cartas recebidas, de 31/01/1983 a 30/11/1984 e s/d	Idem caixa 04
Correspondência	Caixa 11	166 cartas recebidas, de 09/01/1985 a 21/12/1986	Idem caixa 04
Correspondência	Caixa 12	123 cartas recebidas, de 02/01/1987 a 21/12/1987 e s/d	Idem caixa 04
Correspondência	Caixa 13	116 cartas recebidas, de 22/01/1988 a 19/09/1988	Idem caixa 04
Correspondência	Caixa 14	123 cartas recebidas, de 23/09/1988 a 28/12/1989	Idem caixa 04
Correspondência	Caixa 15	148 cartas recebidas, de 02/01/1990 a 30/12/1991 e s/d	Idem caixa 04
Correspondência	Caixa 16	184 cartas recebidas, de 07/01/1992 a 26/12/1993	Idem caixa 04
Correspondência	Caixa 17	164 cartas recebidas, de 12/01/1994 a 27/12/1995	Idem caixa 04
Correspondência	Caixa 18	123 cartas recebidas, de 09/01/1996 a 23/12/1998 e s/d	Idem caixa 04
Correspondência	Caixa 19	142 cartas recebidas, de 06/01/1999 a 15/12/2001 e s/d	Idem caixa 04
Correspondência	Caixa 20	165 cartas recebidas, de 10/01/2002 a 31/03/2004 e s/d	Idem caixa 04; as cartas sem identificação de data aparentam, pelo estado de conservação, serem muito anteriores à 2002.

Correspondência	Caixa 21	121 cartas enviadas de 11/06/1964 a 04/12/1986	Datas limite identificadas na caixa; documentos com entrefolhamento em papel branco A3; anotações de destinatário, data e quantidade de páginas nas entrefolhas 9no lugar do destinatário está anotado erroneamente remetente
Correspondência	Caixa 22	127 cartas enviadas, de 14/04/1987 a 08/12/2002 e s/d	Idem caixa 21
Correspondência	Caixa 23	140 cartas recebidas, referentes ao IBEA – Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, de 16/04/1975 a 18/12/1977	Datas limite identificadas na caixa; documentos com entrefolhamento em papel branco A3; a correspondência recebida está misturada com cartas enviadas
Correspondência	Caixa 24	98 cartas recebidas, referentes ao IBEA – Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, de 19/05/1977 a 16/07/1991 e s/d	Idem caixa 23
Correspondência	Caixa 25	152 telegramas recebidos, de 13/02/1960 a 18/02/1999	Datas limite identificadas na caixa; documentos com entrefolhamento em papel branco A3; não há informações anotadas nas entrefolhas
Correspondência	Caixa 26	120 cartões postais recebidos, de 03/08/1965 a 12/02/2001 e s/d	Idem caixa 25
Correspondência	Caixa 27	Cartões de Natal recebidos, de 1971 a 1995	Idem caixa 25
Correspondência	Caixa 28	Cartões de Natal recebidos, de 1996 a 2003 e s/d	Idem caixa 25
Correspondência	Caixa 29	Cartões, de 16/04/1962 a 11/12/2001 e s/d	Documentos com entrefolhamento em papel branco A3; datas indicadas na entrefolhas
Correspondência	Caixa 30	Convites diversos: lançamento de livro do próprio C. Moura, convites recebidos para eventos diversos,	Sem identificação de datas limite na caixa

		ingressos para shows, etc	
Correspondência	Caixa 31	Idem caixa 30	Idem caixa 30
Correspondência	Caixa 32	Cartas recebidas, referentes ao IBEA – Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, de 1977 a 1978 e s/d	Sem identificação de datas limite na caixa; documentos com entrefolhamento em papel branco A3; datas indicadas nas entrefolhas
Correspondência	Caixa 33	Dossiês de eventos: Envelopes separados das cartas recebidas; nota fiscal de livro; programa de evento; projetos; cartões de visitas	Sem identificação de datas limite na caixa
Diversos	Caixas 94 e 95	recortes, fragmentos de periódicos e eventos	Idem caixas 87 a 91
Diversos	Caixa 96	relatórios, propostas e material de divulgação	Idem caixas 87 a 91
Documentos pessoais	Caixa 83	Certificados, contratos e notas, currículo do autor, recibos de direitos autorais	Não há separação ou identificação interna
Documentos pessoais	Caixa 84	Fotografias impressas, maioria em preto e branco, com legendas datilografadas coladas (parece ter relação com o trabalho de jornalista que o autor exercia)	As fotografias estão armazenadas em dois sacos PVC dentro da caixa
Documentos pessoais	Caixa 85	Bandeira do MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, cartões de visitas e fichas catalográficas de autores	Idem caixa 83
Documentos pessoais – Jurídicos	Caixa 86	Cartões de visitas e listas de endereços de autores para serem fichados	Idem caixa 83
Livros de atas	Caixa 103	Livros de atas: 1) Livro de atas da Sociedade Cooperadora “O Clarim da Alvorada” 2) Livro de atas da Congregação Nossa	Os livros estão armazenados em caixa na posição horizontal

		Senhora dos Remédios	
Produção intelectual	Caixa 34	Dossiês de eventos: Material referente a defesa de dissertações e teses, de 1982 a 1987	Materiais separados por pastas de papel kraft dentro da caixa
Produção intelectual	Caixa 35	Dossiês de eventos: Material referente a bancas de concurso, de 1988 a 2001	Idem caixa 34
Produção intelectual	Caixa 36	Dossiês de eventos: textos diversos de história; folders e catálogos de exposições, de museus de arte, de livros, de entidades e de eventos sobre questões raciais	Idem caixa 34
Produção intelectual	Caixas 37, 38 e 39	Dossiês de eventos: textos e programas de eventos diversos que o autor participou	Não há separação em pastas ou entrefolhamento
Produção intelectual	Caixa 40	Dossiês de eventos: Seminário do carnaval e da cultura afro-brasileira, de 11/05/1997	Idem caixas 37, 38 e 39
Produção intelectual	Caixa 41	Dossiês de projetos: 1) pesquisa para o Dicionário da escravidão negra no Brasil, com verbetes digitados, notas do revisor, recorte de jornal; 2) O negro em Minas Gerais	Separação de projetos em pastas de papel kraft numeradas com fichas descritivas de conteúdo interno; as pastas internas estão numeradas sem correspondência com a caixa polionda, tal numeração deve corresponder a organização feita pelo autor originalmente
Produção intelectual	Caixa 42	Dossiês de projetos: 1) Paixão e Guerra no sertão de Canudos (documentário em vídeo), de Antonio Olavo; 2) Projeto arqueológico Palmares, de 1991 – 1992; 3) O negro e a República, de 1999	Idem caixa 41

Produção intelectual	Caixa 43	Dossiês de projetos: 1) Projeto Frechal – uma terra de negros no Maranhão, de 1993 (quilombo); 2) Projeto Cultural Palmares; 3) Projeto Cultural Olodum (obs. Moura coordenou a Editora Olodum, em Salvador); Projeto Concurso nacional; \$) artigos de Moura sobre Mimbó	Idem caixa 41
Produção intelectual	Caixa 44	Dossiês de projetos: União de negros pela liberdade; Rota do Escravo – Unesco; O partido como produtor cultural; “Projeto Che Guevara”; O negro e o açúcar na colonização; Capoeira na escola; Resgate Negro, 1998; A República de Palmares na dinâmica social do Brasil; Universidade Livre; Afroamérica 2000	Idem caixa 41
Produção intelectual	Caixa 45	Dossiês de projetos: sem identificação	Não há identificação interna
Produção intelectual	Caixa 46	Dossiês de pesquisas: As oligarquias políticas no Brasil, 1984	Idem caixa 41
Produção intelectual	Caixa 47	Dossiês de pesquisas: documentos sobre escravidão; O negro no Brasil; textos diversos	Idem caixa 41
Produção intelectual	Caixa 48	Dossiês de assuntos diversos: pesquisa sobre as oligarquias políticas no Brasil; documentos referentes à Associação Cultural Agostinho Neto	Idem caixa 41
Produção intelectual	Caixas 49 a 62	Material de pesquisa – Recortes de jornais	Recorte e material xerocado, separado por

			pastas de papel kraft internas
Produção intelectual	Caixas 63 e 64	Material de pesquisa – Entrevistas	Separação em pastas de papel kraft internas
Produção intelectual	Caixa 65	Material de pesquisa – Anotações	Idem caixas 63 e 64
Produção intelectual	Caixas 66 e 67	Material de pesquisa – Fontes	Idem caixas 63 e 64
Produção intelectual	Caixas 68 e 69	Material de pesquisa – Diversos	Idem caixas 63 e 64
Produção intelectual	Caixas 70 e 71	Textos do autor e de terceiros, incluindo aulas, palestras, artigos, entrevistas e pareceres	Separação em pastas de papel kraft, com entrefolhamento em papel branco, identificação na entrefolha e ficha interna descritiva de conteúdo
Produção intelectual	Caixa 72	Material de pesquisa – Recortes de jornais	Idem caixa 49 a 62
Produção de terceiros	Caixas 73 a 81	Trabalhos de outros autores	Idem caixas 63 e 64
Produção de terceiros	Caixa 82	Boletins	Idem caixas 63 e 64
Produção intelectual	Caixas 87 a 91	Cópias e fragmentos de textos	Separação em pastas de papel kraft internas
Produção intelectual	Caixas 92 e 93	Materiais para estudo	Idem caixas 87 a 91
Produção intelectual	Caixas 97 a 102	Teses	Idem caixas 87 a 91
Produção intelectual	Caixa 104	Crônicas publicadas na Folha de São Carlos – Coluna Fora do Tempo, de 29/06/1972 a 13/04/1973	Caixa de papel neutro, recortes de jornal separados em sacos de polipropileno com entrefolhamento em papel neutro
Publicações	Caixas 105 e 106	Revistas científicas em formato livro, publicadas pelo Arquivo Municipal de São Paulo e Arquivo Público do Estado de São Paulo	Livros armazenados em posição vertical em caixa polionda azul
Publicações	Caixas 107 a 110	Recortes de jornal, revistas, catálogos de exposição	Entrefolhamento entre os documentos
Publicações	Caixas 111 e 112	Idem caixas 105 e 106	Idem caixas 105 e 106
Publicações	Caixas 113, 114 e 115	Exemplares de periódicos (cópia reprográfica):	Cópias de revistas e jornais, armazenados de, não estão em ordem cronológica; entrefolhamento com papel

			branco, com identificação de título e data; títulos variados, pertencentes à imprensa negra ou com reportagens que tratam sobre questões raciais.
Publicações diversas	Caixas 116 a 126	Exemplares de periódicos	Revistas e jornais, armazenados de acordo com o tamanho em posição horizontal, não estão em ordem cronológica; entrefolhamento com papel pardo, com identificação de título e data; títulos variados, pertencentes à imprensa negra ou com reportagens que tratam sobre questões raciais.
Publicações	Caixa 127	Exemplares de periódicos	Idem caixa 116
Publicações	Caixa 128	Livro de fotografias: Barra Funda, esquinas, fachadas e interiores, 1982; Calendário – CIPE – Centro de Intercâmbio de Pesquisas e Estudos Econômicos e Sociais; Calendário 2003 – Museu da Pessoa; Recorte de jornal: Conselho da comunidade negra, 1988	Separação em pastas de papel kraft
Publicações	Caixa 129	Exemplares de periódicos; Fac-símile Coletânea Imprensa Negra, 2002; Fac-símile jornal O Homem do Povo, de Oswald De Andrade e Pagu, 1984.	Caixa polionda sob medida, horizontal, sem separação interna.
Publicações	Caixas 130, 131 e 132	Exemplares de periódicos	Idem caixas 116 a 126

Fonte: Elaborada pela autora

As correspondências ocupam as caixas de numeração 01 a 32 (Anexo 1 – Figura 12). Estas caixas são feitas de papelão, com identificação externa das datas-limite relativas aos períodos correspondentes em cada uma delas. Internamente, os documentos ficam armazenados em posição horizontal e as cartas estão entrefolhadas em papel branco formato A3, com identificação de remetente ou destinatário, data e quantidade de páginas, na entrefolha. (Anexo 1 – Figura 13)

As correspondências estão subdivididas em: Correspondências recebidas; Correspondências enviadas; Correspondências IBEA, Cartões-postais, Cartões de Natal, Cartões diversos; Convites; e Envelopes. Apesar de não existir uma listagem das cartas, a pesquisa permitiu avaliar que Moura manteve relações com inúmeros correspondentes, como intelectuais do Brasil e do exterior, a exemplo de Caio prado Júnior, Carlos Drummond de Andrade, Edison Carneiro, Jorge Amado, Nelson Werneck Sodré.

Ao longo do tempo, o autor passou a receber muitos convites para a publicação de artigos, palestras e apresentações diversas. A partir da década de 1980 houve um aumento considerável da correspondência com editoras, institutos de pesquisa, universidades, órgãos públicos e organizações negras em todo o país.

Todas as cartas estão disponíveis para consulta em cópias digitalizadas, no espaço do Cedem. O total de 3434 cartas, digitalizado com verba Fapesp, em três formatos (PDF Adobe - Portable Document Format; JPEG - Joint Photographics Experts Group; e TIFF - Tagged Image File Format), encontra-se armazenado em HD externo, com cópia de segurança. As cópias digitalizadas, estão nomeadas com a numeração referente a sequência em que foram digitalizadas, começando a partir da caixa 01.

Os documentos pertencentes à categoria de Crônicas publicadas na Folha de São Carlos, assim identificados no acervo, tratam-se de recortes de jornais onde constam a coluna Fora do Tempo, publicada por Moura sob o pseudônimo de Sparkenbroke. Estes documentos estão na caixa 104, confeccionada em papel neutro, formato horizontal, ordenação cronológica, com documentos separados em sacos de polipropileno com entrefolhamento em papel neutro. Toda a série está digitalizada em três formatos (PDF, JPG e TIFF) e armazenada em HD externo, com cópia de segurança e disponível para consulta no espaço da instituição.

A categoria denominada “Produção intelectual” reúne documentos referentes à: Dossiês de eventos; Dossiês de projetos; Dossiês de pesquisa; Dossiês de assuntos diversos; e Textos diversos do autor e de terceiros.

Os dossiês estão separados em pastas de papel kraft, identificadas com o nome do evento, projeto, pesquisa, etc., data e numeração das caixas (antiga). As pastas possuem ficha descritiva interna contendo os campos: nome do fundo, grupo (série ou categoria), número da caixa (numeração antiga), quantidade de documentos, quantidade de páginas, conteúdo e espécie (Anexo 1 - Figuras 14 e 15).

Os documentos identificados como produção intelectual estão armazenados em caixas poliondas, tamanho arquivo, com numeração de 34 a 48. Não há anotação externa de datas limite nas caixas e os dossiês não estão ordenados cronologicamente.

Entre os dossiês encontra-se, por exemplo, na caixa 41, a reunião de documentos acerca da pesquisa para o Dicionário da Escravidão Negra no Brasil, publicado pela Edusp, pós-morte do autor em 2004. Entre os documentos estão versões digitadas dos verbetes do dicionário, notas do revisor e recortes de jornal. (Anexo 1 – Figura 16)

Parte dos documentos de Produção intelectual estão digitalizados, mais precisamente a partir da caixa 41, encontram-se disponíveis em cópias digitalizadas, em três formatos (PDF, JPG e TIFF) e armazenadas na rede interna do Cedem, identificadas por número da pasta (numeração antiga).

As demais categorias, a saber: Material de pesquisa: Recortes de jornais, Entrevistas, Anotações, Fontes e Diversos; Produção de terceiros; Documentos pessoais; Cópias e fragmentos de textos; Materiais para estudo; Diversos (recortes, fragmentos de periódicos e eventos, relatórios, propostas e material de divulgação); e Teses, não contém cópias digitalizadas e estão disponíveis para consulta apenas na versão original. Toda esta documentação está armazenada em caixas poliondas, tamanho arquivo, formato vertical, contando geralmente, com entrefolhamento e identificação da categoria na caixa, conforme observações na tabela acima.

A última categoria, formada por publicações, ocupa as caixas de 105 a 132. Os jornais e revistas (e cópias reprográficas de alguns exemplares) estão armazenados de acordo com o tamanho, sem ordenação cronológica (em caixas poliondas tamanho arquivo vertical até a caixa 115 e caixa polionda sob medida horizontal a partir da caixa 116) entrefolhados com papel pardo e anotações de título e data na entrefolha. Há identificação externa nas caixas com os títulos e datas dos exemplares armazenados. (Anexo 1 – Figura 17)

A maior parte dos documentos da categoria “Publicações” é formada por exemplares de jornais que o autor colecionou ao longo da vida, sendo a maioria referente às publicações de organizações negras de vários períodos ou exemplares de periódicos

com alguma reportagem sobre questões raciais. A presença de jornais da imprensa negra no Fundo Clóvis Moura o aproxima dos outros acervos abordados neste trabalho, ressalta as ligações entre as formações desses acervos e os caminhos pelos quais os documentos foram institucionalizados.

Lista de periódicos negros no Fundo Clóvis Moura			
Título	Datas	Cidade/ Estado	Local
EVOLUÇÃO – Revista dos Homens Pretos de São Paulo	13/05/1933	São Paulo/ SP	Caixas 107 e 109
ÉBANO	dez/1980	São Paulo/ SP	Caixa 108
NÊGO – Boletim do Movimento Negro Unificado	jan/1983	Salvador/BA	Caixa 109
REVISTA MNU – Movimento Negro Unificado	jul, ago/1981	São Paulo/ SP	Caixa 109
ELITE (cópia reprográfica)	20/01/1924; 17/02/1924; 02/03/1924	São Paulo/ SP	Caixa 113
O PATROCÍNIO (cópia reprográfica)	07/04/1928; 22/04/1928; 07/09/1928; 07/07/1929; 28/09/1929; 20/10/1929; 23/03/1930	Piracicaba/ SP	Caixa 113
O KOSMOS (cópia reprográfica)	ago/1922; set/1922; out/1922; nov/1922; dez/1922; jan/1923; fev/1923; mar/1923; mai/1923; jan/1924; fev/1924; mar/1924; abr/1924; mai/1924; jun/1924; jul/1924; ago/1924; set/1924; out/1924; nov/1924; dez/1924; jan/1925	São Paulo/ SP	Caixa 113

O ALFINETE (cópia reprográfica)	28/08/1921; 28/09/1921; 30/10/1921	São Paulo/ SP	Caixa 113
CORREIO DE ÉBANO (cópia reprográfica)	out/1957	Santos/ SP	Caixa 113
O MUTIRÃO (cópia reprográfica)	mai/1958; jun/1958; set/1958	São Paulo/ SP	Caixa 113
TRIBUNA NEGRA (cópia reprográfica)	s/d	São Paulo/ SP	Caixa 113
O CLARIM(cópia reprográfica)	mar/1935; mai/1935	São Paulo/ SP	Caixa 113
O ESTÍMULO – Semanário independente e noticioso (cópia reprográfica)	12/05/1935; 19/05/1935; 02/06/1935	São Paulo/ SP	Caixa 113
A RAÇA – Orgam da região de Uberlândia (cópia reprográfica)	10/11/1935; 21/12/1935	Uberlândia/ MG	Caixa 113
PROGRESSO (cópia reprográfica)	23/06/1928; 19/08/1928; 31/07/1930; fev/1931; 31/07/1931	São Paulo/ SP	Caixa 114
ALVORADA (cópia reprográfica)	abr/1937; out/1945; jan/1947; abr/1947; ago/1947	São Paulo/ SP	Caixa 114
O KOSMOS (cópia reprográfica)	25/01/1925	São Paulo/ SP	Caixa 114
O CLARIM D'ALVORADA (cópia reprográfica)	12/10/1924; 26/07/1925; 30/08/1925; 27/12/1925; 15/01/1927; 18/06/1927; 21/10/1928; 01/04/1928; 01/07/1928; 13/05/1929	São Paulo/ SP	Caixa 114
A LIBERDADE (cópia reprográfica)	14/07/1919; 28/09/1919; 12/10/1919; 12/10/1919; 09/11/1919; 23/11/1919; 14/12/1919; 28/12/1919; 01/02/1920; 07/03/1920; 04/04/1920;	São Paulo/ SP	Caixa 114

	09/05/1920; 12/09/1920; 31/10/1920		
O ALFINETE (cópia reprográfica)	29/08/1921; 12/10/1918; 22/10/1918; 04/01/1919; 09/03/1919	São Paulo/ SP	Caixa 114
AURIVERDE (cópia reprográfica)	08/04/1928; 15/04/1928; 29/04/1928; 13/05/1928	São Paulo/ SP	Caixa 114
NOSSO JORNAL – Homenagem aos Homens de Cor de Piracicaba (cópia reprográfica)	mai/1961	Piracicaba/ SP	Caixa 114
A SENTINELLA (cópia reprográfica)	10/10/1920	São Paulo/ SP	Caixa 114
O MENELICK (cópia reprográfica)	17/10/1915	São Paulo/ SP	Caixa 114
O BANDEIRANTE (cópia reprográfica)	ago/1918; set/1918; abr/1919	São Paulo/ SP	Caixa 114
NÍGER (cópia reprográfica)	jul/1960; ago/1960; set/1960	São Paulo/ SP	Caixa 114
CRUZADA CULTURAL - órgão oficial da cruzada social e cultural do preto brasileiro	mai, jun/1950; mai, jun, jul/1951; nov, dez/1951; nov, dez, 1952; jun, jul, ago/1953; jan, fev, mar/1954; fev, mar, abr/1955; 1957; 1960	São Paulo/ SP	Caixa 114
REVISTA MNU – Movimento Negro Unificado	mar, abri/1981	São Paulo/ SP	Caixa 115
PIXAIM	mar/1985	São José dos Campos/ SP	Caixa 115
CHAMANEGRA	jul/1986	São Paulo/ SP	Caixa 115
NÊGO – Boletim do Movimento Negro Unificado	1984	Salvador/BA	Caixa 115
AXÉ	1990	Belo Horizonte/ MG	Caixa 116
JORNAL DA CAPOEIRA	1978	São Paulo/ SP	Caixa 117
TROVÃO – Órgão oficial da Associação Brasileira de Negros Progressistas	jul/1986; nov/1986	São Paulo/ SP	Caixa 117

SINBA – Órgão de divulgação da Sociedade de intercâmbio Brasil – África	jul/1977; abr/1979; ago/1979; mar/1980	Santos/ SP	Caixa 118
MNU JORNAL – Jornal Nacional do Movimento Negro Unificado	jun/1989; jul/1989; nov/1989; set/1989; out/1989; nov/1989	Não identificado	Caixa 118
ABERTURA	set/1978	Americanópolis/ SP	Caixa 119
NOVA IMAGEM	out/1984	São Paulo/ SP	Caixa 119
MAIORIA FALANTE	jul e ago/1988; nov e dez/1988; fev e mar/1989; abr e mai/1989; jun e jul/1989; ago e set/1989; set/1989; out e nov/1989; dez/1989; fev e mar/1990	Rio Janeiro	Caixa 119
JORNAL DO CONSELHO DA COMUNIDADE NEGRA	jan/1984; jul/1985; jan/1986; abr e maio/1986; jun e jul/1986; ago e set/1986; dez/1989; out e nov/1986; jan/1988	São Paulo/ SP	Caixa 121
O CLARIM D’ALVORADA (cópia reprográfica)	06/01/1924; 13/05/1926; 03/06/1928; 09/06/1929; 21/06/1930	São Paulo/ SP	Caixa 124
O ALFINETE (cópia reprográfica)	03/09/1918	São Paulo/ SP	Caixa 124
UMBANDOMBLÉ	1989;1990	São Paulo/ SP	Caixa 124
A VELHA GUARDA – ALA IMPERIAL (cópia reprográfica)	1969	São Paulo/ SP	Caixa 124
A RUA (cópia reprográfica)	24/02/1916	São Paulo/ SP	Caixa 124
O XAUTER - jornal independente (cópia reprográfica)	16/05/1916	São Paulo/ SP	Caixa 124
O BALUARTE – Orgam oficial do “Centro Litterario dos Homens de Côr” – Dedicado a	15/01/1904	São Paulo/ SP	Caixa 124

Defesa da Classe (cópia reprográfica)			
O MENELICK – Orgam mensal, noticioso, literário e crítico dedicado aos homens de cor (cópia reprográfica)	01/01/1916	São Paulo/ SP	Caixa 124
Auriverde (cópia reprográfica)	29/04/1928	São Paulo/ SP	Caixa 124
NÊGO - jornal nacional do MNU	1987;1988	Salvador/ BA	Caixa 126
JORNAL DA FRENTE NEGRA	1982	Rio de Janeiro/ RJ	Caixa 126
JORNAL DO MOAN - Movimento Alma Negra	1988	Manaus/ AM	Caixa 126
JORNAL DO OLODUM	1987; 1993; 1995	Salvador/ BA	Caixa 126
JORNEGRO	1978; 1979; 1980	São Paulo/ SP	Caixa 126
HÍFEN	fev/1960; abr/1960; mai/1960; jun/1960; jul/1960; ago/1960; nov/1960; dez/1960; mar/1961; abr/1961; jul/1961; ago e set/1961; out/1961; jan/1962; 02/1962	Campinas/ SP	Caixa 126
O GETULINO (cópia reprográfica)	05/08/1923; 12/08/1923; 19/08/1923; 26/08/1923; 02/09/1923; 09/09/1923; 16/09/1923; 23/09/1923; 30/09/1923; 07/10/1923; 13/10/1923; 21/10/1923; 04/11/1923; 11/11/1923; 18/11/1923; 25/11/1923; 02/12/1923; 09/12/1923; 16/12/1923;	Campinas/ SP	Caixa 131

	23/12/1923; 30/12/1923; 06/01/1924; 13/01/1924; 20/01/1924; 27/01/1924; 03/02/1924; 10/02/1924; 17/02/1924; 24/02/1924; 02/03/1924; 09/03/1924; 16/03/1924; 23/03/1924; 30/03/1924; 06/04/1924; 13/04/1924; 19/04/1924; 01/05/1924; 13/05/1924; 01/06/1924; 08/06/1924; 15/06/1924; 22/06/1924; 06/07/1924; 13/07/1924; 10/08/1924; 17/08/1924; 24/08/1924; 07/09/1924; 14/09/1924; 21/09/1924; 28/09/1924; 05/10/1924; 12/10/1924; 19/10/1924; 26/10/1924; 02/11/1924; 09/11/1924; 16/11/1924; 23/11/1924; 30/11/1924; 20/12/1924		
O NOVO HORIZONTE (cópia reprográfica)	05/1946; 06/1946; 07/1946; 09/1946; 11/1946; 12/1946; 06/1947;	São Paulo/ SP	Caixa 131

	05/1947; 08/1947; 09/1947; 10/1947; 12/1947; 03/1948; 05/1948; 07/1948; 06/1949; 07/1949; 06/1950; 07/1954; 08/1954; 09/1954; 10/1954; 11/1954; 12/1954; 04/1958; 03/1961		
--	---	--	--

Fonte: Elaborada pela autora

4.3 Clóvis Moura, o intelectual da práxis negra

Clóvis Moura, reconhecido por análises das relações raciais brasileiras em obras como *Rebeliões da Senzala* e *Sociologia da Práxis Negra*, foi jornalista, escritor e sociólogo. Oriundo de família de classe média, filho de pai negro, fiscal do imposto de renda, e mãe branca, procedente de família de fazendeiros, Moura teve desde cedo acesso ao ensino formal. Passou a infância no Piauí, mudou-se com a família para Natal, Rio Grande do Norte, em 1935, depois para Salvador, Bahia, em 1941, e São Paulo, em 1949.

Autor de obras diversas que abrangem livros de poesia, crítica literária e ensaios sociológicos, Clóvis Moura percorreu uma trajetória intelectual externa à universidade. A atuação como jornalista teve início enquanto era estudante no Colégio Santo Antônio, de irmãos maristas, em Natal, Rio Grande do Norte, onde fundou o Grêmio Cívico Literário 12 de Outubro e o jornal *O Potiguar*. Na Bahia, ingressou na Faculdade de Direito, que não chegou a concluir, e trabalhou no jornal *O Momento*, diário do Partido Comunista do Brasil – PCB. Em São Paulo, Moura consolidou sua carreira de jornalista com atuação no *Jornal Última Hora*, de Samuel Wainer, nos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, entre outros veículos de grande circulação. (MESQUITA, 2002).

Militante do PCB desde 1945, Moura elegeu-se deputado estadual pela Bahia em 1947, contudo teve sua candidatura cassada. Sua mudança para São Paulo, em 1949, que o levou a atuar na Frente Cultural do PCB, o colocou em contato com intelectuais como Caio Prado Junior.

Mesmo com atuação direta no partido, não ocupou uma posição confortável,

por conta de sua posição, digamos radical dentro do Partidão, desde logo, proveniente de suas interpretações, consideradas verdadeiras aberrações por seus companheiros de partido, Moura começa a ser isolado ou desqualificado dentro da verdadeira e profícua bandeira de luta do PCB – a luta de classes, que à época, para os partidários do comunismo, nada tinha a ver com questão racial. (MESQUITA, 2002, p.177)

Clóvis Moura consolidou sua produção escrita como intelectual autônomo. Sua obra, a partir da teoria marxista, entende as relações raciais como elemento estruturante da formação do Brasil. O autor iniciou as pesquisas para seu primeiro livro *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*, quando tinha 23 anos de idade, nos anos 1940. A primeira publicação, datada de 1959 pela Edições Zumbi, de São Paulo (editora que ele próprio criou), teve pouco acolhimento entre os intelectuais brasileiros, mas as

reedições que se seguiram nas décadas seguintes revelam como as questões centrais de sua análise estavam à frente dos passos que seriam tomados pela universidade no decorrer do tempo.

O pioneirismo da análise de Moura levou ao seu reconhecimento tardio como sociólogo, embora tenha traçado um caminho autodidata, fora do meio acadêmico.

Enquanto a maioria dos estudiosos do problema negro, pertencentes à sua geração, ainda procurava em suas pesquisas desvendar o lado antropológico, etnográfico e folclórico do negro no país, Moura dirigiu suas pesquisas para o campo histórico-sociológico. [...] Moura, apoiado nos fatos pretéritos, pôde desconstruir iniquidades a respeito da história do negro e assim trazer à tona outros elementos analíticos, revelando-se como mais uma fecunda contribuição para se pensar sobre a formação da sociedade brasileira. (MESQUITA, 2002, p.18)

A primeira edição de *Rebeliões da Senzala*, elaborada a partir de pesquisas no Arquivo Público da Bahia, trouxe à tona a história de resistência da população negra em inúmeras revoltas contra a opressão escravagista. A segunda edição, revista e ampliada a partir de pesquisas no Arquivo Público do Estado de São Paulo, na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, entre outros, foi publicada em 1972 pela Editora Conquista, momento que os intelectuais acadêmicos passaram a estudar a escravidão como um sistema de violência contra o qual os negros reagiram. A terceira e a quarta edição, de 1981 pela editora Ciências Humanas de São Paulo e 1988 pela editora Mercado Aberto, de Porto Alegre respectivamente, sucederam a consolidação dos cursos de pós-graduação nas universidades do país, que fortaleceram a pesquisa acerca dos movimentos sociais. (SOUZA, 2014)

Nos anos seguintes, Moura produziu uma vasta obra intelectual: em *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*, de 1964, evidenciou o vínculo conservador do pensamento deste autor à época; em *O preconceito de cor na literatura de cordel*, de 1976, demonstrou como o racismo penetrou no imaginário das classe populares; em *Sociologia posta em questão*, de 1978, diagnosticou a dificuldade da sociologia acadêmica voltar-se para as demandas dos trabalhadores e defendeu a importância do intelectual autônomo; em *Negro, de bom escravo a mau cidadão*, de 1977, analisou a revolução escrava bem sucedida do Haiti e o papel no negro na modernidade.

Ao longo desse período, o pensamento de Clóvis Moura pode ser resumido como o estudo das formas de resistência negra ao escravismo, em que o sujeito coletivo negro

ocupa posição central. Compôs um pensamento exemplar e radicalmente único ao se opor aos inúmeros discursos sobre a realidade e a vida do negro afro-brasileiro provenientes de uma fundamentação eurocêntrica e branca.

Ao adotar uma perspectiva de análise marxista, engajada, e, portanto, política, sobre a realidade do negro em nossa sociedade, Clóvis Moura não se distanciou do reconhecimento de que as construções políticas sobre o negro também operam no plano simbólico e subjetivo e conectam-se a elas. Agir para transformá-las é um passo necessário para que se fundamentem novas percepções acerca da integração e superação da marginalização dos negros como grupo social subalterno na sociedade ocidental.

O que Moura concebe, portanto, é uma reconstrução simbólica do negro político, em especial atenção a uma sociologia da práxis, ou seja, da ação. Nesse sentido, as análises do autor sobre a institucionalização dos quilombos, a ação dos quilombolas e a negritude entendida como um movimento social traduzem o que se poderia conceber como *“uma vanguarda [negra] da integração violenta na sociedade burguesa, o que significa a tentativa de traduzir o marxismo a partir da perspectiva do negro”*. (OLIVEIRA, 2011, p.61)

Como complementa Fábio Nogueira de Oliveira (2011, p.58), o pensamento de Clóvis Moura, ao longo de seus principais textos, identifica a luta e a violência negra, direta e imediata, como uma práxis negra dotada de estatuto político, em que ambas influenciaram o sentido das transformações históricas na sociedade brasileira. Com base nisso, é possível dizer que o pensamento de Moura se inscreve *“em um lugar específico dentro da modernidade negra: o de ver na violência negra, e não apenas nas compensações subjetivas de uma identidade afro-centrada, a forma de integração política destas na sociedade ocidental.”* (idem)

O corolário dessa reflexão é perceber, seguindo a linha marxista, que o movimento negro, enquanto movimento socialmente organizado, é uma forma de movimento político; ou seja, em outras palavras: não há movimento social que não seja, ao mesmo tempo, político.

Dessa forma, Clóvis Moura conclui:

Todos os movimentos que desejam mudança social são movimentos políticos apesar do fato dos seus agentes coletivos não terem total consciência disto. O que vale e determina é o nível de consciência social de cada um e as propostas subsequentes para a mudança projetada. Mas todos se enquadram (com maior ou

menor nível de consciência social) na proposta da transformação revolucionária (ou não) da sociedade. (MOURA *apud* OLIVEIRA, 2011, p.60).

Durante os anos 1970, Clóvis Moura manteve ligação com o movimento negro que se reorganizou no pós-ditadura militar, por meio de entidades como o Movimento Negro Unificado – MNU e a União dos Negros pela Igualdade – UNEGRO, além de ser colaborador e simpatizante do Partido Comunista do Brasil – PCdoB.

Segundo Oliveira (2011, p.60 e ss.)³⁶, se, por um lado, para Moura, a negritude no contexto europeu e africano sofreu a inflexão da práxis política anticolonialista (o que explicaria os estudos pós-colonialistas), no Brasil, por outro lado, tal situação não ocorreu. O movimento negro e as ideias de negritude ficaram congeladas, sem a força de movimentos políticos caracteristicamente de massa; tornaram-se uma categoria aristocratizante praticada por uma “elite negra”. Com a exceção de algumas tentativas isoladas de uma negritude popular e radical – e Moura refere-se a Solano Trindade –, a negritude brasileira nesse período não ultrapassou a ideologia de uma elite intelectual negra.

Com essa reflexão, Clóvis Moura faz uma análise crítica da recepção da negritude – como movimento ideológico – por parte dos intelectuais ligados ao Teatro Experimental do Negro – TEN. Sua crítica se liga à percepção de que o TEN, em termos históricos, coincide com o intervalo democrático do Pós-Segunda Guerra Mundial (1945-1964) e com o que veio a ser denominado de “consenso racial-democrático”, em decorrência da desmoralização do racismo pseudocientífico, da derrocada do nazismo e dos governos autoritários (fascismo e franquismo), e por ocorrer a valorização da cultura na interpretação da realidade nacional. Com esses elementos predominantes na agenda pública, assiste-se a uma maior afirmação da cultura negra por parte da intelectualidade negra incrustada no Teatro Experimental do Negro.

Dessa forma, ao contrário de Clóvis Moura (vinculado ao Partido Comunista Brasileiro e, a partir de 1962, ao Partido Comunista do Brasil), Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos, principais expoentes do teatro negro, tiveram suas trajetórias ligadas ao trabalhismo e apoiaram governos que disputavam o legado varguista.

Entre os membros do Teatro Popular Brasileiro (Edison Carneiro e Solano Trindade) e os acima citados integrantes do TEN, havia divergência quanto à linha de

³⁶ Para as próximas afirmações, seguimos de perto os estudos de Oliveira (2009, 2011).

atuação do movimento: para os primeiros, este deveria abarcar o conjunto das massas negras proletarizadas; para os segundos, deveria se constituir como um movimento cultural de intelectuais negros. Clóvis Moura defende a coexistência entre organizações da elite negra (na qual se inscreve o teatro negro) e as do “negro-massa” (escolas de samba, candomblés, etc.).

Assim, para o sociólogo Moura, ao fazer da negritude uma “atitude psicológica de revolta inconsciente e vaga de negros intelectuais frustrados no mundo dos brancos” e deixar de emprestar-lhe o caráter de ideologia para ser “vivida e aplicada”, esse comportamento elitista do TEN levou o movimento a um desgaste paulatino. Por outro lado, a “negritude aristocrática”, com a emergência do negro-massa, restringiu-se, naquele momento, a atenuar as tensões e os conflitos entre as áreas brancas enriquecidas e as pobres, majoritariamente negro-parda.

Entre 1945-1964, Clóvis Moura não participou de organizações antirracistas e do movimento negro, o que se relaciona com o fato de que, ao contrário do que ocorreu a partir dos anos 1970, nesse período o reconhecimento intelectual de Clóvis Moura não dependia de sua condição “racial”, ou seja, ela não era declarada.

No longo depoimento ao escritor Luis Silva (Cuti), José Correia Leite não fez, entre os anos 1940 e 1960, qualquer referência à participação de Clóvis Moura em algum movimento político negro (ao contrário, por exemplo, de Florestan Fernandes, Sérgio Milliet, Solano Trindade e Fernando Góis).

As jovens lideranças negras dos anos 1970-1980, oriundas de grupos de esquerda universitária, desencadearam um conjunto de ações no plano político e deram origem, em 1978, ao MNU. Essa liderança, de acordo com Clóvis Moura, seria a ponta de lança do movimento de unidade de todos os setores marginalizados da riqueza nacional.

Logo, a negritude deixaria de ser um movimento no campo das ideias e ganharia materialidade por meio da política com o MNU, constituindo-se como movimento de libertação dos negros e dos oprimidos quanto à exploração econômico-social e à dependência cultural dos antigos centros metropolitanos. Torna-se, dessa forma, força social e política com capacidade de incidir na materialidade do mundo social e definir os rumos do desenvolvimento social.

A aproximação de Moura com o Movimento Negro Unificado entre as décadas de 1980 e 1990 intensifica a produção teórica acerca do tema, como em *Sociologia do Negro Brasileiro*, de 1988 e *Dialética Radical do Negro*, de 1994. (FARIAS, 2016)

A insuficiente repercussão dos escritos de Clóvis Moura, pouco citado nas obras de outros estudiosos, mesmo quando a mudança epistemológica nos estudos de relações raciais se consolidava no ambiente acadêmico brasileiro, aproximando-se da análise de Moura que a precedeu, pode ser atribuída à peculiaridade de sua atuação. Intelectual autônomo ou radical, embora marxista, suas ideias destoavam da bandeira enfática à luta de classes, e distante das questões raciais, defendida pelo PCB e pelos intelectuais do partido. Desvinculado do ambiente acadêmico, gozava de maior liberdade de expressão para compor suas análises almejando transformações sociais concretas. (MESQUITA, 2002)

Clóvis Moura salienta que com as revoltas, quilombos, insurreições e suicídios, os escravos nortearam a criação do *ethos* da sociedade brasileira. Pois foi (sic) justamente os comportamentos rebeldes dos negros que fizeram com que a classe dominante fomentasse a criação de um aparelho repressor e ideológico no Estado Brasileiro, trazendo intrinsecamente a discriminação racial. (MESQUITA, 2002, p.20)

A obra de Clóvis Moura ganhou relevância progressivamente e se mostrou adiantada e crítica em relação ao que se estava produzindo dentro da universidade. A característica excepcional de sua produção intelectual, sendo negro, não acadêmico e estudioso das questões raciais, evidencia que o destaque alcançado por ele (como demonstram os estudos sobre sua obra, as homenagens recebidas, as reedições de seus livros e a preservação de seu arquivo pessoal pelo Cedem), ainda que tardiamente, se deve à peculiaridade de sua obra e da forma como o autor geriu sua posição de intelectual autônomo. Tais predicados, apesar da postura política e da temática de sua obra, tornaram-se difíceis de ignorar.

O arquivo pessoal de Clóvis Moura guarda elementos para a compreensão da luta negra no século XX, a partir das informações sobre a sua postura enquanto intelectual e a sua relação com setores do movimento negro organizado. O reconhecimento do destaque de Moura, que já havia sido demonstrado antes, com as participações em bancas de mestrado e doutorado e o título de notório saber concedido pela Universidade de São Paulo, foi corroborado com a incorporação de seu acervo em uma instituição de custódia sob a responsabilidade da Universidade Estadual Paulista³⁷.

³⁷ O arquivo pessoal de Clóvis Moura foi doado por sua filha Soraya ao Cedem, em 2004.

As informações sobre a história pessoal e profissional do intelectual autônomo passam a integrar a instituição acadêmica, tornando o acervo representativo da linha de ação adotada, no caso do Cedem, com o foco na história dos movimentos sociais do país. O intelectual autônomo e radical está, finalmente, inserido na academia.

CONCLUSÃO

Se a máxima filosófica de Descartes “Penso, logo existo” representa o ideal do individualismo europeu, a afirmação bantu “Umuntu ngumuntu ngabantu” representa uma aspiração africana coletiva: “Um ser humano é humano por causa dos outros seres humanos”.

Nossa humanidade depende da humanidade de nossos semelhantes. Nenhuma pessoa, nenhum grupo podem ser humanos sozinhos. Nós nos erguemos acima do nível animal juntos – ou então não nos erguemos. Se aprendermos essa lição, ainda que tarde, teremos dado um passo à frente, um passo verdadeiramente digno de um novo milênio.

(ACHEBE, 2012, p.167)

Neste trabalho foram abordados três acervos, presentes na cidade de São Paulo, relacionados a história e memória da movimento negro brasileiro: a coleção Jornais Negros Brasileiros – 1904-1969, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo – IEB/ USP; a coleção Imprensa Negra, do Arquivo Público do Estado de São Paulo; e o Fundo Clóvis Moura, do Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista – Cedem/ Unesp.

A questão em foco sobre a documentação e a memória procurou subscrever um enfoque teórico e metodológico que permitisse encaminhar a análise da composição dos acervos do movimento negro e sua importância para a sociedade, de forma a recuperar a informação e trata-la condizentemente, como um saber, como luta e como parte da constituição da história brasileira.

Tendo em vista o objeto da pesquisa, foram apresentados os caminhos que os documentos percorreram até chegarem a uma instituição de custódia; foram discutidas as políticas de incorporação, de guarda e preservação documental, por meio de uma

abordagem descritiva e crítica e sob a ótica da constituição de fundos e coleções; e foram também consideradas as condições atuais desses acervos em atenção ao armazenamento, ao estado de conservação e às formas de mediação, envolvendo acesso e divulgação.

Em relação às coleções de jornais negros, o enfoque histórico relativo à periodização procurou problematizar a complexidade existente na abordagem sobre o movimento negro e sobre a imprensa negra, ambos representativos do contexto social, político e econômico brasileiro em suas diversas fases de existência ou ausência democrática, de fraco espectro de direitos e de inexistente ou pouca integração social.

Os periódicos eram um meio de luta e conscientização da população negra para a necessidade de transformação social, primeiramente com o objetivo da inclusão do negro, e com o decorrer do tempo, em contestação à tão proclamada democracia racial, prevalecente nas décadas finais do século passado e ainda presente no imaginário social brasileiro.

Este trabalho não visou realizar uma análise histórica dos jornais para contrapor-se aos estudos que foram citados ao longo dos capítulos, mas sim elucidar a trajetória de formação dos acervos analisados. Tornou-se evidenciado o esforço de guarda e preservação dos exemplares da imprensa negra e de outros documentos referentes à luta negra empreendido por intelectuais militantes como Jayme Aguiar e José Correia Leite, cujos nomes não estão registrados como doadores ou organizadores das coleções pertencentes ao IEB, ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, nem dos exemplares integrantes do fundo Clóvis Moura.

Estudar a preservação dos registros documentais da luta negra, sua guarda, preservação e disponibilidade para acesso tem um caráter político, que vai de encontro ao apagamento da história de luta e resistência negra que ainda persiste no imaginário social. Justamente por isso, o acervo de Clóvis Moura, a par da documentação reunida, incluindo também exemplares da imprensa negra, ganha ainda mais importância ao ser o legado de uma práxis de luta no campo da reflexão sociológica acerca das questões raciais.

Esses conjuntos documentais não apenas são instrumentos para os esforços de esclarecimento sobre o processo de desumanização e efabulação acerca da população negra, mas também permanecem como uma exigência de não-esquecimento ao instigar a crítica, o esforço de conscientização, de verificação e elucidação da informação, ou seja, uma abordagem de constante questionamento da memória no empenho de que possa produzir, decisivamente, novos instrumentos de análise para melhor esclarecer o presente.

O acesso aos documentos da luta negra relaciona-se, então, à compreensão da diáspora negra enquanto experiência e construção, bem como ao esclarecimento sobre a condição, sobre a luta contra a opressão e a desumanização dos negros, assim como a resistência ativa que inúmeros povos mantiveram ao longo dos séculos para fazer valer sua dignidade e autonomia – elementos basilares da condição humana, mas que foram deliberadamente falseados e negados à população negra pela inscrição de uma memória de subalternidade.

A compreensão do documento, em referência à discussão feita no primeiro capítulo sobre as proposições de Lund (2009), remete às possibilidades de acessar e analisar os vestígios documentais da história da luta negra no país – quer sejam oriundos das ações empreendidas por militantes, quer sejam da obra produzida por intelectuais negros ou, ainda, de diferentes fontes, diretas ou indiretas, assim percebidas.

Integrando a análise da materialidade do documento, nos termos de sua guarda e conservação, procurou-se discutir as dimensões institucionais, sociais e culturais que elucidam a preservação e a constituição da memória do movimento negro. O que esteve em foco, ao longo dos capítulos, também pode ser apresentado como a busca por conceder inteligibilidade à construção social dos acervos e documentos representativos da memória negra na cidade, destacando sua significância e procedendo de maneira a gerar percepção sobre o caráter de evidência desses documentos relativamente ao contexto em que sobreviveram.

O enfoque sobre os acervos do movimento negro foi aqui considerado de uma perspectiva que procurou resguardar sua dimensão social, e a partir também de uma perspectiva defendida por Lund, segundo a qual um documento deve ser objetivado de modo prismático, no intuito de elucidar seus três ângulos: o aspecto físico (material), o aspecto social (contexto) e o aspecto mental (interpretativo).

Se os documentos são vestígios de atividades passadas, cabe ao leitor/pesquisador, a partir de sua dimensão social, elaborar a interpretação daquilo que resistiu e ficou mantido como indício de uma memória. Trata-se, também, de encarar a sobrevivência desses registros acerca do movimento negro no Brasil como um processo de luta para a constituição da memória. Sua permanência enquanto tal deve ser objeto, justamente, de uma luta.

Nesse sentido, a continuidade da memória do movimento negro, do ponto de vista da Ciência da Informação, passa pelo movimento político de ampliação da divulgação e do acesso à informação relativa ao conteúdo histórico que portam. Por outro lado, a

divulgação e o acesso dependem não apenas de uma política de tratamento e guarda, ou seja, de uma política de custódia, mas de uma política de difusão, o que pode ser caracterizado sob o entendimento da necessidade de se criar um tipo específico de regime de informação para essa finalidade.

O conceito de regime de informação, segundo González de Gómez e Maria de Albuquerque Aquino, é objeto de uma ação socialmente orientada, envolvendo sujeitos, instituições, regras específicas, arranjos organizacionais e dispositivos que engendram o tratamento, processamento, seleção e distribuição da informação. Assim, a mediação aqui sugerida aos acervos que resguardam a memória do movimento negro se inscreve nessa vertente processual que visa pensar (e luta para adquirir) um regime de informação que não desconsidere as populações vulneráveis, discriminadas e excluídas.

Romper com a predominância de um regime de informação colonizador, nas palavras de Aquino, requer um trabalho constante, atento e consistente de manutenção dos acervos, de maneira a garantir sua permanência. Requer, igualmente, um modo de divulgação e circulação dos registros do movimento negro entendidos enquanto informação. Um modo que implica em considerá-los como portadores de um saber; por conseguinte, um saber positivado, gerador de conhecimento sobre o movimento negro e de inclusão informacional da população negra.

Como afirmado anteriormente, se (acesso a) informação é uma forma de (geração de) saber, cabe à Ciência da Informação, vista como ciência social e interdisciplinar, “que toma como objeto a informação em todos seus aspectos, e estuda o comportamento, as propriedades e os efeitos dessa informação numa variedade de processos de comunicação” (AQUINO, 2010, p.46), o papel ativo de ser mediadora na apropriação da informação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHEBE, Chinua. **A educação de uma criança sob o protetorado britânico: ensaios** – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ADORNO, Theodor W. O que significa elaborar o passado? In: **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 29-50.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. **História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004.

ARAÚJO, Joel Zito. **A Negação do Brasil** – o negro na telenovela brasileira. São Paulo: Editora Senac, 2000.

AQUINO, M. de A. Entre a informação e o conhecimento, imbricam-se tensas relações para inclusão social de negros/as na sociedade contemporânea. **Inclusão Social**, Brasília, v.4, n.1, p. 45-51, jul./dez. 2010.

BASTIDE, Roger. A imprensa negra do Estado de São Paulo. In: **Estudos Afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BELLOTTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. **Arquivos: Estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

CAMARGO, Célia R. Os Centros de Documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia. L. da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1999.

CARDOSO, Hamilton. (1988) “História recente dez anos do movimento negro”. **Teoria e Debate** nº 2, março/1988. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/artigo-hamilton-cardoso/>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

CARVALHO, Gilmar Luiz de. **A imprensa negra paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências**. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2009.

DICIONÁRIO Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**. 2007, v.12, n.23, p. 100-122.

FARIAS, Marcio. **Raça e classe na obra de Clóvis Moura (1925-2003)**. In: Seminário Fesp SP Os Rumos Estratégicos do Brasil, 2014, São Paulo. Relações raciais e étnicas na América Latina: entre o passado e o futuro, 2016.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915-1963)**. São Paulo: Ed. FFLCH-USP, 1986 (Série Antropologia, 13)

GAGNEBIN, Jeanne M. O que significa elaborar o passado? In: **Lembrar, esquecer, escrever**. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 97-105.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

LEITE, José Correia. **...E disse o velho militante José Correia Leite**: depoimentos e artigos. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de Pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa oficial, 2002.

LUND, Niels Windfeld. Document theory. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 43, n. 1, p. 1-55, 2009.

MALATIAN, Teresa. Cem anos de Imprensa negra em São Paulo: da descoberta à edição fac-similar. **Patrimônio e Memória**. São Paulo, nº1, 2018, p.340-364.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

MESQUITA, Érika. **Clóvis Moura**: Uma visão crítica da História Social Brasileira. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2002.

MOURA, Clóvis. **Imprensa Negra**. Estudo crítico de Clóvis Moura. Legendas Miriam Nicolau Ferrara. São Paulo: Imprensa Oficial, Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2002, Edição fac-similar.

OLIVEIRA, Fábio Nogueira. de. **Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis Negra**. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Universidade Federal Fluminense, 2009.

_____. Modernidade, política e práxis negra no pensamento de Clóvis Moura. **PLURAL** - Revista do Programa de Pós -Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.18.1, 2011, pp.45-64.

PEREIRA, A. A. **“O mundo negro”**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Rio de Janeiro, 2010.

PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia. Catálogo da Exposição **A imprensa negra em São Paulo: 1918-1965** (31 de maio a 26 de junho de 1977). São Paulo, 1977.

PINTO, Regina Pahim. **O movimento negro em São Paulo**: luta e identidade. Ponta Grossa: Editora UEPG; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

ROUSSO, H. O arquivo ou o indício de uma falta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n.17, 1996, p. 85-92.

SANCHES, Rodrigo Ruiz. Sérgio Buarque de Holanda na USP. In: **Soc. estado. Brasília**, v.26, n.1, p.241-259, abr. 2011.

SANTOS, Ivair Augusto Alves. O Movimento Negro e o Estado (1983-1987): O caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

SANTOS, Joel Rufino. **Movimento negro e crise brasileira**. In: SANTOS, J. R. e Barbosa, W. N. **Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras**. Brasília, Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

SILVA, Z. L. da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1999.

SMIT, Johanna W. A informação na Ciência da Informação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 84-101, jul./dez. 2012.

SOUZA, Gustavo O. **De Amarante para o mundo: Clóvis Moura, memória e esboço biográfico**. Cadernos de História (UFOP. Mariana), v. 1, 2014, p. 146-166.

SITES CONSULTADOS

Arquivo Público do Estado de São Paulo:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/jornais_revistas.

Acesso em 20 dez. 2018.

CEDAP – Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa:

http://www2.assis.unesp.br/cedap/menu/o_cedap.html. Acesso em 20 dez. 2018.

Centro de Documentação e Informação Científica – Cedec – PUC/ SP:

http://www4.pucsp.br/cedec/semui/colecoes/movimento_de_negros.html?. Acesso em 20 dez. 2018.

Guia do Acervo – Cedem / Organizado por Sandra Moraes. São Paulo: Cedem

/UNESP, 2018: https://www.cedem.unesp.br/Modulos/Noticias/312/guia_cedem_2018-1.pdf.

Acesso em 20 dez. 2018.

Guia do IEB – 2010: <http://www.ieb.usp.br/guia-ieb-2/>. Acesso em 20 dez. 2018.

Instituto de Estudos Brasileiros - IEB <http://www.ieb.usp.br/acervo/>>. Acesso em 20 dez. 2018

Portal da Imprensa Negra Paulista: <http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/>. Acesso em 20 dez. 2018.

REPÚBLICA, SP, p.11/18 out. 1979:

<http://memoria.bn.br/DocReader/hotpage/hotpageBN.aspx?bib=194018&pagfis=787&pesq=enterro+da+lei+afonso+arinos+p%C3%A7+ramos&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 20 dez. 2018.

ANEXO 1 – ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Capa do jornal O Clarim da Alvorada (exemplar de 13/05/1924)

Fonte: **Portal da Imprensa Negra Paulista**. Disponível em:
[<http://biton.uspnet.usp.br/impresnanegra/index.php/o-clarim-da-alvorada/o-clarim-da-alvorada-13051924/>](http://biton.uspnet.usp.br/impresnanegra/index.php/o-clarim-da-alvorada/o-clarim-da-alvorada-13051924/). Acesso em 30 jan. 2019

Figura 2 – Capa do jornal O Menelick (exemplar de 1º/01/1916)

Fonte: O Menelick 2º ato. Disponível em: <<http://www.omenelick2ato.com/historia-e-memoria/o-menelick-100-anos>>. Acesso em 30 jan. 2019

Figura 3 - Capa do jornal A Voz da Raça (exemplar de 13/05/1933)

Fonte: **Portal da Imprensa Negra Paulista**. Disponível em:
<http://biton.uspnet.usp.br/impresnanegra/index.php/a-voz-da-raca/a-voz-da-raca-13051933/>. Acesso
 em 30 jan. 2019

XIII DE MAIO - O DIA DE FÉ DOS NEGROS BRASILEIROS

Luta, então, pela libertação dos complexos e dos grilhões do atavismo que manietam as aspirações de nosso altruísmo, nesta altura de um amadurecido 13 de Maio.

E a nossa proclamação concisa aos negros de boa vontade, para que se enfileirem, desfilando já nas normas de orientação. E que ninguém se acovarde diante daqueles que negam as necessidades imperantes de um movimento, que apenas visa estimular o negro, para que ele não se estile, mas, encontre no espírito elevado de associação, aquele amparo que não lhe foi dado pela lei de 13 de Maio de 1888.

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/jornais_revistas>. Acesso em 30 jan. 2019

Figura 5 – Capa do catálogo da Exposição A imprensa negra em São Paulo: 1918-1965 (31 de maio a 26 de junho de 1977). São Paulo, 1977.

Fonte: PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia. **Catálogo da Exposição A imprensa negra em São Paulo: 1918-1965 (31 de maio a 26 de junho de 1977).** São Paulo, 1977. Acervo da Biblioteca Walter Wey, da Pinacoteca do Estado

Figura 6 – Microfilmes da coleção Jornais Negros, no acervo do IEB

Fonte: Elaborada pela autora

Figura 7 – Microfilme da coleção Imprensa negra, no acervo do Arquivo do Estado

Fonte: Elaborada pela autora

Figura 8 – Abertura do microfilme da Imprensa Negra, Arquivo do Estado

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO S/A - IMESP

IMAGEM DE ABERTURA

Início da Microfilmagem 11 / 10 / 1984

FILME	N.º 002	Máquina	Unidade
		N.º 01	N.º 02
		P-3505	

CODIFICAÇÃO: PERIÓDICOS
 ORDEM: CRONOLÓGICA
 REDUÇÃO: 20:1

MICROFILMAGEM EXECUTADA PELA:
 IMPRESA OFICIAL DO ESTADO S/A
 IMESP
 REG. MIN. JUSTIÇA N.º 530

TERMO

A DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DESTA FILME FOI SUSMETIDA A PREVIA PREPARAÇÃO E ORGANIZADA SOB ORIENTAÇÃO DO DETENTOR DA MESMA, SENDO A MICROFILMAGEM REALIZADA COM OBSERVÂNCIA DAS NORMAS TÉCNICAS EXIGIDAS PARA A FIEL REPRODUÇÃO EM TODOS OS DETALHES.

Assinatura do Responsável Técnico pela Documentação
 ANTONIO CARLOS PAULO
 Superv. do Centro de Microfilmagem

Nome por extenso
 PAULO DE JESUS BUSSOLITTE CASTRILLO

Assinatura do Responsável pela Operação
 PAULO DE JESUS BUSSOLITTE CASTRILLO

Assinatura do Responsável pela Microfilmagem
 ANTONIO CARLOS PAULO
 Superv. do Centro de Microfilmagem

Nome por extenso

RESUMO DO FILME

PERIÓDICOS: SÉCULO XX
 FORM MICROFILMADOS 23 (VINTE E TRES)
 TÍTULOS DE PERIÓDICOS.
 OS PERIÓDICOS FORM SEPARADOS ENTRE SI
 POR SINÁLÉTICAS.
 OBSERVAÇÃO: VIDE RESUMO COMPLETO NO TERMO DE ENCERRAMENTO.

15:1

A documentação constante desta filme é continuação da microfilmada no de n.º 001

Fonte: Elaborada pela autora

Figura 9 – Sociedade Cooperadora Clarim d'Alvorada

Fonte: Elaborada pela autora

Figura 10 – Fundo Clóvis Moura no Cedem

Fonte: Elaborada pela autora

Figura 11 - Sistema de Gestão de Acervos Permanentes - Cedem

unesp Sistema de Gestão de Acervos Permanentes sandra.moraes

Acervos → Plano Classificação → Área de Autoria → Área Identificação → Área Temática → Área Sup./Conserv. → Administrativo → Relatórios → Retornar ao Portal

Opções de Filtro

Título: Inicia com Documento: ☐ Com anexo ☐ Sem anexo ☒ Ambos

Data: Autor: Inicia com

Instituição Acumuladora: CEDEM Fundo ou Coleção: Clóvis Moura

Campos para exibir no relatório

☒ Data ☒ Idioma
☒ Volume ☒ Número
☒ Autoria ☒ Notas Gerais
☒ Localização ☒ Estado de Conservação
☒ Instituição Acumuladora ☒ Fundo/Coleção
☒ Grupo ☒ Subgrupo
☒ Subsérie ☒ Tipo de Acervo
☒ Descrição

Relatório Exportar: CSV | Excel | XML | PDF

130 registros 1 2 3 4 5

Localização	Autor	Notas Gerais	Espécie Documental	Localização	Estado Conservação	Tipo Suporte	Instituição Acumuladora	Fundo/Coleção	Subfundo/Coleção	Grupo	Subgrupo	Série	Subsérie	Tipo de Acervo	Descrição
				CM: 099			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual				Documento Textual	Teses
				CM: 074			CEDEM	Clóvis Moura						Documento Textual	Produção de terceiros - Textos
				CM: 075			CEDEM	Clóvis Moura						Documento Textual	Produção de terceiros - Textos
				CM: 076			CEDEM	Clóvis Moura						Documento Textual	Produção de terceiros - Textos
				CM: 077			CEDEM	Clóvis Moura						Documento Textual	Produção de terceiros - Textos

Fonte: Elaborada pela autora

Figura 12 - Caixa de Correspondência - Fundo Clóvis Moura

Fonte: Elaborada pela autora

Figura 13 – Entrefolhamento - Correspondência Fundo Clóvis Moura

Fonte: Elaborada pela autora

Figura 14 - Pasta: Produção intelectual - Fundo Clóvis Moura

Fonte: Elaborada pela autora

Figura 15 - Ficha descritiva interna - Fundo Clóvis Moura

1

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA CEDEM/UNESP			
INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA: <u>CEM CONJUNTO</u>			
FUNDO: <u>Clóvis Moura</u>			
GRUPO: <u>Produção intelectual - 1ª série - textos</u>			
PASTA nº <u>1</u>		CAIXA nº <u>90</u>	
Quantidade de Documentos: <u>25</u>		Quantidade de Páginas: <u>366</u>	

CONTEÚDO	ESPÉCIE	Nº PÁGINAS	VERSO
DIG.001	<u>resenha</u>	<u>6</u>	
DIG.002	<u>anotação manuscrita avulsa</u>	<u>1</u>	
DIG.003	<u>txt: sobre vivências do sistema ..</u>	<u>12</u>	
DIG.004	<u>txt: sobre vivências do .. texto 2</u>	<u>13</u>	
DIG.005	<u>txt: A ESCRAVIDÃO BRASILEIRA Trabalho ..</u>	<u>5</u>	
DIG.006	<u>txt: II versão 2</u>	<u>3</u>	
DIG.007	<u>txt: A trajetória da organização ..</u>	<u>37</u>	
DIG.008	<u>txt: O resgate do movimento ..</u>	<u>7</u>	<u>prim</u>
DIG.009	<u>txt: O movimento negro e suas reflexões</u>	<u>5</u>	
DIG.0010	<u>texto: Retrato de Luís Gama</u>	<u>15</u>	
DIG.0011	<u>texto: Etnicidade, o negro e o japonês</u>	<u>2</u>	
DIG.0012	<u>txt: para O Dia da Consciência ...</u>	<u>8</u>	
DIG.0013	<u>texto: A comunidade negra do mimbó</u>	<u>7</u>	
DIG.0014	<u>tx: O parafuso perdido dos negros ..</u>	<u>4</u>	
DIG.0015	<u>tx: remanes de abolição ..</u>	<u>14</u>	
DIG.0016	<u>tx: o grande crédito da ..</u>	<u>4</u>	
DIG.0017	<u>nota: UNIVERSO ...</u>	<u>4</u>	<u>prim</u>
DIG.0018	<u>tx: trajetória do negro brasileiro ..</u>	<u>9</u>	<u>prim</u>
DIG.0019	<u>sumário de livro</u>	<u>1</u>	
DIG.0020	<u>texto incompleto</u>	<u>11</u>	
DIG.0021	<u>texto: estratégias do movimento ..</u>	<u>10</u>	
DIG.0022	<u>texto: Resgate da participação ..</u>	<u>3</u>	
DIG.0023	<u>texto: O negro e o japonês no Brasil</u>	<u>2</u>	
DIG.0024			
DIG.0025			

Fonte: Elaborada pela autora

Figura 16 - Dossiê Dicionário da Escravidão Negra no Brasil - Fundo Clóvis Moura

Fonte: Elaborada pela autora

ANEXO 2 – PLANILHA GERADA PELO SISTEMA DE GESTÃO DE ACERVOS PERMANENTES – CEDEM

Título	Data	Idioma	Ano	Volume	Número	Local Edição	Autor	Notas Gerais	Espécie Documental	Localização	Estado Conservação	Tipo Suporte	Instituição Acumuladora	Fundo/Coleção	Subfund ou Coleção	Grupo	Subgrupo	Série	Subsérie	Tipo de Arquivo	Descrição	Descrição	
Não consta										CM: 069			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual					Documento Textual	Teses	
Não consta										CM: 074			CEDEM	Clóvis Moura							Documento Textual	Produção de terceiros - Textos	
Não consta										CM: 075			CEDEM	Clóvis Moura							Documento Textual	Produção de terceiros - Textos	
Não consta										CM: 076			CEDEM	Clóvis Moura							Documento Textual	Produção de terceiros - Textos	
Não consta										CM: 077			CEDEM	Clóvis Moura							Documento Textual	Produção de terceiros - Textos	
Não consta										CM: 078			CEDEM	Clóvis Moura							Documento Textual	Produção de terceiros - Textos	
Não consta										CM: 079			CEDEM	Clóvis Moura							Documento Textual	Produção de terceiros - Textos	
Não consta										CM: 080			CEDEM	Clóvis Moura							Documento Textual	Produção de terceiros - Textos	
Não consta										CM: 081			CEDEM	Clóvis Moura							Documento Textual	Produção de terceiros - Textos	
Não consta										CM: 082			CEDEM	Clóvis Moura							Documento Textual	Produção de terceiros - Textos	
Não consta																							
Não consta										CM: 083			CEDEM	Clóvis Moura							Documento Textual	Boletins	
Não consta																					Documento Textual	Documentos Pessoais	
Não consta										CM: 084			CEDEM	Clóvis Moura							Documento Textual	Documentos Pessoais	

Título	Data	Idioma	Ano	Volume	Número	Local Edição	Autor	Notas Gerais	Espécie Documental	Localização	Estado Conservação	Tipo Suporte	Instituição Acumuladora	Fundo/Coleção	Subfund ou Coleção	Grupo	Subgrupo	Série	Subsérie	Tipo de Acervo	Descrição
Não consta										CM: 085			CEDEM	Clóvis Moura						Documento Textual	Documentos Pessoais
Não consta										CM: 086			CEDEM	Clóvis Moura						Documento Textual	Documentos Pessoais Jurídicos
Não consta										CM: 087			CEDEM	Clóvis Moura						Documento Textual	Cópias e fragmentos de textos
Não consta										CM: 088			CEDEM	Clóvis Moura						Documento Textual	Cópias e fragmentos de textos
Não consta										CM: 089			CEDEM	Clóvis Moura						Documento Textual	Cópias e fragmentos de textos
Não consta										CM: 090			CEDEM	Clóvis Moura						Documento Textual	Cópias e fragmentos de textos
Não consta										CM: 091			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual				Documento Textual	Cópias e fragmentos de textos
Não consta										CM: 092			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual				Documento Textual	Material para estudo
Não consta										CM: 093			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual				Documento Textual	Material para estudo

Título	Data	Idioma	Ano	Volume	Número	Local Edição	Autor	Notas Gerais	Espécie Documen- tal	Localiza- ção	Estado Conserv- ação	Tipo Suporte	Institui- ção Acumula- dora	Fundo/Cole- ção	Subfund- o/Coleg- ão	Grupo	Subgrup- o	Série	Subséri- e	Tipo de Acervo	Descrição	Descrição
Não consta										CM: 064			CEDEM	Clóvis Moura						Documento Textual	Diversos - recortes, fragmentos de periódicos e eventos	
Não consta										CM: 065			CEDEM	Clóvis Moura						Documento Textual	Diversos - recortes, fragmentos de periódicos e eventos	
Não consta										CM: 066			CEDEM	Clóvis Moura						Documento Textual	Diversos - relatório %, proposta e material de divulgação	
Não consta										CM: 067			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual				Documento Textual	Teses	
Não consta										CM: 068			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual				Documento Textual	Teses	
Não consta										CM: 067			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual				Documento Textual	Material de pesquisas - Recortes de Jornal	
Não consta										CM: 0100			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual				Documento Textual	Teses	
Não consta										CM: 0101			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual				Documento Textual	Teses	

Título	Data	Idioma	Ano	Volume	Número	Local Edição	Autor	Notas Gerais	Espécie Documental	Localiza- ção	Estado Conserva- ção	Tipo Suporte	Institui- ção Acumula- dora	Fundo/Coleção	Subfund o/Coleç ão	Grupo	Subgrup o	Série	Subséri e	Tipo de Acervo	Descrito r	Descriçã o
Não consta										CM: 0102			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual					Documento Textual	Teses
Não consta										CM: 0103			CEDEM	Clóvis Moura							Documento Textual	Livro de Atas
Não consta										CM: 0104			CEDEM	Clóvis Moura							Documento Textual	Crônicas publicadas na Folha de São Paulo - Coluna Carlos - Carlos - Coluna Fora do Tempo
Não consta										CM: 0105			CEDEM	Clóvis Moura							Documento Textual	Publicações Diversas
Não consta										CM: 0106			CEDEM	Clóvis Moura							Documento Textual	Publicações Diversas
Não consta										CM: 0107			CEDEM	Clóvis Moura							Documento Textual	Publicações Diversas
Não consta										CM: 0108			CEDEM	Clóvis Moura							Documento Textual	Publicações Diversas
Não consta										CM: 0109			CEDEM	Clóvis Moura							Documento Textual	Publicações Diversas
Não consta										CM: 0110			CEDEM	Clóvis Moura							Documento Textual	Publicações Diversas
Não consta										CM: 0111			CEDEM	Clóvis Moura							Documento Textual	Publicações Diversas
Não consta										CM: 0112			CEDEM	Clóvis Moura							Documento Textual	Publicações Diversas
Não consta										CM: 0113			CEDEM	Clóvis Moura							Documento Textual	Publicações Diversas

Título	Data	Idioma	Ano	Volume	Número	Local Edição	Autor	Notas Gerais	Espécie Documental	Localiza ção	Estado Conserva ção	Tipo Suporte	Institui ção Acumula dora	Fundo/C oleção	Subfund o/Coleç ão	Grupo	Subgrup o	Série	Subséri e	Tipo de Aervo	Descrito r	Descriçã o
Não consta										CM: 0114			CEDEM	Clóvis Moura						Docume nto Textual		Publica ções Diversas
Não consta										CM: 0115			CEDEM	Clóvis Moura						Docume nto Textual		Publica ções Diversas
Não consta										CM: 0116			CEDEM	Clóvis Moura						Docume nto Textual		Publica ções Diversas
Não consta										CM: 0117			CEDEM	Clóvis Moura						Docume nto Textual		Publica ções Diversas
Não consta										CM: 0118			CEDEM	Clóvis Moura						Docume nto Textual		Publica ções Diversas
Não consta										CM: 0119			CEDEM	Clóvis Moura						Docume nto Textual		Publica ções Diversas
Não consta										CM: 0120			CEDEM	Clóvis Moura						Docume nto Textual		Publica ções Diversas
Não consta										CM: 0121			CEDEM	Clóvis Moura						Docume nto Textual		Publica ções Diversas
Não consta										CM: 0122			CEDEM	Clóvis Moura						Docume nto Textual		Publica ções Diversas
Não consta										CM: 0123			CEDEM	Clóvis Moura						Docume nto Textual		Publica ções Diversas
Não consta										CM: 0124			CEDEM	Clóvis Moura						Docume nto Textual		Publica ções Diversas
Não consta										CM: 0125			CEDEM	Clóvis Moura						Docume nto Textual		Publica ções Diversas
Não consta										CM: 0126			CEDEM	Clóvis Moura						Docume nto Textual		Publica ções Diversas
Não consta										CM: 0127			CEDEM	Clóvis Moura						Docume nto Textual		Publica ções Diversas

Título	Data	Idioma	Ano	Volume	Número	Local Edição	Autor	Notas Gerais	Espécie Documental	Localização	Estado Conservação	Tipo Suporte	Instituição Acumuladora	Fundo/Coleção	Subfund	Grupo	Subgrupo	Série	Subsérie	Tipo de Acervo	Descrição	Descrição
Não consta						CM: 0128				CEDEM	Clóvis Moura									Documento Textual	Publicações Diversas	
Não consta						CM: 0129				CEDEM	Clóvis Moura									Documento Textual	Publicações Diversas	
Não consta						CM: 0130				CEDEM	Clóvis Moura									Documento Textual	Publicações Diversas	
Não consta						CM: 027				CEDEM	Clóvis Moura			Não consta	Não consta			Correspondência		Documento Textual	Cartões de Natal	
Não consta						CM: 028				CEDEM	Clóvis Moura			Não consta	Não consta			Correspondência		Documento Textual	Cartões de Natal	
Não consta						CM: 029				CEDEM	Clóvis Moura			Não consta	Não consta			Correspondência		Documento Textual	Cartões diversos	
Não consta						CM: 030				CEDEM	Clóvis Moura			Não consta	Não consta			Correspondência		Documento Textual	Convites	
Não consta						CM: 031				CEDEM	Clóvis Moura			Não consta	Não consta			Correspondência		Documento Textual	Convites	
Não consta						CM: 032				CEDEM	Clóvis Moura			Não consta	Não consta			Correspondência		Documento Textual	Correspondência IBEA - diversos	
Não consta						CM: 033				CEDEM	Clóvis Moura			Não consta	Não consta			Correspondência		Documento Textual	Correspondência - diversos	
Não consta						CM: 034				CEDEM	Clóvis Moura			Não consta	Produção Intelectual					Documento Textual	Dossiês de Eventos	
Não consta						CM: 035				CEDEM	Clóvis Moura			Não consta	Produção Intelectual					Documento Textual	Dossiês de Eventos	
Não consta						CM: 036				CEDEM	Clóvis Moura			Não consta	Produção Intelectual					Documento Textual	Dossiês de Eventos	

Título	Data	Idioma	Ano	Volume	Número	Local Edição	Autor	Notas Gerais	Especie Documental	Localização	Estado Conservação	Tipo Suporte	Instituição Acumuladora	Fundo/Coleção	Subfund ou Coleção	Grupo	Subgrupo	Série	Subsérie	Tipo de Acervo	Descrição	Descrição
Não consta										CM: 037				CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção intelectual				Documento Textual	Dossiê de Eventos
Não consta										CM: 038				CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção intelectual				Documento Textual	Dossiê de Eventos
Não consta										CM: 039				CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção intelectual				Documento Textual	Dossiê de Eventos
Não consta										CM: 040				CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção intelectual				Documento Textual	Dossiê de Eventos
Não consta										CM: 041				CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção intelectual				Documento Textual	Dossiê de Projetos
Não consta										CM: 042				CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção intelectual				Documento Textual	Dossiê de Projetos
Não consta										CM: 043				CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção intelectual				Documento Textual	Dossiê de Projetos
Não consta										CM: 044				CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção intelectual				Documento Textual	Dossiê de Projetos
Não consta										CM: 045				CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção intelectual				Documento Textual	Dossiê de Projetos
Não consta										CM: 046				CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção intelectual				Documento Textual	Dossiê de Pesquisas
Não consta										CM: 047				CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção intelectual				Documento Textual	Dossiê de Pesquisas

Título	Data	Idioma	Ano	Volume	Número	Local Edição	Autor	Notas Gerais	Espécie Documental	Localização	Estado Conservação	Tipo Suporte	Instituição Acumuladora	Fundo/Coleção	Subfund ou Coleção	Grupo	Subgrupo	Série	Subsérie	Tipo de Acervo	Descrição	Descrição
Não consta										CM: 048			CEDEM	Clóvis Moura							Documento Textual	Dossiês Assuntos Diversos
Não consta										CM: 049			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual					Documento Textual	Material de Pesquisas - Recortes de Jornal
Não consta										CM: 050			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual					Documento Textual	Material de Pesquisas - Recortes de Jornal
Não consta										CM: 051			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual					Documento Textual	Material de Pesquisas - Recortes de Jornal
Não consta										CM: 052			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual					Documento Textual	Material de Pesquisas - Recortes de Jornal
Não consta										CM: 053			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual					Documento Textual	Material de Pesquisas - Recortes de Jornal
Não consta										CM: 054			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual					Documento Textual	Material de Pesquisas - Recortes de Jornal

Título	Data	Idioma	Ano	Volume	Número	Local Edição	Autor	Notas Gerais	Espécie Documental	Localiza- ção	Estado Conserva- ção	Tipo Suporte	Institui- ção Acumula- dora	Fundo/Coleção	Subfund o/Coleg ação	Grupo	Subgrup o	Série	Subséri e	Tipo de Acervo	Descri- tor	Descrição
Não consta										CM: 055			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual					Documento Textual	Material de Pesquisa a - Recortes de Jornal
Não consta										CM: 056			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual					Documento Textual	Material de Pesquisa a - Recortes de Jornal
Não consta										CM: 058			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual					Documento Textual	Material de Pesquisa a - Recortes de Jornal
Não consta										CM: 059			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual					Documento Textual	Material de Pesquisa a - Recortes de Jornal
Não consta										CM: 060			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual					Documento Textual	Material de Pesquisa a - Recortes de Jornal
Não consta										CM: 061			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual					Documento Textual	Material de Pesquisa a - Recortes de Jornal
Não consta										CM: 062			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual					Documento Textual	Material de Pesquisa a - Recortes de Jornal

Título	Data	Idioma	Ano	Volume	Número	Local Edição	Autor	Notas Gerais	Espécie Documental	Localização	Estado Conservação	Tipo Suporte	Instituição Acumuladora	Fundo/Coleção	Grupo	Subgrupo	Série	Subsérie	Tipo de Arquivo	Descrição	Descrição
Não consta										CM: 003			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual				Documento Textual	Material de Pesquisa a - Entrevistas
Não consta										CM: 004			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual				Documento Textual	Material de Pesquisa a - Entrevistas
Não consta										CM: 005			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual				Documento Textual	Material de Pesquisa a - Anotações
Não consta										CM: 006			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual				Documento Textual	Material de Pesquisa a - Fontes
Não consta										CM: 007			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual				Documento Textual	Material de Pesquisa a - Fontes
Não consta										CM: 008			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual				Documento Textual	Material de Pesquisa a - Dossês Diversos
Não consta										CM: 009			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual				Documento Textual	Material de Pesquisa a - Dossês Diversos
Não consta										CM: 070			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual				Documento Textual	Produção Intelectual - Textos

Título	Data	Idioma	Ano	Volume	Número	Local Edição	Autor	Notas Gerais	Espécie Documental	Localização	Estado Conservação	Tipo Suporte	Instituição Acumuladora	Fundo/Coleção	Subfund ou Coleção	Grupo	Subgrupo	Série	Subsérie	Tipo de Arquivo	Descrição	Descrição
Não consta										CM: 071			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual				Documento Textual	Produção intelectual - Textos	
Não consta										CM: 072			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Produção Intelectual				Documento Textual	Material de Pesquisas - Recortes de Jornal	
Não consta										CM: 073			CEDEM	Clóvis Moura						Documento Textual	Produção de terceiros - Textos	
Não consta	01/01/1970 a 28/12/1076							Documentos digitalizados		CM: 005			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Não consta	Não consta	Correspondência		Documento Textual	115 cartas recebidas - De CM/Cor/0488 a CM/Cor/0613	
Não consta	02/01/1987 a 21/12/1987 e sd							Documentos digitalizados		CM: 012			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Não consta	Não consta	Correspondência		Documento Textual	123 cartas recebidas - De CM/Cor/1373 a CM/Cor/1496	
Não consta	02/01/1990 a 30/12/1991 e sd							Documentos digitalizados		CM: 015			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Não consta	Não consta	Correspondência		Documento Textual	148 cartas recebidas - De CM/Cor/1738 a CM/Cor/1888	
Não consta	03/01/1983 a 30/11/1984 e sd							Documentos digitalizados		CM: 010			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Não consta	Não consta	Correspondência		Documento Textual	140 cartas recebidas - De CM/Cor/1085 a CM/Cor/1205	

Título	Data	Idioma	Ano	Volume	Número	Local Edição	Autor	Notas Gerais	Espécie Documental	Localização	Estado Conservação	Tipo Suporte	Instituição Acumuladora	Fundo/Coleção	Grupo	Subgrupo	Série	Subsérie	Tipo de Arquivo	Descrição	Descrição
Não consta	03/03/1970 a 16/12/1973							Documentos digitalizados		CM: 003			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Não consta	Correspondência		Documento Textual	135 cartas recebidas - De CM/Cor/0220 a CM/Cor/0355	
Não consta	03/08/1965 a 12/02/2001 e sd							Documentos digitalizados		CM: 026			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Não consta	Correspondência		Documento Textual	120 cartões postais	
Não consta	05/01/1978 a 18/12/1979							Documentos digitalizados		CM: 007			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Não consta	Correspondência		Documento Textual	120 cartas recebidas - De CM/Cor/0694 a CM/Cor/0814	
Não consta	06/01/1980 a 14/12/1981 e sd							Documentos digitalizados		CM: 008			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Não consta	Correspondência		Documento Textual	166 cartas recebidas - De CM/Cor/0815 a CM/Cor/0881	
Não consta	06/01/1999 a 15/12/2001 e sd							Documentos digitalizados		CM: 019			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Não consta	Correspondência		Documento Textual	142 cartas recebidas - De CM/Cor/2361 a CM/Cor/2503	
Não consta	07/01/1974 a 31/12/1975							Documentos digitalizados		CM: 004			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Não consta	Correspondência		Documento Textual	141 cartas recebidas - De CM/Cor/0356 a CM/Cor/0487	

Título	Data	Idioma	Ano	Volume	Número	Local Edição	Autor	Notas Gerais	Espécie Documental	Localiza ção	Estado Conserva ção	Tipo Suporte	Institui ção Acumula dora	Fundo/C oleção	Subfund o/Coleç ão	Grupo	Subgrup o	Série	Subséri e	Tipo de Acervo	Descrição
Não consta	07/01/1992 a 26/12/1993							Documentos digitalizados		CM: 016			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Não consta	Não consta	Correspondência		Documento Textual	184 cartas recebidas - De CM/Corf/1887 a CM/Corf/2071
Não consta	09/01/1985 a 21/12/1986							Documentos digitalizados		CM: 011			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Não consta	Não consta	Correspondência		Documento Textual	169 cartas recebidas - De CM/Corf/1206 a CM/Corf/1372
Não consta	09/01/1990 a 23/12/1998 e sd							Documentos digitalizados		CM: 018			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Não consta	Não consta	Correspondência		Documento Textual	123 cartas recebidas - De CM/Corf/2273 a CM/Corf/2380
Não consta	10/01/2002 a 31/03/2004 e sd							Documentos digitalizados		CM: 020			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Não consta	Não consta	Correspondência		Documento Textual	165 cartas recebidas - De CM/Corf/2504 a CM/Corf/2699
Não consta	11/06/1964 a 04/12/1986							Documentos digitalizados		CM: 021			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Não consta	Não consta	Correspondência		Documento Textual	121 cartas enviadas - De CM/Corf/2670 a CM/Corf/2791
Não consta	12/01/1984 a 27/12/1985							Documentos digitalizados		CM: 017			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Não consta	Não consta	Correspondência		Documento Textual	164 cartas recebidas - De CM/Corf/2072 a CM/Corf/2236

Título	Data	Idioma	Ano	Volume	Número	Local Edição	Autor	Notas Gerais	Espécie Documental	Localização	Estado Conservação	Tipo Suporte	Instituição Acumuladora	Fundo/Coleção	Grupo	Subgrupo	Série	Subsérie	Tipo de Acervo	Descrição
Não consta	13/01/19 82 a 24/12/19 82							Documentos digitalizados		CM: 009			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Não consta	Correspondência		Documento Textual	82 cartas recebidas - De CM/Carf 0982 a CM/Carf 1084
Não consta	13/02/19 80 a 18/02/19 99 e sd							Documentos digitalizados		CM: 025			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Não consta	Correspondência		Documento Textual	152 telegramas
Não consta	14/04/19 87 a 08/10/20 02 e sd							Documentos digitalizados		CM: 022			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Não consta	Correspondência		Documento Textual	127 cartas enviadas - De CM/Carf 2792 a CM/Carf 2819
Não consta	15/03/19 48 a 04/07/19 96							Documentos digitalizados		CM: 001			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Não consta	Correspondência		Documento Textual	59 cartas recebidas - De CM/Carf 0001 a CM/Carf 0059
Não consta	16/04/19 76 a 19/05/19 77							Documentos digitalizados		CM: 023			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Não consta	Correspondência		Documento Textual	140 cartas IBEA
Não consta	19/05/19 77 a 16/07/19 91 e sd							Documentos digitalizados		CM: 024			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Não consta	Correspondência		Documento Textual	98 cartas IBEA
Não consta	22/01/19 88 a 16/08/19 88							Documentos digitalizados		CM: 013			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Não consta	Correspondência		Documento Textual	116 cartas recebidas - De CM/Carf 1497 a CM/Carf 1613

Título	Data	Idioma	Ano	Volume	Número	Local Edição	Autor	Notas Gerais	Espécie Documental	Localiza ção	Estado Conserva ção	Tipo Suporte	Instituição Acumuladora	Fundo/Coleção	Subfund o/Coleção	Grupo	Subgrupo	Série	Subsérie	Tipo de Acervo	Descrição
Não consta	23/09/1968 a 28/12/1969							Documentos digitalizados		CM: 014			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Não consta		Correspondência		Documento Textual	123 cartas recebidas - De CM/Cor/1814 a CM/Cor/1737
Não consta	30/04/1960 a 12/10/1969							Documentos digitalizados		CM: 002			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Não consta		Correspondência		Documento Textual	159 cartas recebidas - De CM/Cor/0080 a CM/Cor/219
Não consta	31/01/1977 a 27/12/1977							Documentos digitalizados		CM: 008			CEDEM	Clóvis Moura	Não consta	Não consta		Correspondência		Documento Textual	79 cartas recebidas - De CM/Cor/0014 a CM/Cor/0693